UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
Departamento de Geografia
Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana

MARIA RITA IVO DE MELO MACHADO

**A subordinação da força de trabalho dos assentados
da reforma agrária federal ao agronegócio da cana de
açúcar no território da microrregião de Vitória de
Santo Antão - PE**

São Paulo
2013

MARIA RITA IVO DE MELO MACHADO

**A subordinação da força de trabalho dos assentados
da reforma agrária federal ao agronegócio da cana de
açúcar no território da microrregião de Vitória de
Santo Antão - PE**

Tese apresentada por Maria Rita Ivo de Melo Machado ao Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da Universidade de São Paulo, sob a orientação da Profª Drª Rosa Ester Rossini como requisito à obtenção do título de Doutora em Geografia.

São Paulo
2013

Autora: MACHADO, Maria Rita Ivo de Melo.

Título: A subordinação da força de trabalho dos assentados da reforma agrária federal ao agronegócio da cana de açúcar no território da microrregião de vitória de santo antão - PE

Tese apresentada por Maria Rita Ivo de Melo Machado ao Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutora em Geografia Humana.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof^a. Dr^a (Orientadora) Rosa Ester Rossini
Instituição: Universidade de São Paulo

Prof. Dr. Fábio Betioli Contel
Instituição: Universidade de São Paulo.

Prof. Dr^a Vitória Régia Fernandes Gehlen
Instituição: Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr^a Mariana Zerbone Alves de Albuquerque
Instituição: Universidade Federal Rural de Pernambuco

Prof. Dr^a Aldemir Dantas Barboza
Instituição: Universidade Federal de Pernambuco

A minha família – mainha, painho
(*in memoriam*), Guigui, Léo
(irmãos) e Bruno (marido).

AGRADECIMENTOS

Escrever uma tese exige do pesquisador uma fase de reclusão e isolamento da família, dos amigos, colegas, enfim, de todas as pessoas queridas. Ao mesmo tempo em que nos isolamos formamos também novos amigos que no decorrer dessa empreitada nos ajudam, auxiliam e contribuem para a realização desse momento que se concretiza com a defesa. A estas pessoas dedicamos algumas linhas da nossa tese não só para agradecer, mas de certa forma homenageá-las.

Começo então pela minha mãe, pessoa que me ama incondicionalmente e mesmo não concordando com a minha vinda para São Paulo, me financiou e me apoiou. Ao meu pai que mesmo não estando fisicamente ao meu lado desde 2001 se faz presente de forma inexplicável. Aos meus queridos irmãos Guilhermino e Léo Maruim. A minha cunhada Brenda e ao nosso pequeno príncipe Felipe.

As minhas tias Nazaré e Mirian, que são mães de todos os seus sobrinhos e dedicam a eles amor e atenção.

À família escolhida, meu sogro seu Roberto, minha sogra dona Telma, meu cunhado Léo e sua esposa Lili, e a minha cunhada Roberta e seu filho Pedrinho.

À minha segunda família escolhida formada por amigos e amigas: Paloma e Rasta, pais dos meus afilhados (Gabriela e Rafael), Catarina e Pery (pais de Tomaz) e Tiago Glasner (o homem da meia noite).

À minha prima irmã amiga Silvinha que me pagou muitos almoços e jantares só para me ajudar a relaxar e economizar.

Aos meus amigos paulistanos que me proporcionaram uma excelente estada em São Paulo: Elisa Pinheiro e Mateus Sampaio. À Elisa agradeço também os debates travados regados a café que muito me engrandeceram. Agradeço também a amizade honesta e o

companheirismo. À Mateus, sou grata pela elaboração de alguns mapas e a amizade.

Agradeço também a doce e companheira amiga Leidiana, a Aninha, ao Joselei, a Aline, ao Marcos, ao Danton, a Vitória, ao Pedro e Bruno, amigos do LABOPLAN.

Aos meus amigos pernambucanos de CRUSP, Renata e Paulo.

Aos amigos da Comissão Pastoral da Terra (CPT), devo não só pela amizade, mas também a parceria, pois sem eles dificilmente teria conseguido realizar esta pesquisa.

A todos os assentados da Reforma Agrária federal da microrregião de Vitória de Santo Antão e em especial a Mano, presidente da associação do assentamento Cacimbas pela presteza.

À CAPES pelo apoio financeiro.

Ao professor Manuel Correia de Andrade (*In memoriam*) que foi meu orientador na graduação e no mestrado da Universidade Federal de Pernambuco e não se limitou apenas em ser um professor-orientador, mas sim, um amigo que me ajudou a crescer como ser humano e como geógrafa.

À professora e minha orientadora Rosa Ester Rossini, que com muito carinho me adotou após o falecimento do professor Manuel e tem comigo muita paciência, atenção e carinho.

As professoras Thais Lourdes Correia de Andrade e Edvânia Torres Aguiar Gomes, pois além de terem sido minhas professoras continuam sendo também de uma forma ou de outra minhas orientadoras.

À Ana Karina e Gabriela, grandes amigas geógrafas, e Wellington que além de amigo me mostrou os caminhos para conseguir documentos no INCRA.

A todos os professores do Departamento de Geografia da Universidade Federal de Pernambuco que realizaram a minha graduação e mestrado e foram meus colegas quando fui professora substituta.

Aos professores do Departamento de História da Universidade Federal Rural de Pernambuco, no qual fui professora substituta na reta final da defesa da tese.

À minha amiga geógrafa e de todos os momentos Mariana Zerbone, a quem devo um enorme agradecimento pelos debates, palavras de incentivo e inúmeras colaborações na concretização da tese.

Agradeço também ao meu marido Bruno Becker, o homem mais especial do mundo e que está comigo desde o início da minha trajetória acadêmica. Neste momento delicado que é o doutorado ele dedicou toda a sua paciência, compreensão, carinho, amor, parceria e cumplicidade. Além disso, sempre tinha palavras de incentivo quando via em mim desânimo.

Enfim, agradeço a todos aqueles que eu quero bem e que direta ou indiretamente me ajudaram a concretizar este trabalho.

Não se vê no canavial
nenhuma planta com nome,
nenhuma planta maria,
planta com nome de homem.

É anônimo o canavial,
sem feições, como a campina;
é como um mar sem navios,
papel em branco de escrita.

É como um grande lençol
sem dobras e sem bainha;
penugem de moça ao sol,
roupa lavada estendida.

(MELO NETO, João Cabral de. O
vento no canavial In: **Morte e
Vida Severina**. 2007).

RESUMO

A inserção dos assentamentos de reforma agrária federal, a partir da década de 1980, na Zona da Mata pernambucana, aproximou os representantes dos movimentos sociais rurais e os trabalhadores rurais do sonho da melhor distribuição de terras e da possibilidade de acesso a sua terra de trabalho. Tal configuração se fez realidade para apenas alguns trabalhadores, porém estes, mesmo possuindo sua parcela para a realização do plantio continuou, através do trabalho flexível, subordinando sua força de trabalho aos representantes do agronegócio da cana de açúcar. Este panorama suscitou alguns questionamentos, entre eles: Como se apresenta de fato a atual estrutura fundiária do território da microrregião de Vitória de Santo Antão após a inserção dos assentamentos de reforma agrária federal? A então chamada reforma agrária brasileira tem sido capaz de formar uma nova configuração do espaço agrário? E por qual motivo o assentado, que via regra é um ex-assalariado da cana, passa a cultivar cana de açúcar depois que recebe uma parcela? Essas indagações direcionaram a pesquisa o seguinte objetivo: buscar, compreender e analisar as relações socioterritoriais a partir do processo de inserção dos assentamentos de reforma agrária federal no território da microrregião de Vitória de Santo Antão, além de buscar identificar a forma de subordinação dos assentados da reforma agrária aos representantes do capital do agronegócio. Diante das questões levantadas, esta pesquisa se faz relevante por debater questões teóricas associadas com o conhecimento empírico, pertinentes ao conhecimento geográfico e que visam explicar a atual configuração do espaço agrário diante da inserção dos assentamentos de reforma agrária e a subordinação dos trabalhadores assentados ao agronegócio. Visando alcançar o objetivo geral foram feitos os seguintes procedimentos metodológicos. Levantamento e leitura bibliográfica a respeito das questões conceituais de espaço, território, renda da terra e trabalho flexível, além de trabalhos de campo visando a aplicação de entrevistas, questionários e produção iconográfica foram fundamentais para se chegar a algumas conclusões. A permanência da estrutura fundiária latifundiária e monocultora foi uma delas. Além desta conclusão, notou-se também que os assentados do território da microrregião de Vitória de Santo Antão permanecem subordinando a sua força de trabalho ao agronegócio canavieiro, só que agora dentro das características do trabalho flexível. Em função deste modo de trabalho os assentados não percebem mesmo tendo deixado de ser assalariado da cana, continuam subordinando a sua força de trabalho ao agronegócio canavieiro.

Palavras-chave: estrutura fundiária, território, renda da terra e trabalho flexível.

ABSTRACT

The insertion of the agrarian reform federal, from the 1980s, in the Zona da Mata, approached representatives of social movements and rural workers dream of better land distribution and the possibility of access to their land work. This configuration became reality for only a few workers, but these, despite having its share to achieve the planting continued, through flexible working, subordinating their workforce representatives of agribusiness sugarcane. This scenario has raised some questions, among them: As shown in fact the current structure of the land territory of the region of Vitória de Santo Antão after insertion of agrarian reform federal? The so-called land reform in Brazil has been able to form a new configuration of agrarian space? And for what reason the settler who saw rule is a former employee of the cane begins to cultivate sugarcane after it receives a portion? These questions directed the research the following objective: to seek, understand and analyze the socio-territorial relations from the insertion process of agrarian reform in the federal territory of the region of Vitória de Santo Antão, and seek to identify the form of subordination of the settlers agrarian reform to representatives of agribusiness capital. Given the issues raised, this research is relevant for discussing theoretical issues associated with the empirical knowledge relevant to the geographical knowledge and aimed at explaining the current configuration of the agrarian space before inserting the agrarian reform settlers and the subordination of workers to agribusiness. In order to achieve the overall goal were made the following methodological procedures. Reading literature survey and to respect the conceptual issues of space, territory, land rent and flexible working as well as field work towards the implementation of interviews, questionnaires and iconographic production were essential to reach some conclusions. The permanence of land ownership and landholding monoculture was one. In addition to this conclusion, it was noted also that the settlers of the territory of the region of Vitória de Santo Antão remain making its workforce sugarcane agribusiness, only now within the characteristics of flexible working. According to this way of working the settlers do not realize even though no longer employed by the cane, still making its workforce sugarcane agribusiness.

Key words: land ownership, territory, land rent and flexible working.

RESUMEN

La inserción de los asentamientos de reforma agraria federal, a partir de la década de 1980, en la zona de mata de Pernambuco, acercó a los representantes de los movimientos sociales y de los trabajadores rurales de sueños con una mejor distribución de la tierra y la posibilidad de acceso a la tierra de trabajo. Esta configuración se convirtió en realidad para unos pocos trabajadores, pero éstos, a pesar de tener su parte para lograr la siembra continua, a través de la flexibilidad de trabajo, subordinando los representantes de los trabajadores de la agroindustria azucarera. Esta situación ha planteado algunas preguntas, que son: Como de facto, presenta la estructura actual de la superficie terrestre de la microrregión de Vitória de Santo Antão después de la inserción de la reforma agraria federal? La llamada reforma agraria en Brasil ha sido capaz de formar una nueva configuración del espacio agrario? Y por qué razón el colono que vio regla es un ex empleado de la caña empieza a cultivar la caña de azúcar después de recibir una porción? Estas preguntas se dirigieron a la investigación el siguiente objetivo: buscar, comprender y analizar las relaciones socio-territoriales en el proceso de inserción de la reforma agraria en el territorio de la microrregión de Vitória de Santo Antão, y tratar de identificar la forma de subordinación de los colonos a la reforma agraria a los representantes del capital agroindustrial. Teniendo en cuenta las cuestiones planteadas, esta investigación es relevante para la discusión de aspectos teóricos relacionados con el conocimiento empírico relevante para el conocimiento geográfico y destinada a explicar la configuración actual del espacio agrario antes de insertar los asentados de la reforma agraria y la subordinación de los trabajadores para la agroindustria. Para lograr el objetivo general se realizaron los siguientes procedimientos metodológicos. Lectura de los aspectos conceptuales de espacio, territorio, renta de la tierra y trabajo flexibles, así como el trabajo de campo para la aplicación de entrevistas, cuestionarios y la producción iconográfica eran esenciales para llegar a algunas conclusiones. La permanencia de la estructura de la tierra y el monocultivo fue una. Además de esta conclusión, se señaló también que los asentados del territorio de la microrregión de Vitória de Santo Antão siguen subordinando su fuerza de trabajo para la agroindustria de caña de azúcar, sólo que ahora en las características de la trabajo flexible. De acuerdo con esta forma de trabajar de los asentados no se dan cuenta a pesar de que ya no se emplea en la caña, sigue haciendo su plantilla agroindustria de caña de azúcar.

Palabras clave: estrutura fundiária, território, renda de la tierra e trabajo flexible.

LISTA DE SIGLAS

AFCP -	Associação dos Fornecedores de Cana de Pernambuco
CPT -	Comissão Pastoral da Terra
EPI -	Equipamentos de Proteção Individual
FAPESP -	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo
FETAPE -	Federação dos Trabalhadores Agrícolas do Estado de Pernambuco
FETRAF -	Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar
IBGE -	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA -	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IRPJ -	Imposto de Renda da Pessoa Jurídica.
MAPA -	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MDA -	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MST -	Movimento dos Trabalhadores Sem terra
NERA -	Núcleo de Estudos, Pesquisa e Projetos de Reforma Agrária
PCB -	Partido Comunista do Brasil
PROÁLCOOL -	Programa Nacional do Alcool
PROMATA -	Programa de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável da Zona da Mata de Pernambuco
PRONAF -	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
SAPPP -	Sociedade Agrícola e Pecuária de Plantadores de Pernambuco
SIPRA -	Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária

UNESP -	Universidade Estadual Paulista
UNICA -	União da Indústria de Cana-de-Açúcar
Unida -	União Nordestina dos Produtores de Cana

LISTA DE MAPAS

MAPA – 01 -	MAPA DE LOCALIZAÇÃO DA MICRORREGIÃO DE VITÓRIA DE SANTO ANTÃO.	26
MAPA – 02 -	BRASIL: ÍNDICE DE GINI DA ÁREA TOTAL DOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS, POR MUNICÍPIO – 2006.	65
MAPA – 03 -	ESTRUTURA DOS MÓDULOS RURAIS EM HECTARES NO ESTADO DE PERNAMBUCO.	82
MAPA – 04 -	BRASIL: QUANTIDADE DE CANA DE AÇÚCAR PRODUZIDA POR MUNICÍPIOS BRASILEIROS – 2009.	90
MAPA – 05 -	MAPA DA ZONA DA MATA PERNAMBUCANA E SUAS MICRORREGIÕES.	108
MAPA – 06 -	MALHA RODOVIÁRIA DA MICRORREGIÃO DE VITÓRIA DE SANTO ANTÃO.	110
MAPA – 07 -	PERCENTUAL DE LAVOURA DE CANA DE AÇÚCAR PLANTADA EM RELAÇÃO AO TOTAL DA LAVOURA TEMPORÁRIA PLANTADA POR MICRORREGIÃO DO ESTADO DE PERNAMBUCO / 2011.	113

LISTA DE QUADRO

- QUADRO – 01 - BRASIL: ÁREA MÉDIA DOS 61 ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS, EM HECTARES, E ÍNDICE DE GINI DA DISTRIBUIÇÃO DA POSSE DA TERRA, CONFORME UNIDADE DA FEDERAÇÃO. CENSO AGROPECUÁRIO, 1975 A 2006.
- QUADRO – 02 - BRASIL: NÚMERO E ÁREA TOTAL DOS 74 ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS COM DECLARAÇÃO DE ÁREA, CONFORME TRÊS ESTRATOS DE ÁREA E CONDIÇÃO DO PRODUTOR. CENSO AGROPECUÁRIO, 1975 E 2006.

LISTA DE IMAGENS

IMAGEM – 01 -	DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DE	79
	CONCENTRAÇÃO DE TERRAS PELO ÍNDICE DE GINI / 2010.	
IMAGEM – 02 -	INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTE DE	111
	PERNAMBUCO /2010.	
IMAGEM – 03 -	TIPO DE RESIDÊNCIA FRUTO DA EXPANSÃO	124
	IMOBILIÁRIA AS MARGENS DA PE – 45 NO MUNICÍPIO DE VITÓRIA DE SANTO ANTÃO.	
IMAGEM – 04 -	USO E OCUPAÇÃO DO SOLO DOS	125
	MUNICÍPIOS DE VITÓRIA DE SANTO ANTÃO E POMBOS.	
IMAGEM – 05 -	ANÚNCIO DE VENDA DE LOTE EM	127
	CONDOMÍNIO RESIDENCIAL NO MUNICÍPIO DE VITÓRIA DE SANTO ANTÃO / 2013.	
IMAGEM – 06 -	PROPAGANDA DO CONDOMÍNIO FECHADO	128
	NO MUNICÍPIO DE VITÓRIA DE SANTO ANTÃO. MARGEM DA BR – 232 NA ALTURA DO MUNICÍPIO DE MORENO.	
IMAGEM – 07 -	DETALHE DA EMPRESA KRAFT FOODS NO	129
	MUNICÍPIO DE VITÓRIA DE SANTO ANTÃO.	
IMAGEM – 08 -	EMBALAGEM DE FERTILIZANTE AGRÍCOLA	145
	FORNECIDO AOS ASSENTADOS FORNECEDORES DE CANA DE AÇÚCAR ÀS USINAS.	
IMAGEM – 09 -	VISTA DA PARCELA, ÁREA DE PLANTIO E AS	150
	RESIDÊNCIAS DO MORADOR E SEUS FILHOS NO ENGENHO GALILÉIA NO MUNICÍPIO DE VITÓRIA DE SANTO ANTÃO.	
IMAGEM – 10 -	ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA DA	152
	MICRORREGIÃO DE VITÓRIA DE SANTO	

ANTÃO.

IMAGEM – 11 -	FAMÍLIA E TRABALHADOR DE EMPREITADA REALIZANDO A ETAPA DO CORTE DA CANA DE AÇÚCAR EM PARCELA DO ASSENTAMENTO AÇUDE GRANDE NO MUNICÍPIO DE VITÓRIA DE SANTO ANTÃO.	162
IMAGEM – 12 -	ENTREVISTA REALIZADA COM O PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO DO ASSENTAMENTO CARICÉ NO MUNICÍPIO DE VITÓRIA DE SANTO ANTÃO.	164
IMAGEM – 13 -	SILO DA USINA JB NO MUNICÍPIO DE VITÓRIA DE SANTO ANTÃO.	165
IMAGEM – 14 -	LOCALIZAÇÃO DOS ASSENTAMENTOS AÇUDE GRANDE, CARIÇÉ, CAÇIMBAS E RONDA EM RELAÇÃO A USINA JB.	167
IMAGEM – 15 -	PLACA INDICATIVA DE RECEBIMENTO DE INCENTIVOS FISCAIS DA USINA JB - VITÓRIA DE SANTO ANTÃO.	175
IMAGEM – 16 -	VISTA DO PERFIL MORFOLÓGICO DO ASSENTAMENTO AÇUDE GRANDE NO MUNICÍPIO DE VITÓRIA DE SANTO ANTÃO	177
IMAGEM – 17 -	INDICAÇÃO DAS CLASSES DAS DECLIVIDADES DO RELEVO DO ASSENTAMENTO ENGENHO SERRA.	178
IMAGEM – 18 -	DEMONSTRATIVO DE PAGAMENTO DA USINA JB A UM ASSENTADO DA REFORMA AGRÁRIA NO MUNICÍPIO DE VITÓRIA DE SANTO ANTÃO.	192
IMAGEM – 19 -	VALOR RECEBIDO PELOS CANAVIEROS FICHADOS E OU CONTRATADOS - QUADRO DE AVISO DO SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE VITÓRIA DE	194

SANTO ANTÃO / 2010.

IMAGEM – 20 - ASSENTADOS CORTADORES DE CANA DO 202
ASSENTAMENTO AÇUDE GRANDE NO
MUNICÍPIO DE VITÓRIA DE SANTO ANTÃO.

IMAGEM – 21 - CASA DE ASSENTADO NO ASSENTAMENTO 204
CAÇIMBAS NO MUNICÍPIO DE VITÓRIA DE
SANTO ANTÃO.

LISTA DE TABELAS

TABELA – 01 -	BRASIL: PRODUTIVIDADE DE CANA DE AÇÚCAR DOS PRINCIPAIS ESTADOS PRODUTORES / 2009.	88
TABELA – 02 -	BRASIL: PRINCIPAIS VALORES DAS PRODUÇÕES EM REAIS, TOTAL DAS ÁREAS COLHIDAS EM HECTARES E QUANTIDADE PRODUZIDA EM TONELADAS -2010.	92
TABELA – 03 -	BRASIL: ÁREA COLHIDA, QUANTIDADE PRODUZIDA E VALOR DA PRODUÇÃO DE CANA DE AÇÚCAR – 1951 À 2010.	100
TABELA – 04 -	MESORREGIÃO DA ZONA DA MATA PERNAMBUCANA E MICRORREGIÕES: VALOR DA PRODUÇÃO DA LAVOURA DE CANA DE AÇÚCAR / 1995, 2000, 2005 E 2010.	117
TABELA – 05 -	MICRORREGIÃO DE VITÓRIA DE SANTO ANTÃO: ÁREA COLHIDA, QUANTIDADE PRODUZIDA E VALOR DA PRODUÇÃO DAS LAVOURAS TEMPORÁRIAS E PERMANENTES / 2011.	132
TABELA – 06 -	LISTA DOS ASSENTAMENTOS, ÁREA, NÚMERO DE FAMÍLIAS E ANO DA CRIAÇÃO DOS PROJETOS DE REFORMA AGRÁRIA FEDERAL DA MICRORREGIÃO DE VITÓRIA DE SANTO ANTÃO / 2009.	155

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO – 01 -	BRASIL: VALOR PERCENTUAL DAS PRINCIPAIS LAVOURAS TEMPORÁRIAS ENTRE 1990 E 2010.	93
GRÁFICO – 02 -	BRASIL: QUANTIDADE DE CANA DE AÇÚCAR PRODUZIDA EM TONELADAS – 1951 A 2010.	94
GRÁFICO – 03 -	BRASIL: PRODUTIVIDADE DA PRODUÇÃO DE CANA DE AÇÚCAR EM QUILOGRAMA POR HECTARE (1950 – 2006).	95
GRÁFICO – 04 -	PREÇO DO PETRÓLEO X EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS DE ETANOL – Jan/08 – Dez/09.	102
GRÁFICO – 05 -	MESO E MICRORREGIÕES DA ZONA DA MATA PERNAMBUCANA: QUANTIDADE DE CANA DE AÇÚCAR PRODUZIDA EM TONELADAS / 1990 – 2010.	116
GRÁFICO – 06 -	BRASIL: OCUPAÇÕES DE IMÓVEIS RURAIS / 1995 – 2010.	120

ÍNDICE

AGRADECIMENTOS

RESUMO

ABSTRACT

RESUMEN

LISTA DE SIGLAS

LISTA DE MAPAS

LISTA DE QUADROS

LISTA DE IMAGENS

LISTA DE TABELAS

LISTA DE GRÁFICOS

INTRODUÇÃO

1. A (re)produção do espaço agrário e a formação de território: uma questão teórica	34
1.1 A (re)produção do espaço agrário	35
1.2 A renda da terra no espaço agrário a partir da lógica marxista	42
1.3. O conceito de território e a importância dos agentes sociais para sua reprodução no espaço agrário	50
2. A (re)produção do espaço agrário brasileiro: o caso de Pernambuco e do território da microrregião de Vitória de Santo Antão	56
2.1 A estrutura fundiária brasileira: a inserção dos assentamentos de reforma agrária e a perpetuação do latifúndio	57
2.1.1 A estrutura fundiária de Pernambuco e da microrregião de Vitória de Santo Antão	77
2.2 O espaço agrário brasileiro e a produção canavieira no contexto histórico	84
2.3 O território da microrregião de Vitória de Santo Antão e a potencialidade para a produção canavieira	107

3. As políticas públicas para a produção de cana de açúcar e a organização socioterritorial	134
3.1 As políticas públicas para a produção da cana de açúcar no âmbito nacional	135
3.2 As políticas públicas no território canavieiro da microrregião de Vitória de Santo Antão e as consequentes transformações socioterritoriais	143
3.2.1 Das Ligas Camponesas aos assentamentos federais produtores de cana de açúcar	146
3.2.2 As consequências das políticas públicas para a produção de cana de açúcar nos assentamentos de reforma agrária e as transformações socioterritoriais	156
3.3 As relações entre o local e o global: a dinâmica espacial da microrregião de Vitória de Santo Antão	169
3.3.1 As verticalidades na produção da cana de açúcar	171
3.3.2 Os assentados da reforma agrária e as usinas na nova fase de expansão da cana de açúcar em Pernambuco – as horizontalidades	176
4. Novas relações de trabalho na produção do espaço agrário de Vitória de Santo Antão: a transformação do território	181
4.1 Os assentados da reforma agrária na composição do trabalho flexível para o setor canavieiro	182
4.2 A renda da terra na área dos assentados da reforma Agrária	196
CONSIDERAÇÕES FINAIS	207
REFERÊNCIAS	213
WEB SITES VISITADOS	222
APÊNDICE I	224
APÊNDICE II	232
ANEXO	236

INTRODUÇÃO

A temática desta pesquisa versa sobre a produção do espaço agrário analisado a partir da produção capitalista de relações não capitalistas de trabalho, ou seja, a reprodução ampliada do capital e da real extração da renda da terra dos assentados de reforma agrária federal a partir da década de 1980. Esse assunto é fruto de uma série de questionamentos feitos em função de observações empíricas na configuração da predominância da produção de cana de açúcar nos assentamentos de reforma agrária no território da microrregião de Vitória de Santo Antão, localizada na Zona da Mata pernambucana, área tradicional de cultivo canavieiro.

Os primeiros contatos com a realidade dessa área possibilitou o levantamento de inúmeras indagações em função do caráter peculiar e aparentemente contraditório do domínio da cultura de cana de açúcar numa área formada em função da resistência ao latifúndio e ao monocultivo. Entre os questionamentos estavam: Como se apresenta de fato a atual estrutura fundiária após a implantação dos assentamentos de reforma agrária federal estabelecidos a partir de 1980 na microrregião de Vitória de Santo Antão? A então reforma agrária brasileira tem modificado a estrutura fundiária no território da microrregião e as relações de trabalho no campo? Se sim, como? Se não, o que mudou então com a inserção dos assentamentos no espaço agrário? Por qual motivo um trabalhador rural da lavoura

canavieira ao receber uma terra planta cana de açúcar? Será que há efetiva extração da renda da terra das áreas de assentamentos? Se há quem é que efetivamente a extraí?

Essas indagações se compuseram em função do predomínio da lavoura canavieira nos assentamentos de reforma agrária federal instituídos a partir da década de 1980. A aparente configuração socioespacial ainda possibilitou outros questionamentos como: qual a relação que se estabelece entre os tradicionais representantes do agronegócio canavieiro e os atuais assentados da reforma agrária?

Estes questionamentos serão discutidos e analisados dentro do recorte espacial da microrregião de Vitória de Santo Antão localizado, na Zona da Mata pernambucana, área tradicionalmente produtora de cana de açúcar do país, ao mesmo tempo em que é também uma área de relevância no tocante aos movimentos sociais rurais nacionais.

produção, como são os casos de Natuba e Pirituba (MACHADO, 2007).

No que se diz respeito à análise espaço-temporal, se levará em consideração apenas os assentamentos federais instituídos pelo Instituto Brasileiro de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) a partir da década de 1980 até os dias atuais.

A escolha deste período e da categoria dos assentamentos (federal), se deu em decorrência de uma confluência de fatores, entre eles as formas de produção (como foi possível constatar nos trabalhos de campo), pois enquanto os estaduais não produzem cana de açúcar para o abastecimento das usinas, os federais tem essa prática como a sua principal atividade. Além disso, podemos mencionar também o período histórico no qual os assentamentos federais foram oficializados no território da microrregião de Vitória de Santo Antão. Enquanto os projetos federais foram instituídos sobretudo nas décadas de 1980, 1990 e 2000, os estaduais foram concretizados entre 1950 e 1970. O movimento social responsável pela consolidação desse último tipo de assentamento foram as Ligas Camponesas, iniciada em 1954 no Engenho Galiléia no município de Vitória de Santo Antão. Este movimento se propagou para além da esfera local e ganhou a atenção dos representantes do poder do Estado e também da mídia, que foi quem efetivamente nominou o movimento. Atualmente o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) indica as Ligas Camponesas como a responsável pela sua

origem. Como elemento germinal das organizações sociais rurais atuais as Ligas Camponesas também serão mencionadas no decorrer desta pesquisa.

Neste sentido esta pesquisa tem como objetivo geral compreender e analisar as relações socioterritoriais a partir do processo de inserção dos assentamentos de reforma agrária federal no território da microrregião de Vitória de Santo Antão, assim como, compreender e analisar as relações à subordinação dos assentados aos representantes do agronegócio canavieiro.

Visando obter respostas para os questionamentos levantados e subsidiando o objetivo geral, os objetivos específicos são os seguintes:

- a) Entender as diferentes configurações econômicas e socioespaciais que contribuíram para a formação, ao longo do tempo, da atual estrutura fundiária no território da microrregião de Vitória de Santo Antão;
- b) Identificar a dinâmica do uso da terra pelos assentados da reforma agrária federal e as relações estabelecidas com o agronegócio canavieiro;
- c) Identificar se as políticas públicas estaduais e federais voltadas para os assentamentos de reforma agrária federais possibilitam a reprodução ampliada do capital pelo agronegócio canavieiro.

- d) Compreender as relações de trabalho estabelecidas em função da demanda da produção de cana de açúcar na microrregião.

Diante das problemáticas colocadas e dos objetivos a serem atingidos, levantou-se algumas hipóteses sobre os resultados da pesquisa, são elas: Apesar dos planejamentos do Governo Federal para modificação do perfil da estrutura fundiária com a inserção dos assentamentos de reforma agrária, há uma perpetuação da estrutura fundiária e da importância da lavoura de cana de açúcar na microrregião de Vitória de Santo Antão; as áreas de assentamentos continuam sendo domínio territorial dos representantes do agronegócio canavieiro; terceira hipótese é que a extração da renda da terra dos assentamentos é obtida pelos representantes do agronegócio canavieiro por meio da relação de compra e venda das mercadorias que permitem assim a renda da terra por meio do trabalho realizado e não pago ao agricultor, em função do monopólio dos meios de beneficiamento da matéria prima (a cana de açúcar); a opção pelo predomínio da lavoura de cana de açúcar para a destinação das usinas pelos assentados se dá em função de um retorno financeiro certo, mesmo que pouco, além desse fator, há também a questão dos incentivos dados pelo governo tanto na esfera estadual, como na federal através de políticas públicas de incentivo; ainda como hipótese da pesquisa temos que os principais agentes da

produção socioespacial são os representantes do agronegócio canavieiro em parceria do Estado que realiza políticas públicas incentivadoras da perpetuação do monocultivo canavieiro na região através de macro e micro medidas de incentivos e não raro em função de demandas e lógicas não locais; e por fim, as políticas públicas na microrregião de Vitória de Santo Antão para os assentados se reduzem a incentivá-los a produzir para o agronegócio canavieiro.

Diante do objetivo, da problemática exposta e das hipóteses levantadas, a concretização desta investigação se faz relevante por buscar construir um instrumento auxiliador na compreensão das transformações socioespaciais, na formação territorial, a partir das modificações fundiárias e relações de trabalho no campo, via submissão do trabalho dos assentados da reforma agrária ao agronegócio.

Para construir tal análise foram levantados dados oficiais do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável da Zona da Mata de Pernambuco (PROMATA), do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), entre outros, sobre informações como: a estrutura fundiária, a localização dos assentamentos de reforma agrária federais, a produção agropecuária e as políticas públicas estaduais e federais para os produtores rurais.

Informações obtidas através dos representantes dos movimentos sociais rurais como MST, Comissão Pastoral da Terra (CPT) e Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Pernambuco (FETAPE) também foram coletadas, analisadas e utilizadas na pesquisa.

Ainda na etapa metodológica de levantamento de dados também foram realizadas entrevistas e aplicados questionários com os assentados de reforma agrária federais, presidentes das associações dos assentados e representantes do sindicato dos trabalhadores rurais do Estado, a fim de perceber as relações existentes entre os assentados e os representantes do agronegócio canavieiro de modo a produzir informações quali-quantitativas.

No tocante a aplicação dos questionários junto às famílias assentadas identificou-se que o total de famílias assentadas na microrregião de Vitória de Santo Antão é de 620, numa área de 5417,9851 hectares. Deste total foram aplicados questionários com 36 famílias, tendo sido as famílias contempladas as dos seguintes assentamentos: Ronda, no município de Pombos e os assentamentos Engenho Serra, Açude Grande, Caricé e Cacimbas, no município de Vitória de Santo Antão.

Parte desses questionários foi aplicada pelos representantes da Comissão Pastoral da Terra e membros da Cátedra Gilberto Freyre da Universidade Federal de Pernambuco entre os anos de 2008 e 2009, tendo sido feita aplicação complementar nos anos de 2010 e 2011. O

objetivo da aplicação complementar do questionário foi a necessidade de coletar mais informações sobre a realidade que emergiram no decorrer da própria pesquisa.

A decodificação da aplicação dos questionários, assim como a sua elaboração, foi auxiliada pelo departamento de estatística da Universidade Federal de Pernambuco, na figura do coordenador do curso de estatística o professor Doutor Cristiano Ferraz.

Concomitantemente às aplicações dos questionários e das entrevistas foram sendo elaborados materiais iconográficos e cartográficos. Estes foram construídos com as informações dos trabalhos de campo e também dos dados órgãos oficiais.

Para o desenvolvimento da análise desta pesquisa, serão desenvolvidas reflexões teóricas acerca do espaço, da produção do espaço, do território e da reprodução do capital, visando a uma compreensão mais aprofundada do espaço. Os conceitos a serem trabalhados nesta pesquisa têm como foco referencial a (re)produção do espaço e a formação territorial na microrregião de Vitória de Santo Antão que são concretizadas a partir das relações de trabalho estabelecidas entre os assentados da reforma agrária produtores da cana de açúcar e os representantes do agronegócio canavieiro.

Acredita-se que todas essas etapas, que aconteceram de maneira não linear, contribuíram para a compreensão da lógica da produção socioespacial encontrada nos assentamentos de reforma agrária federal da microrregião de Vitória de Santo Antão.

Visando tornar didática a análise em pauta, esta tese foi organizada em quatro capítulos. O primeiro busca esclarecer alguns elementos teóricos a serem abordados ao decorrer da tese. O segundo capítulo trata de estrutura fundiária no âmbito nacional e no recorte territorial de análise.

O terceiro capítulo versa sobre as políticas públicas para a produção de cana de açúcar no cenário nacional ao longo da história, mas principalmente das medidas tomadas pelo Estado que viabilizam a produção de cana de açúcar em formato de monocultivo nos assentamentos de reforma agrária. Perpassa também pela compreensão da instituição dos assentamentos de reforma agrária e as relações locais e globais da produção da cana de açúcar.

Por fim, o quarto e último capítulo trata, de forma mais direta, a questão da extração da renda da terra dos assentados da reforma agrária pelos representantes do agronegócio canavieiro. Para isto, menciona também o modo de subordinação do trabalho flexível.

1. A (re)produção do espaço agrário e a formação de território: uma questão teórica

Contudo há no canavial
oculta fisionomia:
como em pulso de relógio há
possível melodia,

ou como de um avião
a paisagem se organiza,
ou há finos desenhos nas
pedras da praça vazia.

(MELO NETO, João Cabral de. O
vento no canavial In: **Morte e
Vida Severina**. 2007).

1.1 A (re)produção do espaço agrário

A análise a partir da produção do espaço tem bastante relevância nos estudos geográficos e em todas as suas subáreas, no entanto, nas análises que tangem a geografia agrária especificamente, o conceito de território tem tido nos últimos anos um maior destaque, a exemplo dos estudos de OLIVEIRA, FERNANDES, THOMAZ JUNIOR, ELIAS, entre outros.

A análise recente, segunda metade do século XX, dos estudos da geografia agrária no Brasil pode ser, a grosso modo, dividida em dois momentos. O primeiro está ligado à geografia teórica-quantitativa que buscava embasamentos teóricos através de técnicas quantitativas, com modelos conceituais de cunho matemático-estatístico. Os estudos neste período tinham a preocupação de entender a penetração das novas tecnologias interessado ao espaço agrário, materializados de maneira mais acelerada a partir da década de 1970. Salienta-se que nesta fase começa a haver uma inversão da distribuição populacional e o urbano (SANTOS, 2008), assim como a geografia urbana, passa a ter um maior destaque nos estudos geográficos.

O segundo momento é o da contestação do primeiro através de uma revisão crítica fundamentada no materialismo histórico e dialético (GALVÃO, 2007). A abordagem crítica reforça os estudos sobre o espaço agrário, em especial através da análise territorial. A

percepção de que a agricultura desempenha papel fundamental no processo de incorporação e apropriação do território do mundo moderno contribuiu para a construção dessa linha de pensamento.

Deste modo a opção da escolha do conceito de espaço para a análise de um estudo da geografia agrária se dá pelo fato de que este conceito viabiliza a agregação e compreensão das demais instâncias espaciais e em especial a do próprio território. É no espaço que o território se materializa através das relações de poder fundadas nas relações capitalistas de trabalho.

Complementando as informações referentes à história da abordagem do conceito de espaço na geografia, é válido salientar que ele vem sendo discutido por esta ciência desde sua fase embrionária, permeando as diferentes correntes de pensamento geográfico, como na Geografia Tradicional na qual Ratzel postulava a teoria do espaço vital e Hartshorne a do espaço absoluto. No Brasil a Geografia Tradicional se estendeu até a década de 50 do século XX e estava associada a abordagem através da localização das atividades dos homens e aos fluxos (CORRÊA, 2001). Outra corrente relevante dentro do pensamento geográfico foi a teorética-quantitativa que teve como um dos seus mais importantes pensadores o alemão Willian Bunge. No Brasil essa corrente de pensamento iniciou-se por volta da década de 1950 e teve o espaço como conceito chave. A última corrente a ser mencionada é a Geografia Crítica, onde “o

espaço se revela em suas relações sociais assumindo a perspectiva da compreensão da produção do espaço” (ALBUQUERQUE, 2009), baseada principalmente no pensamento marxista.

Ao utilizar o conceito de espaço, faz-se necessário compreendê-lo partindo do princípio de que ele é produto e resultado das ações humanas. Essas ações que são materializadas no espaço são uma condição prévia, meio e produto para a realização da sociedade, num processo contínuo de inter-relação.

As ações humanas mencionadas nada mais são do que a realização do trabalho humano, no entanto, este se apresenta sob o modo de produção capitalista. Sendo assim as relações de trabalho responsáveis por extraírem a força de trabalho do indivíduo são fundamentais para compreensão da reprodução do espaço e logicamente também a do espaço agrário.

O princípio do modo de produção capitalista detém-se em expropriar o trabalhador dos seus bens, transformando-o também em mercadoria. Finalizado esse processo que tornava o homem “livre”, isto é proprietário de sua força de trabalho em mercadoria, as relações estabelecidas entre o capitalista e o assalariado firmava-se como puramente mercantil. Neste sentido Marx (2004, p. 14) declarava que:

Para que o sistema capitalista viesse ao mundo foi preciso que, ao menos em parte, os meios de produção já tivessem

sido arrancados sem discussão aos produtores, que os empregavam para realizar o seu próprio trabalho.

Essa relação entre trabalhador (força de trabalho) e empregador (capitalista e proprietário dos meios de produção do beneficiamento da matéria prima) é regida fundamentalmente pela normatização dos contratos que tem o Estado como regulador comercial do único bem que sobra aos trabalhadores, que é a sua força laboral.

A atuação do Estado enquanto agente mediador das relações sociais tem modificado a ponto de algumas análises terem indicado a sua ausência no seu papel de mediador, no entanto, o que houve foi uma transformação na sua atuação, pois ele passou a beneficiar prioritariamente os detentores dos meios de produção industrial. Ou seja, opera como repressor de movimentos trabalhistas e viabilizando as flexibilidades contratuais. Neste sentido Harvey (2005) indica que o Estado permanece como regulador fundamental das relações de trabalho e que sua importância não vem desaparecendo ou diminuindo como centro da autoridade social. Ainda segundo HARVEY (2005,p. 29) o Estado:

[...] está agora mais dedicado do que nunca a criar um adequado ambiente de negócios para os investimentos, o que significa, precisamente, controlar e reprimir os movimentos trabalhistas em todos os tipos de meios propositadamente novos: cortar os benefícios sociais, regular os fluxos migratórios e assim por diante. O Estado está muitíssimo ativo no domínio das relações entre capital e trabalho.

Diante desta afirmação deve-se atentar que quando os benefícios sociais são necessários para a reprodução do modo capitalista de produção, o Estado lança mão deste recurso através de um discurso de geração de emprego, renda e seguridade social. Apesar da forte atuação do Estado como regulador da relação trabalho e capital, a sua mão forte praticamente inexiste no que tange a relação entre os capitais (HARVEY, 2005).

No processo de produção capitalista, diferentes formas de organização do trabalho são elaboradas no tempo e no espaço visando à extração da mais-valia do trabalhador e criando formas do trabalhador alienar a sua capacidade laboral. Esse processo, como já foi mencionado, é amparado pelo Estado, que cria políticas públicas viabilizadoras desse modo alternativo de angariar a força de trabalho de grupos sociais, ao mesmo tempo em que os representantes do capital deixam de arcar com os encargos trabalhistas.

O modo de produção capitalista cria formas alternativas de relações de produção baseado no trabalho livre por meio de novos mecanismos de coerção. Esses mecanismos fazem com que a exploração da força de trabalho seja considerada legítima não só pelo empregador, como também, pelo próprio trabalhador que a ela se submete (MARTINS, 2008).

Não contraditoriamente, uma das formas de realizar a reprodução ampliada do capital é viabilizar o acesso à propriedade do

principal meio de produção (que é a terra) ao trabalhador. Apropriado desse bem, ele deixa de ser um mero vendedor da sua força de trabalho ao capital, mas continua subordinando a sua força laboral ao capital por meio de relações não capitalistas de produção. Compartilhando dessa posição OLIVEIRA (2007, p. 40) afirma que:

A expansão do modo capitalista de produção, além de redefinir antigas relações, subordinando-as à sua produção, engendra relações não-capitalistas igual e contraditoriamente necessárias à sua reprodução.

No espaço agrário brasileiro essa alienação do trabalho, tem se dado também, via a extração da renda da terra do trabalhador possuidor do título de uso ou domínio da terra (concedida pelo Estado). Apesar de deterem o controle da terra, os agricultores familiares não se personificam como um capitalista, mas sim, como meros produtores de mercadorias que se perpetuam na condição de reificados. Segundo Mézaros a pessoa reificada é aquela transformada em coisa, ou melhor, mercadoria. Já a caracterização de alienação do trabalho se dá pela:

[...] extensão universal da "vendabilidade" (isto é, a transformação de tudo em mercadoria); pela conversão dos seres humanos em "coisas", para que eles possam aparecer como mercadorias no mercado (em outras palavras: a "reificação" das relações humanas). (MÉSZÁROS, 2006, p. 39).

O uso da terra dos agricultores familiares pelo setor industrial não é feito pela coerção direta, mas sim, por meios que levam os assentados a se subordinarem espontaneamente ao setor industrial.

O termo agricultor familiar, nesta pesquisa, extrapola o debate puramente acadêmico e entra na seara política, já que é desta forma que o governo federal enquadra as pessoas detentoras do título da terra com até quatro módulos fiscais e tem em parte de suas atividades agrícolas a utilização da mão de obra familiar. Dentro deste perfil as famílias podem se encaixar em programas de créditos como é o caso do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). No campo acadêmico há certa dificuldade no que tange no ponto de vista teórico a respeito do conceito de agricultor familiar.

Apenas como modo de esclarecer indicamos que há correntes que compreendem o agricultor familiar como sendo também camponês e outras apontando que o conceito de agricultor familiar não se caracteriza conceitualmente como camponês.

O certo é que em ambos os casos não há a extração do lucro, nem da renda fundiária pelos trabalhadores e que as atividades são feitas pela família, ou empregando poucos braços de forma não contínua. Porém, ao cultivar produtos destinados ao capitalista, viabilizam que este obtenha lucro da sua produção através da sua força de trabalho e da sua terra. Sendo assim, o uso da sua terra e da sua força laboral apesar de não está oficialmente ligada ao setor, está subordinado a ele.

Para compreender esse processo de extração do lucro de uma terra não pertencente ao capitalista no modo de produção capitalista, faz-se necessário explicar o conceito de renda da terra. Lembra-se que a terra por si só não tem valor, pois é um bem concebido pela natureza e que nenhum ser humano a produziu. No modo capitalista de produção, no entanto, ela é apropriada e passa a ter um valor atribuído. A terra por si só já gera lucro, mas a extração da sua renda se dá através da realização do trabalho das pessoas e do não pagamento da totalidade do seu trabalho, ou seja, da mais-valia, ou ainda pela comercialização da terra mediante venda ou aluguel.

A renda fundiária no espaço agrícola, não necessariamente é extraída diretamente pelo seu proprietário ou posseiros. No caso da terra dos agricultores familiares a renda fundiária acontece devido a relação comercial estabelecida entre eles e os capitalistas que compram a sua produção.

A comercialização do excedente objetiva a compra de produtos que a família não consegue produzir na sua terra. Ao vender essa sobra ao capitalista o agricultor familiar não vislumbra o lucro, mas sim, o dinheiro necessário para a sua sobrevivência. Desta forma o capitalista auferir a mais-valia do trabalhador conseguindo obter lucro da terra da qual não é proprietário.

A partir desta configuração percebe-se que a análise da produção do espaço não pode ser feita sem levar em consideração as

relações de trabalho nas suas mais diversas instâncias, assim como o destino da produção. Leva-se em consideração ao entender o espaço como produto do social, que ele é resultado das relações de trabalho através dos processos de produção e que ao mesmo tempo que modifica a sociedade, a sociedade também o modifica de forma interdependente.

O espaço mesmo sendo um bem não produzido pelos homens adquiriu valor através do modo capitalista de produção. Para a realização de tal análise faz-se necessário centrar na exploração do trabalho alheio e na extração da renda da terra que se materializa de diversas formas, entre elas pelo uso da terra dos agricultores familiares que em outros momentos foram trabalhadores subordinado ao capitalista pela relação de empregado assalariado.

1.2 A renda da terra no espaço agrário a partir da lógica marxista

Neste tópico será melhor abordado o conceito de renda da terra, a partir da leitura marxista. Em função desta proposta, recorda-se que à teoria da renda da terra, em suas obras, não se encontra de maneira acabada, estando disseminada em várias partes dela. A parte mais sistematizada desta teoria, porém, encontra-se no livro 3 do “O Capital” (MARX, 2008).

Na construção conceitual de renda da terra na obra de Marx, percebe-se que a sua elaboração foi baseada na crítica ao pensamento de David Ricardo. No ponto de discordância estava o fato deste atrelar o valor e o preço da produção a uma identidade que tornava inviável a existência de uma renda independente das diferenças de fertilidade dos solos. Nesta concepção os produtos agrícolas estavam diretamente ligados ao valor necessário para produzi-los, negando a renda absoluta².

Apesar do processo de análise desses autores serem diferentes sobre o conceito de renda da terra, a teoria ricardiana também está embasada no modo de produção capitalista, porém, se diferencia da abordagem marxista por entender que a produção total é inteiramente determinada por condições técnicas. Lenz em estudo sobre as diferentes formas de abordagens sobre a renda fundiária afirma que para Ricardo:

[...] a renda da terra é obtida por uma relação técnica determinada pela existência de diversos graus de fertilidade da terra, constituindo-se em uma dedução do produto total, na parte líquida recebida pelos proprietários da terra (LENZ, 1992, p. 21).

Já ao realizar a explicação sobre o mesmo conceito Marx tem como objetivo principal analisar o movimento do capital centrado no modo de produção capitalista. Neste contexto, ele entende que valor

² Renda Absoluta: é dada pela propriedade ou direito de uso da terra por um indivíduo, através dos recursos que ela pode proporcionar, como o solo agrícola e o arrendamento.

de trabalho e a quantidade de mão-de-obra empregada na terra não modifica o valor do produto produzido que obedece uma lógica comercial. Sendo assim, o valor da terra, o valor dos produtos produzidos na terra e o valor empregado na mão de obra estão dissociados do preço da mercadoria produzida na terra.

Em contra partida na medida em que são realizadas melhorias na terra ela tende a se valorizar podendo propiciar uma renda diferencial ao seu proprietário. Neste caso, a obtenção desta renda se realiza através da troca do arrendatário ao fim do contrato, quando a terra munida de benfeitorias passa a ter maior valor propiciando a renegociação do contrato a um preço mais alto ou a troca propriamente dita do arrendatário.

Esse aumento no valor da terra em função das melhorias feitas (que podem ser de várias naturezas, mas especialmente aquelas que se referem a infraestruturas consideradas como capital fixo – como um sistema de irrigação) também é considerado no momento da venda, fazendo com que o seu proprietário extraia a renda da terra. Ainda pode se caracterizar e adquirir a renda diferencial, o aumento da produtividade da terra.

Para auxiliar na compreensão deste conceito, que vai além da relação comercial de compra e venda e do aluguel, tem-se como premissa que a terra não necessitou da força de trabalho humana para existir. Por este motivo a terra não tem valor, mas no modo de

produção capitalista suas frações foram apropriadas e transformadas em mercadorias. Nesta condição, o bem de valor inestimável, uma vez que é indispensável para sobrevivência humana, adquire um preço e se metamorfoseia em mercadoria que é ao mesmo tempo também um meio de produção indispensável para qualquer atividade e em especial as atividades agrícolas.

Na condição de meio para a produção de mercadorias a terra passa por um processo de monopólio, onde os capitalistas se apropriam deste bem ao mesmo tempo em que despojam os trabalhadores, tornando a propriedade fundiária em parte da mais-valia produzida pelo capital. Despidos dos meios de produção os trabalhadores “livres” são obrigados a venderem voluntariamente o único bem que lhes resta que é a sua capacidade de realizar trabalho. Esclarecendo essa questão Marx (2008, p. 823 - 824) indica que:

O modo capitalista de produção desapropria o trabalhador das condições de produção, e do mesmo modo na agricultura subtrai a propriedade ao trabalhador agrícola e subordina-o a um capitalista que explora a agricultura para conseguir lucro.

Desta maneira, a terra, que é condição indispensável para a produção de mercadorias, passa a ter no modo de produção capitalista o mesmo processo dos demais meios de produção no que se refere ao despojamento dos trabalhadores. Faz-se necessário lembrar que Marx viveu no século XIX e de lá para cá inúmeras foram às transformações no modo capitalista de produção. É, portanto,

necessário novos balizamentos na sua teoria com o intuito de melhor adequá-la as mudanças desse modo de produção nos dias atuais. Ainda no tocante a sua obra, percebe-se que para este pensador a extração da renda fundiária não ocorre apenas através da realização do contrato de compra e venda e do aluguel da terra.

A renda fundiária no modo capitalista de produção também é parte da mais-valia, ou seja, trabalho realizado e não pago pelo capitalista ao trabalhador. Como demonstra Oliveira (2007, p. 43):

[...] a renda da terra é uma fração da mais-valia, ou seja, é, mais precisamente, **componente particular e específico da mais-valia**. Para Karl Marx, mais-valia é, no modo capitalista de produção, a forma geral da soma de valor (trabalho excedente e realizado além do trabalho necessário que por sua vez é pago sob a forma de salário) de que se apropriam os proprietários dos meios de produção (capitalistas e ou proprietários de terras) sem pagar o equivalente aos trabalhadores (trabalho não pago) sob as formas metamorfoseadas, transfiguradas de lucro e de renda fundiária.

Ainda buscando melhor explicar as formas de realização da renda fundiária no modo capitalista de produção, em outra obra de Oliveira (2001, p. 49) ele completa que:

[...] o desenvolvimento do modo capitalista de produção no campo se dá primeiro e fundamentalmente pela sujeição da renda da terra ao capital, quer pela compra da terra para explorar ou vender, quer pela subordinação à produção do tipo camponês. O fundamental para o capital é a sujeição da renda da terra, pois a partir daí, ele tem as condições necessárias para sujeitar também o trabalho que se dá na terra.

Na análise atual, porém, a configuração da renda da terra por subordinação dos trabalhadores da agricultura não se dá apenas

quando estes se tornam empregados assalariados do proprietário da terra. Aquela configuração da relação entre proprietário da terra, arrendatário e trabalhador, por vezes, se encontra, na atualidade, alterada na configuração mencionada por Marx (trabalhador assalariado, capitalista e proprietário da terra).

Essas mudanças foram constituídas para atender às demandas exigidas pelas transformações no modo capitalista de produção. Neste novo formato os agentes responsáveis pela produção socioespacial podem adquirir mais de uma personificação ao mesmo tempo. Tem-se neste enquadramento o caso de agricultores familiares que são ao mesmo tempo trabalhadores e possuidores da sua terra de trabalho.

Apesar da condição privilegiada, por terem o título de posse da terra (principal meio de produção dos trabalhadores agrícolas), os agricultores familiares não raro, subordinam a sua força de trabalho ao capitalista. Essa subordinação se dá uma vez que os agricultores familiares não são capazes de produzir nas suas terras todos os elementos necessários para a sua reprodução. Assim, cultivam também produtos destinados aos representantes do capital visando a troca por dinheiro que lhes servirá na compra dos produtos necessário para a manutenção familiar.

A lógica de comercialização dos produtos desses agricultores não segue o mesmo raciocínio dos capitalistas, pois, o agricultor

familiar vende a sua mercadoria visando o retorno para a manutenção da sobrevivência da família e não o lucro. O estabelecimento desta relação não se materializa como parceria, mas sim, como subordinação dos agricultores familiares ao agronegócio. Esses apesar de não terem uma lógica capitalista na produção que comercializam, são funcionais a reprodução do modo capitalista de produção na sua feição atual. Ressalta-se que apesar de inseridos dentro deste modo de produção, não vislumbram o lucro. A não produção do lucro é ocasionado por uma série de motivos, entre eles, a percepção da inviabilidade desta possibilidade em função do contexto no qual encontra-se inserido. Esse cenário acaba por acarretar uma monopolização do território por parte do agronegócio no espaço agrário.

Diante do exposto sobre essa possível forma de obtenção da renda fundiária, que também pode ser nominada de renda da terra e renda territorial, conclui-se que toda ela é mais-valia, ou seja, produto de um trabalho excedente e sobra acima do lucro. Elucidando a afirmação Oliveira diz que:

[...] no modo capitalista de produção, a renda da terra é sempre sobra acima do lucro (do lucro médio que todo capitalista retira de sua atividade econômica, aliás, sem esse lucro médio nenhum capitalista colocaria seu capital para produzir). Ela é, dessa forma, sobra acima da fração do valor das mercadorias, que nada mais é do que mais-valia, ou seja, trabalho excedente. (OLIVEIRA, 2007, p. 41)

Apesar de não seguir a praxe da lógica capitalista da relação entre empregado e empregador, a destinação da sua terra e a realização do seu trabalho voltado para a produção de cana de açúcar, faz com que o trabalho que o assentado da reforma agrária no território da microrregião de Vitória de Santo Antão se realize informalmente para atender as necessidades do agronegócio da cana. Assim sendo, o agronegócio segue a lógica da obtenção da mais-valia do trabalhador e viabiliza a reprodução das relações socioespaciais e formando novos territórios por meio das relações de poder, que são estabelecidas via novos formatos de relações de trabalho.

Nesse sentido, é possível compreender a realização de renda fundiária por três maneiras: renda-trabalho, renda-dinheiro e renda-produto. As duas primeiras, no entanto, se convertem na última.

1.3 O conceito de território e a importância dos agentes sociais para sua reprodução no espaço agrário

Apesar de estar em evidência na geografia e em outras ciências como a antropologia e a sociologia, o conceito de território é bastante antigo e foi fundamental para a formação da ciência geográfica.

A palavra território epistemologicamente é próximo de terra-territorium quanto de terreo-territor (terror, aterrorizar) (HAESBAERT, 2004), ou seja, tem relação direta com a idéia de dominação de uma área através do terror, do medo.

Inicialmente na geografia esse conceito estava estritamente ligado à apropriação do solo pelo Estado. O defensor mais conhecido dessa proposta era o geógrafo alemão Ratzel, que via a sociedade somente de forma passiva incapaz de gerar transformações espaciais (RAFFESTIN, 1993). A partir dessa ótica apenas o Estado era capaz de formar território (SOUZA, 2001). Essa percepção da escola alemã conduzida por Ratzel foi tão forte e atrelada ao poder político no período, que nem a escola francesa, a priori, conseguiu desconstruir essa linha de pensamento.

Ressaltamos que a fase em questão era a segunda metade do século XIX, onde os Estados eram (via de regra) totalitários, justificando, de certa forma, o panorama teórico e metodológico utilizado nesse período inicial da ciência geográfica.

No entanto, os estudos geográficos recentes mostram que a formação do território não é feita apenas pelo Estado, mas também pelo domínio do solo através das relações de poder estabelecidas pela sociedade por meio da produção capitalista do espaço. Nesta perspectiva alguns territórios coexistem e em alguns casos eles são interdependentes.

Apesar do território se caracterizar como uma apropriação do espaço a partir das relações de poder, é possível coexistir mais de um território no mesmo espaço. Nesta situação eles não são necessariamente excludentes, podendo existir concomitantemente no

espaço e no tempo, gerando ou não conflitos e se articulando ou não nas relações capitalistas da produção do espaço.

No bojo da tentativa dessa compreensão, percebe-se que há a existência de várias escalas territoriais no espaço agrário e que eles se apresentam de diferentes formas. Nesta direção os agentes produtores dos territórios se mostram compostos pelas forças e formas diferentes de apropriação que são norteadas pelas relações de trabalho. Apesar desta colocação Haesbaert (2004, p. 344) complementa alegando que “toda relação social implica uma intenção territorial”.

Ressalta-se ainda que as relações de poder têm uma escala de produção de território bastante variada, mas não se concretiza em apenas uma única pessoa, organização ou grupo social. Mesmo quando a percepção do poder é aparentemente personificada em um único indivíduo, na verdade ele pertence a um grupo unido por congruências de interesses.

A formação do pensamento geográfico sobre o conceito de território hoje tem como principal norte Raffestin e a sua obra *Por uma geografia do poder*. Autores como Milton Santos e Rogério Haesbaert entre outros partem dele para explicitar os seus conceitos de território. Ratificando FABRINI (2011, p. 98) diz que “a interpretação hegemônica do território foi constituída por diversos autores a partir do pensamento de Raffestin”.

A concepção central desse conceito que ampara este autor é a de que o território:

[...] é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder. O espaço é a "prisão original", o território é a prisão que os homens constroem para si (RAFFESTIN, 1993, p. 143 - 144).

Para esta pesquisa, no entanto, vamos entender o território como uma extensão apropriada através do poder estabelecido via produção capitalista do espaço realizado através das relações de trabalho.

A priori achamos necessário lembrar que compreender o espaço por meio do território, é ter como premissa que o espaço é anterior ao território (SOUZA, 2001 e RAFFESTIN, 1993) e que são as relações sociais estabelecidas nele que o faz objeto de análise. Raffestin afirma que o território "é a cena do poder e o lugar de todas as relações, mas sem a população, ele se resume a apenas uma potencialidade" (RAFFESTIN, 1993, p. 58).

Dessa forma o território não é o espaço simplesmente, mas o espaço construído pelos agentes sociais através de suas relações de poder, (por meio da realização do trabalho) considerando ser toda relação um lugar do poder. Como agentes podemos identificar não só os indivíduos, mas também as organizações, como: Família, Estado, Empresa, Igreja entre outras que compõe o território a partir da

extensão dos seus usos e dos seus movimentos conjuntos e/ou dissociados. Essas organizações, via de regra:

[...] canalizam, bloqueiam, controlam, ou seja, domesticam as forças sociais. [...] pois exprime de uma só vez o jogo das organizações no espaço e no tempo. Elas "canalizam" quer dizer que obrigam a tomada de linhas de função determinada, quer se trate do espaço concreto, geográfico, quer do espaço abstrato, social; "bloqueiam" significa que agem sobre as disjunções, para isolar e dominar; "controla", ou seja, têm tudo ou procuram ter tudo sob o olhar, criam um espaço de visibilidade no qual o poder vê, sem ser visto. (RAFFESTIN, 1993. p. 39).

As relações de poder dessas organizações acabam por refletir inúmeros níveis hierárquicos e diferentes estratégias na (re)produção do território. Na análise da produção do território no espaço agrário no modo capitalista de produção é essencial considerar as relações estabelecidas entre as instituições e os assentados da reforma agrária federal no território da microrregião de Vitória de Santo Antão.

Os agentes representantes do agronegócio e o Estado atuam como as principais instituições condicionadoras do espaço agrário brasileiro em função da capacidade de direcionamento das relações de trabalho que viabilizam e acentuam a extração da mais-valia dos trabalhadores e a formação dos territórios com o maior poder de apropriação do espaço.

Os trabalhadores também atuam modificando o espaço e formando território, mas o seu poder de transformação sofre uma série de limitações em função da sua condição de possuidor da sua

força de trabalho como único bem. No recorte espacial em análise (a microrregião de Vitória de Santo Antão) há como peculiaridade a existência de trabalhadores possuidores de um bem que vai além da propriedade da própria força de trabalho, ou seja, eles detêm a terra onde vivem e trabalham. Mesmo nesta privilegiada condição, esses trabalhadores caracterizados como assentados da reforma agrária também submetem a sua força laboral aos agentes representantes do agronegócio e se inserem territorialmente dentro do território canavieiro pernambucano.

Essa inserção dá-se via submissão não só da sua força de trabalho, mas também de sua terra que tem a sua renda extraída pelo agronegócio com o apoio do Estado através da implementação de políticas públicas viabilizadora de tal cenário.

2. A (re)produção do espaço agrário brasileiro: o caso de Pernambuco e do território da microrregião de Vitória de Santo Antão

- Bem me diziam que a terra
se faz branda e macia
quanto mais litoral
a viagem se aproxima.
Agora afinal cheguei
nessa terra que diziam.
Os rios que correm aqui
têm água vitalícia.
Cacimbas por todo lado;
cavando o chão, água mina.
Vejo agora que é verdade
o que pensei ser mentira.
Quem sabe se nesta terra
não plantarei minha sina?

(MELO NETO, João Cabral de.
Morte e Vida Severina. In:
Morte e Vida Severina. 2007).

2.1 A estrutura fundiária brasileira: a inserção dos assentamentos de reforma agrária e a perpetuação do latifúndio

A inserção, nas últimas duas décadas, dos assentamentos de reforma agrária e demais formas de ocupação por meio de pequenas unidades territoriais (como chácaras, granjas e etc) não foi suficiente para alterar a estrutura fundiária brasileira. Esta continua caracterizada por ser concentrada e apresentar forte desigualdade no que se refere à viabilidade de acesso, distribuição e uso da terra.

Para auxiliar a compreensão das transformações ocorridas no espaço agrário brasileiro e do território da microrregião de Vitória de Santo Antão, faz-se necessário ter a compreensão também do conceito de estrutura fundiária e a sua configuração no Brasil e na região em análise.

Considera-se estrutura fundiária a maneira como as propriedades rurais estão distribuídas, organizadas e apropriadas num determinado espaço levando em consideração as suas dimensões num dado momento histórico (HOFFMANN e NEY, 2010 e OLIVEIRA, 2009). A análise da estrutura agrária auxilia na compreensão das diferenças sociais existentes no espaço agrário e serve como um indicativo da forma de distribuição da terra e auxilia na percepção de como ocorre a exclusão das pessoas ao acesso a esta.

Buscando classificar o quadro geral da estrutura fundiária do país o INCRA atualmente divide os imóveis rurais em quatro grandes grupos levando em consideração as suas dimensões a partir da quantidade de módulos fiscais. Os módulos fiscais são unidades de medida expressas em hectares, no entanto, eles não possuem a mesma dimensão nas diferentes municípios do Brasil, pois, são os representantes políticos dos municípios os responsáveis por determinarem a quantidade de hectares que cada módulo fiscal deve conter.

Devem ser levados em consideração quatro fatores para determinar a quantidade de hectares de cada módulo fiscal, são eles: o tipo de exploração predominante no município; a renda obtida com a exploração predominante; outros tipos de explorações existentes no município que, embora não predominantes, sejam significativas em função da renda e da área utilizada; e por último, o conceito de propriedade familiar (HOFFMANN e NEY, 2010).

A partir desses indicadores os imóveis rurais são grupados em minifúndios que têm até 1 (um) módulo fiscal, pequenos imóveis rurais que são as propriedades entre 1 (um) e 4 (quatro) módulos fiscais, médios imóveis rurais que contém mais de 4 (quatro) e menos de 15 (quinze) e por fim, os grandes imóveis rurais que são aqueles que possuem mais de 15 (quinze) módulos fiscais (HOFFMANN e NEY, 2010).

No Brasil a estrutura fundiária se estabeleceu desde o século XVI com a predominância de latifúndios e permanecendo com esta configuração geral fundiária até os dias atuais. Apesar disto não é possível considerar que o sistema socioeconômico que moldou a estrutura fundiária no período colonial seja o mesmo que rege a dos dias atuais.

Devido à permanência dos latifúndios no tocante à distribuição e uso da terra, a análise da questão agrária por vezes é, ainda hoje, baseada nas relações coloniais. Essa análise acaba por ser equivocada, pois, a Lei de Terras de 1850 aparece como um momento importante para a formação da atual estrutura fundiária brasileira, nas reformulações das relações de trabalho no espaço agrário e consequentemente no modo de produção. Esta lei transformou a terra em mercadoria e fez com que houvesse diferenças na forma de sua apropriação. Como mercadoria ela deixou de ser uma concessão passando à condição de propriedade privada adquirida mediante contrato de compra e venda. Seguindo a ideia de Martins (2010), a partir deste momento a terra passou a ser cativa do seu proprietário.

Esse artifício de transformar a terra em mercadoria deu-se através das necessidades do país em se adequar às modificações políticas e econômicas provocadas por influências de agentes internos e especialmente externos. Apesar da mudança na forma de aquisição

da propriedade não houve dissolução do modelo latifundiário e monocultor (OLIVEIRA, 2009). Visando complementar a compreensão da análise sobre a Lei de Terras, afirma-se que:

Essa lei não apenas transformou a terra em mercadoria, como impossibilitou o acesso a todos que não tivessem dinheiro para adquiri-la. Os trabalhadores livres e os libertos da escravidão só poderiam subsistir na agricultura mediante a venda de sua força de trabalho aos proprietários das terras e do capital. (SZMRECSÁNYI, 1978. p.27).

Neste sentido, a implementação da Lei de Terras visou atender as transformações das relações de trabalho e não numa possível transformação da estrutura fundiária.

A respeito da permanência da concentração de terra e do modelo latifundiário do país deve-se analisar, o quadro a seguir. Nele percebe-se a área média dos estabelecimentos agropecuário do país e a concentração de terras pelo Índice de Gini.

QUADRO – 01

BRASIL: ÁREA MÉDIA DOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS, EM HECTARES, E ÍNDICE DE GINI DA DISTRIBUIÇÃO DA POSSE DA TERRA, CONFORME UNIDADE DA FEDERAÇÃO. CENSO AGROPECUÁRIO, 1975 A 2006.

Unidade geográfica		Área Média					Índice de Gini				
		75	80	85	95/96	2006	75	80	85	95/96	2006
NO	Rondônia	121,0	108,0	74,8	115,5	96,7	0,623	0,653	0,656	0,766	0,714
	Acre	172,5	207,5	149,4	133,8	126,5	0,632	0,693	0,626	0,723	0,716
	Amazonas	70,1	70,2	50,5	40,0	64,5	0,921	0,871	0,820	0,809	0,838
	Roraima	608,2	658,2	336,5	402,5	172,3	0,887	0,788	0,753	0,815	0,666
	Pará	86,5	91,6	97,8	109,2	109,1	0,868	0,843	0,828	0,815	0,821
	Amapá	185,2	186,4	250,8	213,8	283,0	0,855	0,850	0,865	0,835	0,851
NE	Maranhão	25,1	30,6	29,5	35,5	57,0	0,927	0,926	0,924	0,904	0,866
	Piauí	48,6	44,8	43,8	46,7	43,0	0,898	0,898	0,897	0,874	0,856
	Ceará	43,7	47,8	34,0	26,4	23,2	0,784	0,780	0,816	0,846	0,862
	Rio G. do Norte	41,8	42,4	37,9	41,0	40,5	0,862	0,851	0,854	0,853	0,824
	Paraíba	23,7	29,3	24,0	28,1	23,6	0,845	0,828	0,843	0,835	0,821
	Pernambuco	19,9	20,2	18,8	21,6	19,1	0,829	0,825	0,831	0,822	0,825
	Alagoas	19,8	20,3	16,6	18,6	17,9	0,846	0,847	0,860	0,865	0,871
	Sergipe	17,9	19,8	16,7	17,2	15,1	0,855	0,848	0,860	0,848	0,822
	Bahia	46,1	47,1	45,2	42,7	39,3	0,812	0,826	0,841	0,835	0,839
SE	Minas Gerais	96,4	96,8	83,4	82,2	60,8	0,756	0,768	0,772	0,773	0,795
	Espírito Santo	63,4	64,0	56,3	47,7	33,9	0,628	0,657	0,673	0,692	0,733
	Rio de Janeiro	45,2	41,0	35,8	45,0	36,2	0,791	0,805	0,816	0,791	0,798
	São Paulo	73,9	73,8	71,8	79,8	74,1	0,775	0,774	0,772	0,760	0,803
SU	Paraná	32,7	36,1	35,8	43,1	42,2	0,729	0,743	0,752	0,743	0,770
	Santa Catarina	33,3	34,6	31,6	32,5	31,9	0,659	0,680	0,685	0,673	0,680
	Rio G. do Sul	50,2	50,7	48,0	50,8	46,5	0,755	0,762	0,764	0,763	0,772
CO	Mato G. do Sul	496,0	642,7	570,2	628,3	465,6	0,909	0,871	0,861	0,823	0,857
	Mato Grosso	391,6	545,7	485,6	633,0	427,0	0,944	0,922	0,910	0,871	0,865
	Goiás + Tocantins	280,9	311,3	264,3	286,0	211,3	0,749	0,755	0,756	0,741	0,782
	Distrito Federal	99,5	107,6	92,3	99,6	63,6	0,783	0,755	0,776	0,802	0,818

Fonte: HOFFMANN e NEY, 2010.

No ano de 2006 o menor índice de Gini, ou seja, o estado onde houve o menor índice de concentração fundiária foi o de Roraima, onde aconteceu a maior queda de concentração de terra no país entre 1975 e 2006. Apesar disto é o 5º Estado com a maior área média dos estabelecimentos agropecuários por hectares. Faz-se necessário

comentar que parte expressiva do território deste Estado são reservas pertencentes aos indígenas.

Em Alagoas a concentração de terra é maior (0,871), apesar disto, não está entre os Estados que apresentam a maior área média das propriedades em hectares. Paralelamente, é o Estado do Nordeste que tem percentualmente a maior área colhida do cultivo de cana de açúcar, aproximadamente 15% da área total do território do estado é ocupado por esta gramínea (IBGE, Produção Agrícola Municipal / 2010).

A região Sul foi a que apresentou o menor índice de Gini em 2006, numa média de 0,740. Entre os motivos deste índice diferenciado é possível citar o processo de ocupação do setor agropecuário através da imigração europeia. Esta foi estimulada visando seu estabelecimento em pequenas propriedades, diferindo das demais ocupações regionais do país.

A segunda região com menor concentração de estabelecimentos agropecuários, segundo os dados da tabela, é a região Sudeste com 0,782 de índice de Gini. Apesar desta colocação é uma região caracterizada pelo estabelecimento do agronegócio em especial o de cana de açúcar, o da laranja e o da soja, além da pecuária. Essa produção, no entanto, tem no estado de São Paulo a sua maior concentração e importância.

A região Nordeste encontra-se em primeiro lugar no índice de concentração de terra com 0,84. Relembra-se que esta região foi a primeira do país a passar pelo processo de ocupação europeia visando à produção agrícola em larga escala para o abastecimento do mercado externo, ainda no século XVI. Neste cenário regional os índices mais altos de concentração dos estabelecimentos agropecuários ficam na Mesorregião da Mata, no Oeste da Bahia e no Norte do Piauí e Maranhão (como é possível ver no mapa do Índice de Gini da área total dos estabelecimentos agropecuários, por município também do ano de 2006). Ressalta-se que a Mesorregião da Mata é caracterizada pelo predomínio da lavoura canavieira e tem os agentes representantes do agronegócio canavieiro norteando as relações locais através das influências geradas pelas demandas do mercado internacional.

No estado de Pernambuco em 2006 o índice foi de 0,825 ficando como o 10º estado de maior concentração de terra no país, mesmo com este índice elevado, entre os anos de 1975 e 2006 houve leve diminuição na concentração fundiária (de -0,004), provavelmente pelo aumento da distribuição de terras para assentamentos.

Seguindo de perto o Nordeste a região Centro-Oeste tem o índice de Gini de 2006 de 0,83 e diferentemente da primeira e tem

ocupação mais recente caracterizada também pelo estabelecimento do agronegócio especialmente da soja, pecuária e cana de açúcar.

A análise do índice de Gini apesar de indicar o perfil da concentração fundiária, não permite a percepção dos conflitos e tensões socioterritoriais gerados pelo acesso à terra e pelo monocultivo, mas acaba por possibilitar a análise do espaço agrário e das áreas onde há maior e menor desigualdade no acesso à terra pelos trabalhadores.

Complementando as observações sobre a tabela da ÁREA MÉDIA DOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS, EM HECTARES, E ÍNDICE DE GINI DA DISTRIBUIÇÃO DA POSSE DA TERRA, CONFORME UNIDADE DA FEDERAÇÃO. CENSO AGROPECUÁRIO, 1975 A 2006, observa-se que a imagem a seguir (que também é feita a partir do índice de Gini) ilustra o cenário geral da estrutura fundiária do país auxiliando visualmente na percepção do perfil concentrador de terras.

A despeito do mapa do ÍNDICE DE GINI DA ÁREA TOTAL DOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS, POR MUNICÍPIO ratifica-se a percepção da tabela anterior que indica a região nordeste onde a concentração dos municípios com os índices mais elevados. Ainda é possível perceber que em alguns Estados há uma concentração localizada em determinadas regiões, como ocorre, por exemplo, na

Zona da Mata da Paraíba, de Pernambuco e Alagoas, oeste da Bahia e oeste do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

MAPA - 02
BRASIL: ÍNDICE DE GINI DA ÁREA TOTAL DOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS, POR MUNICÍPIO – 2006

Fonte: IBGE, Censo Agropecuária 2006.

Diante do perfil do mapa acima percebe-se que a concentração fundiária no país desde a fase Colônia permanece em seu caráter concentrador. Faz-se necessário reafirmar que a forma de apropriação da terra não é a mesma, assim como o modo de

produção mudou e o modo de subordinação do trabalhador no espaço agrário também³. Além disto, soma-se o fato do aumento da variedade da quantidade de produtos cultivados em larga escala destinados prioritariamente ao mercado externo, como é o caso da soja e da laranja, por exemplo.

Essas mudanças com permanências acabaram por acarretar inúmeras tensões entre trabalhadores e latifundiários em busca da apropriação territorial. Entre as principais tensões estão as geradas pela dificuldade material do acesso à terra por meio de compra e venda uma vez que a terra foi transformada em mercadoria e os trabalhadores assalariados recebem através da venda da sua força laboral apenas um “pró-labore” correspondente ao valor necessário para a manutenção da sua sobrevivência. Desta forma o acesso à terra por este mecanismo contratual fica restrito a um pequeno grupo social.

Visando a amenizar essas tensões o Estado ora lançou planos de reforma agrária, ora tentou amenizar pontualmente os conflitos. Neste último caso menciona-se as Ligas Camponesas (que será melhor relatado em páginas a diante) e no primeiro pontua-se algumas normas e planejamentos visando à reforma agrária por parte do Governo Federal.

³ Deve-se fazer alguns destaques em relação à manutenção do trabalho escravo ou análogo ao escravo em algumas propriedades.

Estes planejamentos estavam e ainda estão tendo como pilar a implantação de assentamentos. Neste momento serão mencionados apenas os norteamentos dados nos planos de reforma agrária pelo Governo Federal a partir da década de 1980, não só por ser o recorte temporal utilizado nesta pesquisa, mas também por ter se iniciado nesta década uma série de planejamentos visando à realização dos projetos para a reforma agrária de maneira mais sistemática e através de metas (que apesar de propostas pelo próprio Estado nunca foram cumpridas).

Os anos de 1980 foram marcados também pelo relaxamento e fim do regime ditatorial militar no Brasil e não coincidentemente essa década é congruente com o aumento das ocupações de terras no país, uma vez que foram amenizadas às repressões aos movimentos sociais (que diminuíram a sua atuação com a repressão do regime ditatorial) como um todo. Paralelamente à instituição dos assentamentos se intensifica também a evidencia da configuração da submissão do assentado da reforma agrária ao agronegócio e como consequência a subordinação deste trabalhador que é também detentor do principal meio de produção do espaço agrário, a terra.

Entre as medidas desencadeadoras deste cenário pode-se indicar as políticas públicas voltadas para diminuir os conflitos no campo em função das dificuldades de acesso à terra. Entre decisões tomadas pelo Governo Federal menciona-se a revisão do Estatuto da

Terra do ano de 1985. Este Estatuto foi criado em pleno regime militar visando amenizar os conflitos pela terra no país que tiveram início na década de 1950 (a exemplo das Ligas Camponesas). As metas principais do Estatuto da Terra de 1964 eram: a realização da reforma agrária e o desenvolvimento da agricultura. Como foi possível perceber nos dados da tabela da área média dos estabelecimentos agropecuários e no mapa do Índice de Gini da área total dos estabelecimentos agropecuários, por municípios o primeiro objetivo não foi cumprido. O segundo foi apenas parcialmente atingido uma vez que temos municípios com tecnologias de ponta sendo utilizadas na agropecuária, enquanto outros lugares do país ainda perduram a agricultura utilizando apenas a força braçal e conhecimento empírico do trabalhador.

A revisão do Estatuto da Terra ocorrida entre 1985 e 1990 não significou um grande avanço para a estrutura agrária do país, pois teve retirado do seu texto a desapropriação de terras por interesse social. Todavia, neste período, 93.455 famílias foram assentadas, um número baixo em relação às inúmeras reivindicações dos movimentos sociais rurais (DATA LUTA, 2007 Apud COCA, 2008).

No ano de 1990 a promessa por parte do Governo Federal de assentar 500 mil famílias, no entanto, os anos de 1990 até 1992 foram caracterizados pela repressão aos movimentos sociais rurais. Nesse período ocorreu diminuição nas reivindicações dos movimentos

em função da repressão, tendo sido assentadas apenas 42.030 famílias, menos da metade em relação ao governo anterior (DATA LUTA, 2007 Apud COCA, 2008). Atenta-se ao fato de que entre 1990 e 1994 houve duas gestões presidenciais distintas, uma entre 1990 e 1992 (presidente Fernando Collor de Mello) e outra entre 1993 e 1994 (Presidente Itamar Franco).

Neste processo de transição de poder do Governo Federal houve, no ano de 1993, certo relaxamento nas repressões, mas em contrapartida foi aprovada a Lei Agrária (Lei nº 8.629, de 25.02.1993), que continha alguns artigos que dificultavam a reforma agrária, como o 2º § 6º indicando que:

[...] não será passível de desapropriação, para fins de reforma agrária, o imóvel que comprove estar sendo objeto de implantação de projeto técnico...", desde que tal projeto "haja sido registrado no órgão competente no mínimo 6 (seis) meses antes do decreto declaratório de interesse social" (inciso IV). "Tal determinação significava um perigoso precedente, pois poderia criar uma verdadeira "indústria de projetos frios", forjados pelos proprietários dos imóveis pura e simplesmente para evitar a desapropriação (COCA, 2008).

O saldo final do número de famílias assentadas entre 1993 e 1994 foi de apenas 14.627 famílias (DATA LUTA, 2007 Apud COCA, 2008). Entre os anos de 1995 a 1998 foram criados 2.413 assentamentos no Brasil, num total de 306.285 famílias (DATA LUTA, 2007 Apud COCA, 2008). Entre 1999 e 2002 esse número caiu quase pela metade. O total de projetos de assentamentos ficou em 1.931,

enquanto o número de famílias chegou a um total de 158.312 (DATA LUTA, 2007 Apud COCA, 2008).

A instituição desses assentamentos não paralizou a atuação dos movimentos sociais rurais através de ocupações de terras improdutivas ou que não estivessem cumprindo a sua função social. Como forma de tentar frear esse principal modo de reivindicação pelo acesso a terra é lançada na Lei de nº 8.629, de 25.02.1993, a medida provisória de número 2.109-52 de 2001 que impedia a desapropriação das áreas ocupadas. Segue o parágrafo da medida provisória que explicita essa determinação.

§ 6º O imóvel rural de domínio público ou particular objeto de esbulho possessório ou invasão motivada por conflito agrário ou fundiário de caráter coletivo não será vistoriado, avaliado ou desapropriado nos dois anos seguintes à sua desocupação, ou no dobro desse prazo, em caso de reincidência; e deverá ser apurada a responsabilidade civil e administrativa de quem concorra com qualquer ato omissivo ou comissivo que propicie o descumprimento dessas vedações. (MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.109-52, DE 24 DE MAIO DE 2001)

Apesar do Governo Federal ter dado início a políticas de planejamentos para a reforma agrária na década de 1980, na visão dos movimentos sociais rurais desta década até o ano de 2002 houve mais retrocessos do que avanços na questão da reforma agrária⁴. A propriedade das terras continuou concentrada nas mãos de poucos, o

⁴ Informações obtidas através das entrevistas realizadas com os representantes dos movimentos sociais rurais como CPT e FETRAF.

acesso a terra continuou restrito e as políticas públicas voltadas para a agropecuária continuaram visando prioritariamente o auxílio às grandes propriedades e ao agronegócio.

No ano de 2003, porém, surgiu para os movimentos sociais rurais a esperança de uma mudança de cenário do espaço agrário brasileiro⁵. A ideologia de uma solução não só para a estrutura fundiária, mas também para a questão agrária como um todo foi a expectativa dos movimentos sociais rurais. Visando chegar a uma situação mais favorável aos movimentos sociais rurais e a melhor estrutura agrária do país o MST, apoiou a presidência o candidato, que foi eleito, Luiz Inácio Lula da Silva (FERNANDES, 2008).

No entanto, segundo dados oficiais do INCRA (2011) entre o início de 2003 e o final de 2006 o Governo Federal assentou apenas 614 mil famílias no país. Esse quantitativo apesar de aparentemente elevado foi pouco para as expectativas dos movimentos sociais rurais. Assim como esses agentes representantes da massa trabalhadora do espaço agrário, ou dos que desejam passar a trabalhar nele, contestam esses números. Além dos movimentos sociais rurais que através dos seus representantes postulam tal desequilíbrio entre os dados oficiais e a realidade, a reportagem publicada no site do Jornal Estadão, no dia 28 de fevereiro de 2011, ratifica tal conduta do Estado indicando que:

⁵ Ao assumir a Presidência da República um representante da classe trabalhadora – Luiz Inácio Lula da Silva.

[...] verificou que quase um terço (26,6%) das famílias assentadas por Lula é, na verdade, constituído por famílias que já viviam e produziam na zona rural, mas sem título de propriedade. O trabalho do governo foi dar-lhes o título e incluí-las nos programas de apoio à agricultura familiar. (ESTADÃO ONLINE, 2011)

Diante deste comentário e ao analisar o quadro BRASIL: NÚMERO E ÁREA TOTAL DOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS COM A DECLARAÇÃO DE ÁREA, CONFORME TRÊS ESTRATOS DE ÁREA E CONDIÇÃO DO PRODUTOR ratifica-se o fato da estrutura fundiária do país permanece praticamente congelada e tendo até alguns retrocessos no que tange à distribuição da terras. Na leitura total do país é possível perceber que os dados desta tabela informam leve diminuição nos imóveis rurais com até 10 hectares entre os anos de 1975 e 2006 que passou de 2.601.860 para 2.477.071 respectivamente. A área ocupada por essas famílias neste tipo de imóvel também teve leve redução.

Já a configuração dos imóveis entre 10 e 100 hectares foi possível perceber o aumento bastante discreto no que se refere tanto a área ocupada, como ao número de imóveis rurais. Ressalta-se que dentro deste contexto, houve a inserção não só de unidades voltadas para a produção de alimentos, como também, para a destinação de chácaras e sítios para residências esporádicas ou de fins de semana. Nestes casos, mesmo estando o imóvel localizado na zona rural ele pouco acrescenta no que tange a questão da produção agrícola.

No que se refere aos imóveis rurais com mais de 100 hectares notou-se diminuição no número de imóveis ao mesmo tempo em que aumentou a área ocupada, indicando aumento da concentração de terras.

Complementando a análise geral do quadro é possível perceber que apesar do número de imóveis rurais com até 10 hectares terem cinco vezes mais estabelecimentos que os que têm mais de 100 hectares este último grupo ocupa uma área trinta vezes maior.

O cenário indicado pelo quadro BRASIL: NÚMERO E ÁREA TOTAL DOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS COM A DECLARAÇÃO DE ÁREA, CONFORME TRÊS ESTRATOS DE ÁREA E CONDIÇÃO DO PRODUTOR, mostra a estrutura fundiária concentradora no cenário nacional e que a inserção dos assentamentos a partir da década de 1980, o número de parcelas com menos de 100 hectares teve apenas um leve crescimento, não tendo sido capaz de gerar uma transformação significativa na estrutura fundiária do cenário nacional.

QUADRO - 02

BRASIL: NÚMERO E ÁREA TOTAL DOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS COM DECLARAÇÃO DE ÁREA, CONFORME TRÊS ESTRATOS DE ÁREA E CONDIÇÃO DO PRODUTOR. CENSO AGROPECUÁRIO, 1975 A 2006.

Condição do produtor e ano	Menos de 10 ha		10 a menos de 100 ha		100 ha e mais		Total	
	Nº	Área (1.000 ha)	Nº	Área (1.000 ha)	Nº	Área (1.000 ha)	Nº	Área (1.000 ha)
Proprietário								
1975	1.181.651	5.024	1.592.798	51.760	424.630	231.992	3.199.079	288.777
1980	1.241.209	5.246	1.682.147	55.136	466.415	264.252	3.389.771	324.633
1985	1.431.270	5.773	1.813.879	59.790	500.913	274.785	3.746.062	340.348
1995/96	1.396.271	5.577	1.722.972	57.119	484.388	268.958	3.603.631	331.655
2006	1.787.949	6.285	1.724.015	55.615	434.312	244.948	3.946.276	306.848
Arrendatário								
1975	481.839	1.120	68.132	1.968	19.911	6.610	569.882	9.698
1980	475.057	1.114	86.816	2.497	23.520	9.226	585.393	12.837
1985	466.777	1.039	85.049	2.651	22.683	8.067	574.509	11.758
1995/96	200.245	448	52.827	1.657	14.864	6.544	267.936	8.649
2006	156.836	361	58.170	1.811	15.104	6.834	230.110	9.005
Parceiro								
1975	232.606	924	63.871	1.307	2.581	886	299.058	3.118
1980	247.288	908	67.650	1.431	3.466	1.492	318.404	3.831
1985	365.262	1.187	73.056	1.570	5.549	2.163	443.867	4.920
1995/96	238.912	585	34.240	836	3.879	1.753	277.031	3.175
2006	124.512	252	14.993	440	3.026	1.293	142.531	1.985
Ocupante								
1975	705.769	1.914	174.148	5.136	40.516	15.254	920.433	22.304
1980	634.465	1.736	180.161	5.431	42.961	16.386	857.587	23.553
1985	801.513	1.987	188.356	5.554	38.697	10.358	1.028.566	17.899
1995/96	566.946	1.271	106.448	3.081	16.191	5.781	689.585	10.133
2006	407.774	901	174.399	5.027	19.375	6.175	601.548	12.104
Total								
1975	2.601.860	8.983	1.898.949	60.172	487.638	254.742	4.988.447	323.896
1980	2.598.019	9.004	2.016.774	64.494	536.362	291.356	5.151.155	364.854
1985	3.064.822	9.987	2.160.340	69.565	567.842	295.373	5.793.004	374.925
1995/96	2.402.374	7.882	1.916.487	62.694	519.322	283.035	4.838.183	353.611
2006	2.477.071	7.799	1.971.577	62.893	471.817	259.250	4.920.465	329.941

Fonte: IBGE, Censos agropecuários.

No que se refere à condição do produtor é possível perceber que nos estabelecimentos agropecuários como menos de 10 hectares entre os anos de 1975 e 2006 houve um aumento no número de proprietários. É provável que este crescimento seja fruto do número de famílias assentadas que ocorreram neste período. Ressalva-se, porém, que a área ocupada cresceu 20%, enquanto, o número de

proprietários cresceu em 34%. Esta proporção indica que, provavelmente, houve um maior fracionamento de parte das unidades territoriais com até 100 hectares, visto que no total das áreas com mais de 100 hectares houve uma diminuição no número de estabelecimentos e aumento na área ocupada.

Já a configuração dos estabelecimentos dos proprietários acima de 100 hectares pouco foi alterada indicando uma perpetuação territorial no espaço agrário dos agentes latifundiários. No tocante a área ocupada por este estrato de proprietário houve um acréscimo de apenas 6% na área ocupada, enquanto o número de proprietários aumentou próximo de 2% apenas.

Nos estabelecimentos dos arrendatários nota-se uma diminuição acentuada não só da área ocupada por este segmento, como também do número de estabelecimentos. Em ambos os casos há redução de mais da metade dos quantitativos entre 1975 e 2006. Acredita-se que parte dos agentes que representavam esse segmento tenha migrado para a condição de proprietários através da distribuição de terras em função dos planos da reforma agrária, pois esta queda tornou-se mais intensa após a década de 1980.

No quadro geral da análise da estrutura fundiária no ano de 2006, os estabelecimentos agropecuários com até 10 hectares representam aproximadamente 50% do número de estabelecimento, enquanto os estabelecimentos entre 10 e 100 hectares representam

entorno de 40%. Os estabelecimentos com mais de 100 hectares têm a menor representação, apenas 10%. Essas informações ficam desproporcionais quando se analisa a área total que cada um desses grupos representam. Os estabelecimentos agropecuários com mais de 100 hectares detêm quase 80% da área total dos estabelecimentos. O estrato que representa os estabelecimentos com até 10 hectares, o maior em quantidade de estabelecimento, possui menos de 3% da área total dos estabelecimentos.

O estrato dos estabelecimentos com até 10 hectares não apresenta uniformidade de características. Dentro desta realidade se enquadram tantos os assentados da reforma agrária da Zona da Mata Pernambucana, que vivem uma realidade de poucos recursos financeiro, dificuldades de acesso da sua produção, como também, alguns dos agricultores localizados na região do Vale do São Francisco, onde há inúmeras facilidades de oferta de créditos, facilidades para escoamento da produção, entre outras benefícios.

Como conclusão parcial da análise da estrutura fundiária brasileira, percebe-se que os planejamentos do Governo Federal visando realizar reforma agrária a partir da década de 1980, e em especial no tocante a modificação da estrutura fundiária, pouco avançou. A introdução dos assentamentos de reforma agrária não foi o suficiente para alterar a estrutura fundiária do país, de modo a diminuir as desigualdades de acesso e distribuição da terra aos

trabalhadores. Esse engessamento, porém, não é pertinente, aos grandes produtores que continuam expandindo as fronteiras agropecuárias no país. A perpetuação desta configuração indica, entre outros elementos, que os principais agentes produtores do espaço agrário representados pelas instituições (Estado e agronegócio) continuam atuando como reprodutores do território, mesmo quando essas áreas delimitadas através da relação de poder estão ocupadas pelos representantes dos minifúndios e pequenos imóveis rurais.

2.1.1 A estrutura fundiária de Pernambuco e da microrregião de Vitória de Santo Antão

O contexto da estrutura fundiária do Estado de Pernambuco, e em especial da Zona da Mata, é semelhante ao perfil da totalidade brasileira, no que se refere à concentração de terras. Faz-se necessário, porém, ressaltar as peculiaridades pertinentes a microrregião de Vitória de Santo Antão e a mesorregião da Mata para melhor compreender o objeto de estudo.

A mesorregião da Mata é composta por 44 municípios, perfazendo uma área total de 8.738Km², que equivale a 8,9% da área total do estado (IBGE / 2011). Dentro da mesorregião da Mata está a microrregião de Vitória de Santo Antão que é a menor microrregião da Mata, com apenas 941,045 Km².

Dentro da lógica da concentração fundiária do estado percebe-se uma maior concentração de terras na região da Zona da Mata (também conhecida apenas como Mata). Ao analisar a imagem da DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DE CONCENTRAÇÃO DE TERRAS PELO ÍNDICE DE GINI, confirma-se tal afirmação. A imagem dividida em seis extratos indica que os municípios de maior concentração de terras, estão no estrato entre 0,815 e 0919 no índice de Gini. Eles, não coincidentemente estão na Zona da Mata, área historicamente concentradora de terras e monocultura de cana de açúcar.

IMAGEM – 01
DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DE CONCENTRAÇÃO DE TERRAS PELO ÍNDICE DE GINI / 2010.

Fonte: MDA / INCRA – PE. Imagem concedida pelo departamento de cartografia do INCRA – PE, 2010.

Na microrregião de Vitória de Santo Antão é possível perceber uma diferenciação em relação à análise do todo da Zona da Mata. Composto pelos municípios de Vitória de Santo Antão, Pombos, Chã Grande, Chã de Alegria e Glória do Goitá a microrregião em pauta apresenta o município de Vitória de Santo Antão fazendo parte do extrato de maior concentração fundiária (0,815 – 0,919) e os municípios de Chã Grande e Chã de Alegria compondo o segundo extrato de menor concentração (0,601 – 0,667). Nesses dois últimos municípios, o cultivo de cana-de-açúcar se faz presente de forma menos agressiva, porém, ainda sobre a forte influência das usinas.

O município de Glória do Goitá está inserido no terceiro extrato, com o índice de Gini entre 0,667 – 0,706. Pombos, a Oeste de Vitória de Santo Antão, enquadra-se no quarto extrato da imagem que varia entre 0,706 – 0,744.

Salienta-se que os três últimos extratos da imagem correspondem (0,706 a 0,919) a um grau elevado de concentração fundiária. Neste sentido, mesmo estando na Zona da Mata pernambucana a microrregião de Vitória de Santo Antão apresenta a sua concentração fundiária com o índice menor que a média do estado (que é de 0,825. Fonte: HOFFMANN e NEY, 2010) e da mesorregião da Mata. Apesar de estar abaixo da média no tocante a concentração fundiária, a microrregião de Vitória de Santo Antão

também se caracteriza por ter a maior parte da sua extensão submetida à concentração fundiária e ao monocultivo canavieiro.

Paralelamente a análise da concentração de terras na Zona da Mata e da microrregião de Vitória de Santo Antão, através do índice de Gini, salienta a questão da proporção dos módulos fiscais. Como é possível ver no mapa abaixo, nesta mesma região a dimensão dos módulos fiscais tem a sua extensão reduzida em relação às demais regiões do estado. Neste sentido, em função das melhores condições do solo, e das inúmeras atividades aí estabelecidas o valor da terra na zona da mata pernambucana é mais cara que nas demais mesorregiões do estado.

MAPA - 03

ESTRUTURA DOS MÓDULOS RURAIS EM HECTARES NO ESTADO DE PERNAMBUCO.

Fonte: Instrução especial Nº 03 – 11;04.2005 , INCRA.Org.: MACHADO, M. R. I. de M. / Elaboração: SAMPAIO, M. A. P.

Fazendo a relação do módulo rural e o índice GINI no estado de Pernambuco, pode-se observar que a área em que o solo apresenta melhores condições, onde o módulo rural é menor, é a área de maior concentração de terra do estado, sendo esta a área de produção de cana de açúcar, permanecendo nos mesmos moldes de concentração de terras para a *plantation* canavieira remanescente dos períodos coloniais. Entretanto, diante das configurações socioespaciais recentes, percebe-se que os lugares de produção de cana de açúcar mais próximos da influência das produções industriais e portuárias se estabelecem também como área de reserva para a especulação imobiliária, não sendo a cana de açúcar o elemento mais importante neste processo, mas sim o capital gerado nesses moldes produtivos, baseado na propriedade e concentração da terra.

É diante deste contexto de estrutura fundiária concentrada que se estabelece uma nova lógica nas relações socioespaciais e na definição dos territórios, visto a criação recente de assentamentos, uma proliferação industrial e de serviços com o aumento das cidades do campo, configurando diretamente dentro deste contexto novas relações de trabalho, com uma nova lógica da produção de cana de açúcar na zona da mata pernambucana e na microrregião de Vitória de Santo Antão.

2.2 O espaço agrário brasileiro e a produção canavieira no contexto histórico

Entender o espaço agrário brasileiro passa obrigatoriamente pela necessidade de explicar a produção de cana de açúcar⁶. Entre os motivos está o fato desta cultura ter sido uma das primeiras atividades econômicas do hoje território brasileiro e de ter durante alguns séculos permanecido como o setor econômico mais importante do país.

As formas de produção da cana de açúcar no Brasil modificaram não só ao longo do tempo, mas também espacialmente, uma vez que continua a ocupar antigas áreas, dominar novas e remodelar as relações socioeconômicas. Na fase de instalação e estruturação desta cultura (séculos XVI e XVII) os engenhos⁷ formaram os modelos produtivos e beneficiadores da cana e se concentravam espacialmente na parte litorânea dos hoje Estados da Paraíba, Alagoas e Pernambuco, além de São Paulo. Neste momento o território construído a partir da produção canavieira pelos europeus aqui no Brasil caracterizava-se basicamente pela casa-grande,

⁶ Segundo FERLINI (1994, p. 8) “A estrutura agrária brasileira nasceu do açúcar” e para MELO (1975, p. 24) a cana de açúcar e o café são “as duas grandes lavouras comerciais da história da formação brasileira”.

⁷ No Nordeste a palavra engenho tinha e para alguns grupos sociais ainda tem como significado o conjunto canavieiro que passa do plantio ao beneficiamento, englobando inclusive até os moradores. Para MELO (1975) era “nome que, com o tempo, passaria a designar a propriedade canavieira em geral”. Mesmo com a instalação das usinas a estrutura canavieira continuou a ser chamada pelos seus trabalhadores de engenho. Alguns assentamentos que se instaram nas áreas das usinas na década de 1990 receberam inclusive o nome das usinas como é o caso do engenho Caricé no município de Vitória de Santo Antão.

senzala, igreja e o monocultivo da cana de açúcar⁸. Esta configuração da estrutura socioeconômica é denominada de *plantation* e apesar de ser tecnologicamente moderna para o período a produção do açúcar dependia especialmente do trabalho direto do ser humano, desde o plantio, passando pela colheita até o beneficiamento.

O Nordeste e em especial nos Estados mencionados foi o local eleito pela coroa portuguesa para iniciar mais intensamente um novo molde de colonização, onde a colônia produz uma mercadoria destinada a sua metrópole. Entre as causas da escolha dessa região como principal área produtora na colônia podem ser citadas as facilidades de circulação para a Europa devido à vasta rede hidrográfica do seu litoral e a menor distância em relação a Portugal congregado a um regime favorável de ventos (FERLINI, 1994), fundamental para a navegação na época (século XVI).

Assim como na circulação de pessoas e das mercadorias a dependência dos elementos naturais na fase inicial da implantação da produção canavieira no Brasil era bastante latente, mas condizente com o aparato tecnológico do contexto não só nacional, como mundial. Mesmo com os avanços adquiridos no processo produtivo a estrutura da produção canavieira só veio mudar significativamente no Brasil na segunda metade do século XIX, mais especificamente em

⁸ Essa estrutura foi ilustrada na capa e no interior do livro *Casa-grande e Senzala* do sociólogo pernambucano Gilberto Freyre. Trabalho feito pelos escravos negros trazidos do continente africano, que constituíam a base do trabalho agrário no Brasil (CASTRO, 2006).

1870, com a implantação dos engenhos centrais o que marca uma nova fase no setor (CASTRO, 2006).

Ao fim da primeira fase caracterizada pelo predomínio dos engenhos, a produção canavieira estava com o aparato tecnológico defasado em relação a outras regiões do planeta⁹. O período seguinte no setor foi marcado pela inserção dos engenhos centrais caracterizado pela separação da lavoura e da indústria. Este modelo de cultivo e beneficiamento da cana de açúcar não perdurou por muito tempo e nem chegou a ser amplamente difundido pelo país, no entanto, foi um modelo emblemático na constituição da história agrícola e agrária do país, sendo caracterizado por:

[...] grandes unidades destinadas a moer a cana de um conjunto de propriedades... A maior parte dos engenhos se instalou com todos os aperfeiçoamentos da época. Apesar disto, não foi grande seu sucesso. Atribui-se isto, e provavelmente com razão, à irregularidade do fornecimento da cana. As antiquadas e rotineiras lavouras não mantinham um ritmo de produção compatível com as necessidades do processo industrial. Isto tanto na quantidade como na qualidade da cana fornecida. Não tardou, portanto, que os engenhos centrais comessem a suprir as falhas do fornecimento com a produção própria... Iniciava-se assim o processo de concentração que liquidaria os antigos engenhos. (CASTRO, 2006, p. 104).

Este modelo de produção dos engenhos centrais valeu-se de um melhor aparato tecnológico no que se referia ao beneficiamento da gramínea. Mesmo com esse benefício no apagar das luzes do

⁹ “A Nova fábrica, que veio a se chamar usina, corresponde universalmente a um período novo na história do açúcar. No Brasil e dentro da sua grande região produtora, que era o Nordeste, a fase de usina chegou mais tarde do que nos principais países produtores exportadores”. (MELO, 1975, p. 41).

mesmo século houve uma retomada da união entre a lavoura e indústria com a implantação das usinas¹⁰.

Os aportes tecnológicos que esse novo modelo desenvolveu reconfigurou a produção de cana de açúcar no país e fez com que o Centro-Sul e não mais o Nordeste fosse a região de maior produtividade e produção. Merece um destaque maior no sudeste o Estado de São Paulo, que desde a década de 1950 é o maior produtor nacional (ANDRADE, 1994; Dados da Produção Agrícola Municipal do IBGE) e está entre os Estados de melhor produtividade do país.

As disparidades em relação à produtividade da lavoura de cana de açúcar no país levando em consideração os principais Estados produtores podem ser observadas na tabela a seguir. Nela é possível perceber a diferença na produtividade em relação aos Estados localizados no Nordeste, Centro-Oeste, Sul e Sudeste.

A questão da produtividade da lavoura de cana de açúcar no país não está ligada apenas a fatores ambientais, hoje, um dos principais elementos que elevam a produtividade desta cultura é o investimento tecnológico. Este pode ser feito por vários meios: melhoramento genético das mudas, melhor adequação do solo, maquinário para o corte entre outros elementos.

¹⁰ A primeira usina instalada em Pernambuco data de 24 de janeiro de 1887 e tinha a capacidade de produzir 5 toneladas de açúcar por dia (Fonte: http://www.sindacucar.com.br/produtos_cana.html / acesso em 20 de outubro de 2011).

TABELA - 01
BRASIL: PRODUTIVIDADE DE CANA DE AÇÚCAR DOS PRINCIPAIS ESTADOS
PRODUTORES / 2009.

Estados	Produtividade (Kg/ha)	Produção total (tonelada)
São Paulo	82,990	427.364.854
Paraná	90,417	53.831.791
Mato Grosso do Sul	88,213	25.228.392
Goiás	83,343	43.666.585
Pernambuco	55,198	19.445.241
Piauí	66,806	859.513
Paraíba	63,034	6.302.570
Maranhão	61,310	2.824.701
Alagoas	61,759	26.804.130
Sergipe	62,177	2.607.155

Fonte: Produção Agrícola Municipal – IBGE / 2008

Na tabela da BRASIL: PRODUTIVIDADE DE CANA DE AÇÚCAR DOS PRINCIPAIS ESTADOS PRODUTORES / 2009, São Paulo aparece como quarto Estado de maior produtividade. Apesar desta posição ele é, segundo os dados da Produção Agrícola Municipal do IBGE / 2009, o Estado que apresenta maior produção de cana de açúcar do país.

Ainda analisando a tabela em questão é possível perceber a precariedade da produtividade dos estados da região Nordeste. O estado de Pernambuco, por exemplo, que no início da estruturação da produção canavieira do país era a região de maior produtividade e produção teve o seu posto plenamente substituído por meio das inovações tecnológicas e importância na produção para São Paulo.

Entre os elementos responsáveis por esta inversão no perfil da produção e produtividade da cana de açúcar no país cita-se o não investimento em desenvolvimento tecnológico por parte do setor

sucroalcooleiro nos estados nordestino. Deste modo a zona da mata pernambucana pouco é contemplada com tecnologias voltadas para a sua realidade ambiental, a exemplo da etapa do corte que ainda é feita utilizando o trabalho humano braçal.

Até alcançar essa configuração mencionada na tabela ressalta-se que nos três momentos da produção canavieira anteriormente mencionada não ocorreram de forma linear e em períodos isolados, pelo contrário, cada modelo de produção transformou as relações socioespaciais, mas deixando impresso no espaço as rugosidades que nada mais são do que aquilo que:

[...] fica do passado como forma, espaço construído, paisagem, o que resta do processo de supressão, acumulação, superposição, com que as coisas se substituem e acumulam em todos os lugares. As rugosidades se apresentam como formas isoladas ou como arranjos. É dessa forma que elas são uma parte desse espaço-fator. Ainda que sem tradução imediata, as rugosidades nos trazem os restos de divisões do trabalho já passadas (todas as escalas da divisão do trabalho), os restos dos tipos de capital utilizados e suas combinações técnicas e sociais com o trabalho (SANTOS, 2008b, p.140).

Ou seja, mesmo com a implantação dos engenhos centrais, que ocorreu durante um curto período como principal modelo de produção da cana, havia também muitas unidades produzindo ainda no sistema colonial de engenhos, ao mesmo tempo em que foram surgindo as usinas. Dessa forma, ocorria (e ainda ocorre) uma sobreposição de diferentes modelos tecnológicos, estrutura fundiária e de relações de trabalho na produção de cana de açúcar no país.

No tocante a configuração atual da quantidade de cana de açúcar produzida no país é possível observar na imagem seguinte a perpetuação da produção canavieira nas áreas históricas de produção, como em parte da Zona da Mata nordestina.

MAPA - 04
BRASIL: QUANTIDADE DA CANA DE AÇÚCAR PRODUZIDA POR MUNICÍPIOS
BRASILEIROS – 2009

Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal / 2009. (Org. e Elab SAMPAIO, M. A. P.)

Ainda no tocante ao Nordeste é possível perceber através da imagem, que novas áreas de cultivo de cana de açúcar surgiram. O perímetro irrigado do Vale do São Francisco, em especial nos

municípios de Petrolina e Juazeiro estão entre essas novas áreas de expansão da cultura da cana. Salienta-se que os aparatos tecnológicos, relações de trabalho e mesmo a estrutura fundiária, em nada se assemelha a da região tradicionalmente produtora. O cerrado nordestino também é outra região onde a produção de cana de açúcar vem crescendo.

Saindo do âmbito nordestino e indo para o Centro-Oeste, nota-se a relevância desta cultura nos seus três Estados. Toda a região caracteriza-se principalmente pelo amplo emprego de tecnologias em todo o processo produtivo.

Constata-se desta forma que essas novas áreas de cultivo de cana de açúcar estão localizadas em regiões consideradas pontos luminosos do agronegócio, ou seja, são favorecidas pelo desenvolvimento e implantação de tecnologias ligadas ao setor. A região Centro-Oeste também aparece como uma importante região produtora na história recente e despontando elevados níveis de produtividade e produção (como foi observado na tabela produtividade de cana de açúcar dos principais estados produtores / 2009)

Diante deste cenário constata-se que no espaço agrário brasileiro a cana de açúcar está entre uma das mais importantes lavouras, não só por ser a primeira cultura implantada em larga escala no país, como também por ser, atualmente, umas das lavouras de maior área colhida e mais alto valor da produção como

indica a tabela BRASIL: PRINCIPAIS VALORES DAS PRODUÇÕES EM REAIS, DO TOTAL DAS ÁREAS COLHIDAS EM HECTARES E DA QUANTIDADE PRODUZIDA EM TONELADAS – 2010.

TABELA - 02

BRASIL: PRINCIPAIS VALORES DAS PRODUÇÕES EM REAIS, TOTAL DAS ÁREAS COLHIDAS EM HECTARES E QUANTIDADE PRODUZIDA EM TONELADAS – 2010

Lavoura temporária	Valor da produção (Reais)	Área colhida (hectares)	Quantidade produzida (Toneladas)
Algodão herbáceo (em caroço)	4.130.087	829.753	2.949.845
Arroz (em casca)	6.242.880	2.722.459	11.235.986
Batata-inglesa	2.807.631	137.044	3.547.510
Cana-de-açúcar	28.313.638	9.076.706	717.462.101
Cebola	1.307.879	70.429	1.753.311
Feijão (em grão)	4.938.454	3.423.646	3.158.905
Fumo (em folha)	4.508.061	449.629	787.617
Mandioca	6.896.070	1.787.467	24.524.318
Milho (em grão)	15.186.463	12.683.415	55.394.801
Soja (em grão)	37.380.845	23.327.296	68.756.343
Tomate	2.802.201	67.992	4.114.312
Trigo (em grão)	2.497.699	2.181.567	6.171.250
Banana	3 160 040	479 614	3 160 040
Cacau (em amêndoas)	1 079 631	284 058	2 440 056
Laranja	4 695 049	787 250	17 618 450

Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal / 2010.

Ainda por meio das informações da referida tabela é possível perceber a dimensão territorial do cultivo da cana de açúcar no Brasil e a sua relevância no cenário econômico nacional frente às demais lavouras temporárias e permanentes. A cana de açúcar encontra-se

como a segunda cultura em valor de produção entre as principais lavouras do país ficando atrás apenas da soja e seguida da produção de milho. A mesma ordem se segue referente à área colhida.

No histórico recente da relevância da produção de cana de açúcar entre os anos de 1990 e 2010 esta lavoura esteve, como é possível perceber no gráfico abaixo, em sua maior parte como a segunda lavoura temporária de maior valor da produção no país, só ficando atrás de soja, que se caracteriza como principal produto agrícola de exportação brasileiro.

GRÁFICO - 01

BRASIL: VALOR PERCENTUAL DAS PRINCIPAIS LAVOURAS TEMPORÁRIAS ENTRE 1990 E 2010.

Fonte: Produção Agrícola Municipal – IBGE.

Desta forma é possível perceber a relevância desta cultura não só na formação socioeconômica, como também na história recente do setor agropecuário nacional. Apesar desta constância na importância da história do Brasil, não significa que o setor não tenha passado por

oscilações no que se refere à estabilidade comercial, quantidade produzida e apoio do Estado. Através do gráfico BRASIL: QUANTIDADE DE CANA DE AÇÚCAR PRODUZIDA EM TONELADAS é possível perceber que há momentos de queda na quantidade produzida de cana de açúcar, mas que, esta de uma maneira geral tem produção ascendente desde a década de 1950. Este aumento se deu por meio de dois fatores: aumento da área plantada e área colhida e segundo, o aumento da produtividade de algumas áreas.

GRÁFICO - 02

BRASIL: QUANTIDADE DE CANA DE AÇÚCAR PRODUZIDA EM TONELADAS - 1951 A 2010.

Fonte: Censos agropecuários - IBGE.

Ainda referindo-se ao gráfico acima é possível perceber que a quantidade em toneladas de cana produzida passou por uma fase de crescimento acelerado da produção entre o início da década de 1970 e início de 1980, assim como entre 2000 e 2010. No primeiro momento mencionado é possível relacionar o elevado aumento da

produção em função do apoio do Estado. Este suporte se deu através de investimentos em melhorias tecnológicas (melhoramento genético, desenvolvimento de maquinário para as diversas etapas da produção, entre outros aportes ligados ao agronegócio canavieiro) realizadas diretamente por meio de projetos do Estado, em especial entre as décadas de 1960 e 1970. Outra forma de auxílio ao setor deu-se através da realização de políticas públicas visando subsidiar o agronegócio canavieiro. O gráfico seguinte indica as melhorias da produtividade da lavoura de cana de açúcar no país, a partir de 1950 até o ano de 2006. Nele é possível perceber a ascensão gradativa e relativamente regular da produtividade da cana de açúcar no Brasil.

GRÁFICO - 03
BRASIL: PRODUTIVIDADE DA PRODUÇÃO DE CANA DE AÇÚCAR EM QUILOGRAMA POR HECTARE. (1950 - 2006)

Fonte: IBGE / Censo Agropecuário (2011).

Referindo-se ainda ao primeiro momento de ascensão acelerada da produção de cana de açúcar (percebida no gráfico Brasil:

Quantidade de cana de açúcar produzida em toneladas - 1951 a 2010) menciona-se o fato de que apesar da redução da exportação dos seus derivados houve fomento, por parte do Governo Federal, para a produção desta lavoura. O estímulo, no entanto, deu-se atrelado a modificação no produto final da cana de açúcar.

As causas principais deste novo norteamento produtivo deram-se uma vez que o petróleo estava com seu valor em alta no mercado internacional. Esta crise energética mundial conhecida como “choque do petróleo” foi fundamental para a criação do planejamento estratégico visando colocar o Brasil como produtor de uma matriz energética renovável. Em busca de propiciar uma reconfiguração socioterritorial em escala global foi criado o Programa Nacional do Álcool (PROÁLCOOL), no ano de 1975. Complementando a compreensão sobre os investimentos que o Governo Federal realizou no agronegócio canavieiro através do PROÁLCOOL, ELIAS segundo:

Até meados da década de 1970, seu cultivo associou-se fundamentalmente ao fabrico de açúcar, colocando-se o país como um dos seus principais produtores mundiais. Mas, a beira de uma superprodução de cana-de-açúcar e de açúcar e com a primeira grande crise mundial do fornecimento de petróleo, matéria-prima para a geração do combustível que abastecia a maior parte da frota nacional de automóveis, o Estado passou a incentivar os produtores a canalizarem a produção para a fabricação de álcool combustível. Iniciou-se, então, então um processo de transformações, que marcou o início de uma nova era da produção de cana no país, com o Estado, mais uma vez, exercendo papel regulador, criando o Proálcool (Programa Nacional do Álcool), em 1975, cujo intuito era, numa primeira fase, incentivar a produção de álcool anidro para ser adicionado à gasolina e, a partir de

1979, com o segundo choque mundial de petróleo de álcool hidratado, utilizando como combustível substituindo a gasolina. (ELIAS, 2003, p. 96)

Desta forma houve inversão no destino da produção de cana de açúcar no Brasil que deixou de ser o mercado internacional e passou a ser o mercado interno através do álcool combustível.

Subsidiado e financiado pelo Estado os investimentos neste setor não se deram apenas na modificação do principal produto da cana de açúcar, mas também, houve investimentos de cunho tecnológico, o que ajudou a aumentar a produção e a produtividade da gramínea por hectare.

Em função deste reordenamento territorial via planejamento do Estado houve inúmeras modificações na estrutura socioeconômica das regiões produtoras de cana de açúcar. Como exemplo cita-se o estado de Pernambuco que durante os cinco primeiros anos do PROÁLCOOL foram destruídos mais de 40 mil sítios causando a expulsão dos camponeses para a periferia das cidades¹¹.

Sobre este cenário expansionista da década de 1970 no Nordeste (lembra-se que a expansão foi em todo o país, mas que ocorreu de formas diferentes. No Nordeste deu-se principalmente através da busca por novas áreas e no Sudeste por busca de novas

¹¹ Informação obtida através de diálogos com representantes da Comissão Pastoral da Terra.

áreas e o congregamento no aumento da produtividade) ANDRADE NETO comenta que:

Em Pernambuco e Alagoas, a cana-de-açúcar já não tinha mais para onde se expandir, haja vista que em Pernambuco praticamente já não havia espaço disponível favorável a essa cultura, e em Alagoas esse espaço de expansão era representado pelos tabuleiros cujo ocupação havia se iniciado ainda no princípio da década de 1950 e, passado vinte anos, esse processo de ocupação já havia se consumado (ANDRADE NETO (1990, p. 17-18).

Destaca-se o fato desta década ter sido marcada também pelos avanços tecnológicos do setor aumentando a produtividade. Este processo de melhoramento tecnológico deu-se através do financiamento aos produtores, muitas vezes fomentado a custo zero (ANDRADE, 1990). Contextualiza-se esse auxílio através do problema de liquidez de alguns Bancos Estaduais. Em função dos financiamentos destinados aos representantes das usinas de cana de açúcar e o não pagamento delas, alguns bancos como o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG) fecharam.

O BDMG apresentou problemas de liquidez em consequência de insolvência patrimonial. Aparentemente, a causa dessas dificuldades residia nos empréstimos feitos sob a égide do Programa Nacional do Alcool (Proálcool) e do Programa Siderúrgico. Ambos os programas, conduzidos pelo Governo Federal, acabaram resultando em situações de iliquidez e insolvência, com renegociações de dívidas, inclusive de responsabilidade da própria União (FREITAS, 2005, p. 13).

Apesar do exemplo, o BDMG não foi o único no país a ter tido problema relativo a liquidez em função dos empréstimos realizados e não pagos pelos representantes do setor canavieiro. No Estado de

Pernambuco o Banco do Estado de Pernambuco (BANDEPE) também passou pelo mesmo contexto.

Ressalva-se em relação aos representantes do agronegócio canavieiro do Nordeste, em especial os do estado de Pernambuco, que não raro o dinheiro financiado não era destinado ao desenvolvimento de tecnologias. As melhorias na produtividade foram, via de regra, fruto da incorporação das tecnologias desenvolvidas no e para a região Sudeste e Centro-Oeste.

O início da década de 1990 é marcado pela diminuição da intervenção do Estado ao setor canavieiro, assim como diversos outros setores, em função da implantação de uma política de cunho neoliberal. Desta forma os subsídios dados pelo PROÁLCOOL, além de outras políticas públicas destinadas ao setor, uma constante no setor canavieiro por parte do Estado, passou por uma fase de retração, desregulamentando toda a cadeia produtiva da cana de açúcar. O cenário de afastamento do Estado aguçou-se nos anos de 1990 findando com a retomada da gasolina como principal matriz energética. Soma-se a diminuição do apoio do Governo Federal a queda do preço do petróleo no mercado internacional tornando o etanol menos competitivo que a gasolina que rapidamente recuperou o seu espaço no contexto nacional.

Analizando o histórico do perfil da área colhida, da quantidade produzida e o valor da cana de açúcar, através da tabela que segue,

é possível perceber que entre 1975 e 1985, período do PROÁLCOOL, a quantidade produzida de cana de açúcar mais do que dobrou. Já entre 1990 e 2000, fase da desregulamentação do processo produtivo ocorreu uma estabilidade na quantidade produzida e o valor da produção. Entre 1995 e 2000 manteve-se quase que sem alterações significativas.

TABELA - 03

BRASIL: ÁREA COLHIDA, QUANTIDADE PRODUZIDA E VALOR DA PRODUÇÃO DE CANA-DE-AÇÚCAR - 1951 A 2010.

ANOS	ÁREA COLHIDA (HA)	QUANTIDADE PRODUZIDA (T)	VALOR DA PRODUÇÃO*
1951	874.341	33.652.508	3.653.879
1955	1.072.902	40.946.305	7.794.540
1961	1.366.640	59.377.397	43.481.129
1965	1.705.081	75.852.866	578.813.287
1971	1.728.003	80.380.399	1.902.218
1975	1.969.227	91.524.559	7.461.033
1981	2.825.879	155.924.109	226.477
1985	3.912.042	247.199.474	15.966.732
1990	4.272.602	262.674.150	306.757.726
1995	4.559.062	303.699.497	4.127.665
2000	4.804.511	326.121.011	6.652.318
2005	5.805.518	422.956.646	13.148.658
2010	9.076.706	717.462.101	28.313.638

Fonte: Estatísticas históricas: séries econômicas, demográficas e sociais de 1551 a 2010. 2. ed. rev. e atual. do v. 3 de Séries estatísticas retrospectivas. Rio de Janeiro: IBGE, 2011. / **Nota:** Os dados da coluna de área colhida, no período de 1951 a 1965, se referem a áreas cultivadas. *de 1951 a 1966, em milhares de cruzeiros correntes de acordo com o padrão monetário; de 1967 a 1969, em milhares de cruzeiros "novos", segundo o padrão monetário de 1967; de 1970 a 1980, em milhares de cruzeiros, segundo o padrão monetário de 1970; de 1981 a 1985, em milhões de cruzeiros; 1986 e 1987, em milhares de cruzados, segundo o padrão monetário de 1986.

O último período de destaque é entre 2000 e 2010, e marca a retomada dos incentivos do Governo Federal ao cultivo e beneficiamento a cana de açúcar. Percebe-se que a lavoura mais do

que triplicou o valor da produção e mais do que dobrou a quantidade produzida. Como ano em destaque da década de 2000 pode-se citar o ano de 2003, quando houve a popularização dos veículos bicombustíveis no país, ou seja, automóveis movidos tanto a gasolina como a álcool. Diferentemente do que ocorreu no período do PROÁLCOOL onde deveria se fazer uma escolha pelo carro com uma ou com outra matriz energética.

Diante desta possibilidade, hoje os carros também conhecidos como flex representam 90% das vendas dos veículos novos do país, alavancando a venda do etanol hidratado que quintuplicou as suas vendas entre 2003 e 2008 (FONTE: Etanol e bioeletricidade, 2010). Ressalta-se que além do surgimento do carro flex, outro componente alavancou o aumento da comercialização do etanol como matriz energética para os veículos no país: o preço da gasolina. Esta tem o seu valor determinado pelo do petróleo. Neste período o preço do petróleo no mercado internacional e nacional encontrava-se elevado, o que findou pela opção do uso do etanol no lugar da gasolina.

Para termos uma ideia desta relação entre o preço do petróleo e o consumo do etanol faz-se necessário observar a tabela PREÇO DO PETRÓLEO X EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS DE ETANOL.

GRÁFICO: 04

PREÇO DO PETRÓLEO X EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS DE ETANOL – Jan/08 – Dez/09.

Fonte: MAPA; Energy Information Administration (EIA); Organização: Banco Nacional de Desenvolvimento.

Nela é possível perceber que o aumento do preço do petróleo é coincidente com o aumento da exportação do etanol, assim como o oposto, a diminuição do preço do etanol, diminui também a exportação do etanol brasileiro.

No contexto atual da produção energética renovável no Brasil, a cana de açúcar entra como uma matriz energética renovável na qual o país tem *know hall* e infraestrutura já estabelecida (desde a década de 1970 com o PROÁLCOOL). Na análise do governo federal essa corrida, para aumentar a produção da cana de açúcar, visa a colocar o Brasil como principal fornecedor da que possa vir a ser a mais relevante matriz energética mundial. Sobre isso Fabrini comenta que:

A preocupação com a produção de etanol ocorreu pela emergência de um potencial mercado externo em vista da intenção da União Européia de substituir 10% do consumo de combustíveis derivados de petróleo usado no transporte até 2020 (FABRINI, 2010. p. 66).

Outro importante potencial mercado consumidor são os Estados Unidos, pois este país também pretende substituir 20% da demanda de gasolina por etanol até 2020 (FABRINI, 2010 e Ministério das Minas e Energias, 2010).

O controle da principal matriz energética é de extrema importância para os países em função da possibilidade da associação entre o controle da principal forma de produção de energia e o controle da economia global. Neste sentido no contexto atual, onde temos o petróleo ainda como principal forma de energia utilizada na escala global, Harvey afirma:

Há no entanto uma perspectiva ainda mais ampla a partir da qual entender a questão do petróleo. Ela pode ser apreendida na seguinte proposição: quem controlar o Oriente Médio controlará a torneira global do petróleo, e quem controlar a torneira global do petróleo poderá controlar a economia global, pelo menos no futuro próximo. (HARVEY, 2005, p. 25).

Nesta perspectiva o Brasil buscou, e ainda busca, colocar o etanol, a partir da cana de açúcar, como um possível substituto do petróleo colocando o país num patamar de ambientalmente correto e numa situação de poder político global favorável. Faz-se necessário expor que o chamado de biocombustível pelo Governo Federal feito pelo monocultivo de cana de açúcar utiliza 100 litros de água para a

fabricação de apenas 1 litro de etanol (FABRINI, 2010). O vinhoto produzido também não consegue ser plenamente utilizado na lavoura¹².

Ao longo da história do processo produtivo da cana de açúcar no Brasil é indiscutível que houve, de uma maneira geral, o aumento da produtividade. Entre os fatores destaca-se às inserções tecnológicas. Como não poderia ser diferente essa mudança no processo produtivo acarretou também transformações socioespaciais, em especial nas relações de trabalho da mão de obra diretamente envolvida com a cana de açúcar. Paralelamente ao aumento da produtividade via tecnologia, os trabalhadores braçais aumentaram a quantidade da cana de açúcar cortada por trabalhador. Fabrini verificou que no Brasil houve, neste setor:

[...] um progressivo aumento do volume de cana cortada por cada trabalhador, que passou nos últimos anos de 08 para 12 toneladas diárias. Mais grave ainda é o óbito de cortadores de cana por exaustão resultante do excesso de trabalho, chegando a 16 horas por dia (FABRINI, 2010, p. 74).

Este aumento da exploração do trabalhador consolida-se uma vez que o modo de produção capitalista espolia o trabalhador dos meios de produção. Neste “processo de alienação, o capital degrada o trabalho, sujeito real da produção social, à condição de objetividade

¹² Lembra-se que esta tese não tem como foco a questão ambiental e por este motivo não aprofundará este tema. No entanto, os dados servem como uma reflexão sobre o tema.

reificada – mero ‘fato material da produção’” (MÉSZÁROS, 2006. p. 126). Desta forma é possível perceber que apesar da alforria do trabalhador do setor ter ocorrido no ano de 1888, mesmo ano da abolição da escravidão. Houveram poucos avanços nas melhorias das condições de trabalho dos empregados do setor canavieiro que executam a sua atividade nas áreas onde o implemento tecnológico ainda não foi planamente inserido.

As máquinas de corte e colheita da cana não foram desenvolvidas para todos os tipos de cana e solo do país. Soma-se a isso o fato de que em algumas regiões, os custos com o trabalhador braçal ser mais barato que os custos com a compra das máquinas e formação destes para sua operação. A esta última questão pode-se citar a região da Zona da Mata nordestina, que apresenta um baixo valor pago aos trabalhadores do corte da cana de açúcar. Tal fato faz com que o setor pouco invista em tecnologias que substituam, ou facilitem a tarefa dos trabalhadores da cana de açúcar responsáveis pelo corte e colheita. A inserção das máquinas nesta região ainda não pode ser feita em função das características do relevo, que é denominada de mares de morro, e portanto, divergente do padrão plano encontrada nas regiões Sudeste e Centro-Oeste.

Há porém, um pequeno trecho da Zona da mata nordestina, que não se enquadra neste padrão natural de relevo. Parte da Zona da mata alagoana é formada por um relevo de tabuleiros, que

permite a inserção de uma maior quantidade de maquinários produzidos para a região Centro-Sul, inclusive das colheitadeiras. A inserção deste maquinário não se faz de forma plena em função da mão de obra ter um custo baixo. O papel das máquinas nesta região alagoana atem-se não só como ferramenta para aumentar a produtividade, mas também, serve como elemento opressor aos trabalhadores. Segundo ANDRADE NETO (1990), os representantes das usinas, em períodos de negociação salarial anunciam as compras de maquinário como uma forma de mostrar aos trabalhadores que eles serão substituídos por máquinas, caso não aceitem as imposições salariais. Tal comportamento faz com que os trabalhadores da cana de açúcar pouco se mobilizem em relação as reivindicações trabalhistas.

Os representantes do agronegócio canavieiro aparecem então no espaço agrário como agentes norteadores das configurações socioterritoriais moldando a construção dos territórios visando consolidar a sua estrutura e manter a subordinação dos trabalhadores empregados de maneira formal.

Esta subordinação do trabalhador ao agronegócio canavieiro no nordeste, no entanto, pode aparecer também, por meio de relações não contratuais de trabalho. Uma dessas formas é encontrada com frequência na Zona da Mata Pernambucana e Paraibana¹³. Nesses

¹³ Esta constatação foi feita através da realização de trabalhos de campo feitos pela autora no ano de 2009.

territórios canavieiros foram instituídos assentamentos de reforma agrária federal, que ao invés de priorizar a produção de alimentos, foram beneficiados com políticas públicas que priorizavam o cultivo predominante da cana de açúcar.

Esta subordinação assentado da reforma agrária federal pelo agronegócio canavieiro é fruto do metabolismo da produção do capital, que por vezes estabelece relações não capitalistas visando a reprodução do capital. Neste caso, a utilização das terras dos assentados em benefício do setor canavieiro faz com que o agronegócio da cana se beneficie da força de trabalho e das terras desses agricultores, sem gerar ônus financeiros ao setor.

Neste sentido é possível constatar a pluralidade das formas nas quais o agronegócio canavieiro se apresenta no território brasileiro. Esta pluralidade vai destas relações e subordinações trabalhistas até a distribuição desigual dos aparatos tecnológicos.

2.3 O território da microrregião de Vitória de Santo Antão e a potencialidade para a produção canavieira.

A microrregião de Vitória de Santo Antão localiza-se na mesorregião da Zona da Mata de Pernambuco e é composta pelos municípios de Vitória de Santo Antão, Glória do Goitá, Pombos, Chã de Alegria e Chã Grande, como é possível ver no mapa localizado da introdução desta tese. Assim como toda a mesorregião, a

microrregião em pauta é importante produtora de cana de açúcar no cenário estadual.

MAPA - 05
MAPA DA ZONA DA MATA PERNAMBUCANA E SUAS MICRORREGIÕES

Elaboração: Girlan Cândido / 2012.

Além da relevância canavieira a microrregião de Vitória de Santo Antão também é um importante centro produtor de alimentos para abastecimento da Região Metropolitana do Recife (RMR) e demais microrregiões da Zona da Mata e do Agreste. Essa relevância no abastecimento de alimentos deu-se, entre outros fatores, em função da sua tradição histórica e a sua localização favorável. A BR – 232 (a rodovia em melhores condições de rodagem no Estado e que tem sentido leste – oeste) que corta os municípios de Vitória de Santo Antão, Pombos e Chã Grande facilita o escoamento de produtos e a circulação de pessoas, propiciando aos municípios dessa microrregião de grande relevância na produção agrícola do estado.

No mapa da MALHA RODOVIÁRIA DA MICRORREGIÃO DE VITÓRIA DE SANTO ANTÃO é possível perceber a rede rodoviária que interliga os municípios da microrregião. A principal rodovia que corta a microrregião no sentido Leste – Oeste é a BR – 232, que viabiliza o escoamento da produção tanto para a capital pernambucana, como a capital regional do Agreste que é o município de Caruaru. Outras rodovias importantes da microrregião seguem o sentido Norte – Sul e são: PE – 050; PE – 058; PE – 045 e; PE – 079. Faz-se necessário esclarecer que apesar da configuração espacial da rede rodoviária, via de regra, as estradas não se encontram em boas condições. Todas as rodovias no sentido Norte – Sul, no trecho que cortam a microrregião, são mão dupla, com apenas uma faixa para cada lado e apresentado inúmeros buracos.

MAPA - 6
MALHA RODOVIÁRIA DA MICRORREGIÃO DE VITÓRIA DE SANTO ANTÃO

Fonte: Google maps / 2013. Organização: Maria Rita Machado.

Sobre a estrutura rodoviária que interliga a microrregião aos demais municípios do estado percebe-se através da imagem da INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES DE PERNAMBUCO que a malha rodoviária estadual favorece o posicionamento estratégico da microrregião de Vitória de Santo Antão em relação às possibilidades de fluxos da população e produção para os municípios do entorno.

IMAGEM – 02
INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES DE PERNAMBUCO / 2010

Fonte: IBGE, INFRAERO, ANTAQ e Ministério dos Transportes / 2009. Elaboração: BNB/ETENE / 2010.

Apesar de ser importante celeiro de produção de alimentos para abastecimento regional a microrregião está em posição de igualdade no tocante a relevância da produção de cana de açúcar em relação às demais microrregiões da Mata Pernambucana. Ressalta-se, ainda levando a imagem acima em consideração, que o escoamento dos produtos beneficiados da cana tem o seu trânsito facilitado pela BR – 232 que vai ao Porto do Recife e pelas Rodovias estaduais PE – 45 e PE – 42 que viabilizam os fluxos até o Porto de Suape.

O cultivo de cana de açúcar domina, segundo dados da Produção Agrícola Municipal do IBGE (2011), entre 65,79 e 82,22% de toda a lavoura temporária plantada na microrregião de Vitória de Santo Antão. Esse dado é pouco abaixo aos da zona da mata meridional e setentrional que apresentam um percentual de área plantada de cana de açúcar entre 82,23 e 98,66%. Tal cenário pode ser percebido através do mapa PERCENTUAL DA LAVOURA DE CANA DE AÇÚCAR PLANTADA EM RELAÇÃO AO TOTAL DA LAVOURA TEMPORÁRIA PLANTADA POR MICRORREGIÃO DO ESTADO DE PERNAMBUCO (2011).

Dessa forma esta microrregião aparece como um importante centro produtor de mercadorias de origem agropecuária do Estado e traz consigo tanto a carga “hereditária” do monocultivo canavieiro, como da produção de alimentos e das lutas pela posse e permanência da terra pelos trabalhadores agrícolas (com a questão das Ligas Camponesas, que será mencionada mais adiante).

Observando o mapa PERCENTUAL DA LAVOURA DE CANA DE AÇÚCAR PLANTADA EM RELAÇÃO AO TOTAL DA LAVOURA TEMPORÁRIA PLANTADA POR MICRORREGIÃO DO ESTADO DE PERNAMBUCO é possível perceber que toda a zona da mata tem na cana de açúcar a principal lavoura temporária. A Região Metropolitana do Recife também se encontra neste cenário, mas é necessário mencionar que o acelerado processo de industrialização e a expansão imobiliária ocorrida nos últimos dez anos tem feito com que a Região Metropolitana do Recife (RMR) tenha diminuído drasticamente sua área destinada não só a cana de açúcar, mas a agropecuária como um todo.

No que se refere diretamente a produção de cana de açúcar na zona da mata pernambucana entre as décadas de 1980 e 1990, é válido lembrar que esse período foi marcado pela crise no setor da sacaricultura. Diante de tal condição alguns usineiros, que também eram grandes proprietários de terras, buscaram diretamente o INCRA visando disponibilizar suas terras para a reforma agrária, mas na maioria dos casos as terras onde se cultivava cana de açúcar na

forma de monocultivo foram ocupadas pelos movimentos sociais rurais em função de alguma irregularidade¹⁴.

Com a venda de parte das terras para o Estado alguns representantes da esfera canavieira mudaram de setor ou transferiram o capital para outras regiões em especial o Sudeste e Centro-Oeste. Estas regiões apresentam maior rentabilidade no cultivo e beneficiamento da cana de açúcar em função do uso de aparatos tecnológicos em todas as etapas do processo produtivo. No gráfico abaixo é possível acompanhar o movimento da quantidade de cana de açúcar produzida na zona da mata e suas microrregiões, assim como na Região Metropolitana do Recife, entre 1990 e 2010.

¹⁴ Entre as irregularidades mencionadas nas vistorias dos imóveis feito pelo INCRA estão: o não pagamento de direitos trabalhistas e o não cumprimento da função social da terra por improdutividade.

GRÁFICO – 05
MESO E MICRORREGIÕES DA ZONA DA MATA PERNAMBUCANA:
QUANTIDADE DE CANA DE AÇÚCAR PRODUZIDA EM TONELADAS / 1990 –
2010.

Fonte: Produção Agrícola Municipal – IBGE/2011

Os dados do gráfico indicam que entre a década de 1990 e 2000 houve uma queda acentuada da produção de cana de açúcar na mesorregião da mata pernambucana. Analisando as microrregiões isoladamente percebe-se que a microrregião de Vitória de Santo Antão neste período manteve a sua produção estável, enquanto a microrregião da Mata Meridional, que tinha a maior quantidade de cana produzida, apresentou a maior queda. A Mata Setentrional entre 1990 e 1995 teve uma elevação na quantidade produzida, mas, entre 1995 e 2000 diminuiu a produção a um valor menor que alcançado no ano de 1990.

A partir de 2000 o setor passou a apresentar uma leve recuperação, mas sem voltar ao quantitativo produzido no início da

década de 1990. No período total analisado a mata meridional foi a que apresentou a maior queda na quantidade produzida. Em função desta retração quase que igualou em 2010 ao total produzido pela mata setentrional que possui uma dimensão territorial significativamente menor.

Ainda seguindo informações do IBGE é possível perceber, através da tabela abaixo, que entre os anos de 1995 e 2000, houve apenas um leve aumento no valor da produção de cana de açúcar. Já entre os anos de 2000 e 2005 houve um aumento acentuado de aproximadamente 55% do valor total da produção na região da mata (o período entre 1995 e 2010 foi evidenciado uma vez que é a mesma moeda que segue em vigor).

TABELA - 04

MESORREGIÃO DA ZONA DA MATA PERNAMBUCANA E MICRORREGIÕES:
VALOR DA PRODUÇÃO DA LAVOURA DE CANA DE AÇÚCAR / 1995, 2000,
2005 E 2010.

Mesorregião geográfica e microrregião geográfica	1995 (Mil reais)	2000 (Mil reais)	2005 (Mil reais)	2010 (Mil reais)
Mata Pernambucana	260.230	277.452	501.589	880.800
Mata Setentrional Pernambucana	116.256	121.721	218.818	422.403
Vitória de Santo Antão	16.915	18.912	24.573	44.366
Mata Meridional Pernambucana	127.059	136.820	258.199	414.030

Fonte: Produção Agrícola Municipal / IBGE

A tabela ainda evidencia a rápida valorização do valor da tonelada da cana de açúcar, uma vez que a quantidade produzida não

cresceu na mesma proporção na mesorregião e em especial na microrregião de Vitória de Santo Antão. Destacando a informação pertinente a microrregião de Vitória de Santo Antão do gráfico da “Quantidade de cana de açúcar produzida em toneladas” é possível perceber que houve entre 2000 e 2010 um leve queda na quantidade de cana de açúcar produzida, enquanto no mesmo período o valor da cana de açúcar mais do que dobrou.

A crise entre as décadas de 1980 e 90 no setor, findou por retrain a produção, mas não o valor da tonelada da cana de açúcar. Segundo ANDRADE e ANDRADE (2001) esta foi uma das maiores crises da história do estado devido a dois desafios: o econômico e o natural. Este setor que tem historicamente sua força potencializada pelas políticas públicas sofreu nesse período uma diminuição do protecionismo governamental em decorrência da implantação do modelo político neoliberal. A extinção do Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA), na década de 1990, é um exemplo dessa mudança de governança e que foi acentuada pelo maior equilíbrio na produção e preço do petróleo no mercado mundial.

A respeito do reflexo da crise econômica em Pernambuco nessas décadas Andrade e Andrade comentam:

Como desafio econômico, temos o fechamento sucessivo de usinas e destilarias que encerram as suas atividades, ora porque o grupo que controla alguma delas não dispõe de capital e de crédito suficiente, ora porque, prevendo a crise,

transferiram os seus investimentos para outros setores econômicos ou para a própria indústria açucareira, em outros Estados, notadamente, Goiás, Mato Grosso do Sul e Minas Gerais. (ANDRADE e ANDRADE, 2001. p. 69).

Ou seja, houve enfraquecimento do setor, especialmente na região nordestina, que além do pouco apoio governamental não conseguiu se adequar as novas tecnologias desenvolvidas, já que estas foram criadas pensando especificamente em atender ao solo, clima e demais condições ambientais da região Sudeste e Centro-Oeste.

Somando-se a isso, o setor canavieiro em Pernambuco sofreu também nesse período, problemas ambientais. Ainda segundo Andrade e Andrade:

Do ponto de vista natural, o Estado se depara com a grande seca que já se prolonga por vários anos e que, apesar de prevista pelos institutos de pesquisa, não foram tomadas precauções ou medidas preventivas por parte do Governo Federal e dos Estaduais que, dizendo-se surpreendidos pela seca, desenvolveram a velha política assistencialista, tradicional. (ANDRADE e ANDRADE, 2001. p. 69).

Essa crise no setor, somada ao momento histórico que o país atravessava (o fim da ditadura militar) fez com que o Estado de Pernambuco voltasse a aquecer os seus movimentos sociais rurais. O Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) foi o movimento que ganhou maior destaque no cenário nacional e o número de ocupações e acampamentos cresceram significativamente a partir da década de

1980. Segundo dados nacionais o ano de 1999 foi o que apresentou o maior número de ocupações no país, tendo a microrregião de Vitória de Santo Antão acompanhado o índice.

GRÁFICO - 06
BRASIL: OCUPAÇÕES DE IMÓVEIS RURAIS / 1995 - 2010

Fonte: Ouvidoria Agrária Nacional.

O resultado das ocupações foi a instituição dos assentamentos de reforma agrária federal em áreas que antes eram pertencentes a usinas ou engenhos. Tal informação foi constada através da análise dos documentos de vistorias dos imóveis do INCRA. No documento de vistoria do Engenho Pedreiras, por exemplo, o quadro de Uso de Terra consta que dos 205,1750 hectares de área utilizada, 189,1625 está com cana de açúcar. Em suma, a partir dos dados obtidos através das vistorias dos imóveis que se tornaram assentamentos de

reforma agrária federal o setor canavieiro perdeu uma área expressiva de cana para a reforma agrária.

Mesmo com este panorama desfavorável o setor canavieiro não perdeu a sua força, importância e simbologia em Pernambuco, e assim, apesar do cenário decadente ele se perpetua entre os principais responsáveis pela geração de divisas do estado. Territorialmente também continuou monocultor e latifundiário, neste sentido Andrade e Andrade comentam que:

Há uma grande diversificação de atividade na Mesorregião da Mata Pernambucana, mas que essa diversificação é caracterizada pelo domínio absoluto de cana de açúcar, que ocupa cerca de 43% da área cultivada (ANDRADE e ANDRADE, 2001. p. 44).

Percebe-se que de 2001 para os dias atuais essa importância apesar de ter tido uma retração continuou sendo predominante no setor agrícola. O estado de Pernambuco que tem uma área total de 98.146, 315 km² (IBGE/2009), destes, 3.522,76 Km² são de área plantada com cana de açúcar o que representa 29% de toda área de lavoura temporária do Estado. Essa cultura temporária é seguida pela plantação de feijão, com 3.437,91 Km² e de milho, com 3.089,37 Km² (Fonte: produção Agrícola Municipal / IBGE 2009).

Salienta-se que o cultivo da cana de açúcar, apesar da sua expansão para a região do Vale do São Francisco, ainda se encontra concentrado na Zona da Mata, enquanto as demais culturas estão

espalhadas por todas as mesorregiões do estado. Esse panorama nos ajuda a compreender o quanto esse cultivo se mantém em bases latifundiárias na microrregião de Vitória de Santo Antão e em toda a Zona da Mata.

Na microrregião de Vitória de Santo Antão a área total de lavoura plantada com cana de açúcar é de 112,71 Km², o que corresponde a 12,57% do território total da microrregião (IBGE, 2011). As áreas de assentamentos no território da microrregião de Vitória de Santo Antão correspondem a um total de 54,18 Km², ou seja, 6,03% da área total da microrregião (INCRA, 2008). Levando em consideração que há 620 famílias assentadas a área média das parcelas é de 8,7 hectares, (ou 0,087 quilômetros quadrados). Através das informações obtidas por meio da aplicação dos questionários percebeu-se que 70% delas (ou seja, 434 famílias) plantam cana de açúcar em pelo menos metade da sua parcela. Considerando essas informações é possível estimar que os assentados da reforma agrária federal são responsáveis pelo plantio de uma área de aproximadamente 18,66 Km² de cana de açúcar. Desta forma, percebe-se que essas famílias são responsáveis por aproximadamente 16,55% da área de cana de açúcar produzida na microrregião de Vitória de Santo Antão. O percentual da importância desses produtores para a cana de açúcar aumenta quando analisa o percentual produzido por eles. Constatou-se que esses trabalhadores produzem uma média de 60 toneladas de cana por hectares. Quando

se realiza o cálculo pertinente a área que os assentados cultivam e o total estimado que eles produzem, chega-se ao montante de 111.960 toneladas de cana. Ao comparar este número com o total de cana produzida no território da microrregião, percebe-se que esses trabalhadores são responsáveis por aproximadamente 30,39% da cana cultivada.

O desprezo em relação aos demais agricultores familiares, não assentados federais, se dá em função dos trabalhos de campo realizado na área, que indicou que tanto os assentados estaduais, como os demais agricultores familiares e ou agricultores em pequenos lotes, via de regra, não destinam a sua produção a cultura da cana de açúcar.

Este cenário aparece como um indicativo da influência do setor canavieiro na sobre o território dos assentados da reforma agrária federal. No entanto, mesmo com a possibilidade de utilizar a terra e a mão de obra destes trabalhadores sem a geração de ônus oriundos do vínculo trabalhista e da propriedade da terra, há uma aparente tendência a diminuição da potencialidade da produção de cana de açúcar nesta microrregião. Entre os fatores é possível mencionar os de cunho direto, como a questão da expansão imobiliária (urbana e não urbana) e industrial crescentes.

No que tange a expansão imobiliária não urbana o plano diretor do município já indicava a expansão da área de ocupação e fixação

de sítios e chácaras de fins de semana, estas formavam uma *faixa de largura variável que acompanha, grosso modo, a BR- 232 e a PE – 45. Em média, as granjas e chácaras têm de 2 a 4 hectares* (BRASIL, 2002). Ainda de acordo com o Plano Diretor, a ocupação desses sítios e chácaras não são de moradores do município, mas sim, de residentes de fim de semana que acabam tendo pouca vivência do comércio e prestações de serviços locais. Na imagem abaixo é possível ver um exemplo deste tipo de residência.

IMAGEM - 03

TIPO DE RESIDÊNCIA FRUTO DA EXPANSÃO IMOBILIÁRIA AS MARGENS DA PE – 45 NO MUNICÍPIO DE VITÓRIA DE SANTO ANTÃO

Foto: Maria Rita Machado / 2006.

Remetendo ao mapa da rede rodoviária da microrregião e observando a imagem abaixo é possível perceber que a PE – 45, que

corta o município de Vitória de Santo Antão no sentido Norte – Sul, está localizado na área de produção de cana de açúcar.

IMAGEM - 04
USO E OCUPAÇÃO DO SOLO DOS MUNICÍPIOS DE VITÓRIA DE SANTO ANTÃO E POMBOS.

Fonte: BRASIL. Plano diretor de Vitória de Santo Antão, 2002. Adaptação: Maria Rita Machado.

Outro tipo de residência em expansão nos municípios da microrregião são os de condomínios fechados que tem como

apresentação comercial maior aproximação com a natureza. Estes visam a moradia em tempo integral e tem como mote o contato com a natureza. Em campo foram constatados quatro deste tipo de condomínio no território da microrregião de Vitória de Santo Antão. Três no município de Vitória de Santo Antão e um no município de Pombos. A localização destes estão em pontos distintos. Um na margem esquerda no sentido Capital – interior da BR – 232, antes de chegar ao centro urbano no município de Vitória de Santo Antão. Outro condomínio localiza-se na PE – 45, próximo ao cruzamento com a BR - 232. E o último condomínio deste perfil no município de Vitória fica na PE – 50, também num ponto próximo a BR – 232 e em frente a fábrica da Sadia. A sua localização também é bem próxima ao de alguns assentamentos de reforma agrária federal produtoras de cana de açúcar como Caricé e Caçimbas.

Abaixo é possível ver o anúncio do condomínio Green Mountain feito pela internet, mas que também tem ponto de venda no local e na margem da BR – 232.

01 Feb 2013
Data de publicação

Detalhes do anúncio

Vendo ou troco por casa, excelente LOTE no Condomínio Green Mountain em Vitória de Santo Antão: 900 m2 O condomínio possui: guarita, pista hipica, piscina, salão de festas, quadra de tênis, campo de futebol, e outros atrativos para sua família. O lote está localizado PROXIMO AO LAGO (uma linda vista) e possui acesso por duas ruas. Empreendimento em frente a Fábrica da Sadia, a 25 minutos da cidade da Copa, e a 200m do Novo Shopping de Vitória. Preço : A COMBINAR

INVESTI NA CIDADE QUE É CONSIDERADA A TERRA DAS OPORTUNIDADES

Indica a proximidade com a RMR

Virginia Menezes

Vitória de Santo Antão, Pernambuco, Brasil

Vitória de Santo Antão

GREEN MOUNTAIN

Todos os anúncios do usuário

(81) 8781 7697

Enviar um e-mail

[Ver Mapa Maior](#)

ANÚNCIO DA VENDA DE LOTE EM CONDOMÍNIO RESIDENCIAL NO
MUNICÍPIO DE VITÓRIA DE SANTO ANTÃO / 2013.

Sobre este mesmo condomínio é possível constatar propagandas ao longo da BR – 232 antes mesmo de chegar ao município de Vitória de Santo Antão, como mostra a imagem abaixo.

IMAGEM - 06

PROPAGANDA DO CONDOMÍNIO FECHADO NO MUNICÍPIO DE VITÓRIA DE SANTO ANTÃO. MARGEM DA BR – 232 NA ALTURA DO MUNICÍPIO DE MORENO

Foto: Maria Rita Machado / fevereiro de 2012.

A instalação desses condomínios indicam o maior poder de atração desses municípios através de duas vertentes. A primeira em decorrência de um movimento nacional de moradia nas áreas periféricas. Tal organização social é fruto da construção do ideal da moradia próxima a natureza, mas que ao mesmo tempo permita a mobilidade ao centro urbano principal mais próximo. Além deste fator é possível comentar também com a finalidade de moradia em função da instalação recente de plantas industriais, como a Sadia e mais recentemente a Kraft Foods como as mais importantes instaladas

recentemente no território da microrregião em pauta. Esta última indústria fica na margem da principal via de escoamento de mercadorias do município.

IMAGEM - 07

DETALHE DA EMPRESA KRAFT FOODS NO MUNICÍPIO DE VITÓRIA DE SANTO ANTÃO.

Foto: Maria Rita Machado / Fevereiro de 2012.

A distribuição das residências e indústrias tem gerado uma reorganização na distribuição espacial do território administrativo da microrregião de Vitória de Santo Antão o que vem gerando impacto direto na produção de cana de açúcar. A área ao Sul dos municípios de Vitória de Santo Antão, Pombos e Chã Grande que antes era território exclusivo do domínio da cana de açúcar agora divide espaço com outros equipamentos de diversas naturezas e mesmo outras culturas.

Cita-se ainda a questão do não investimento do setor em melhorias no processo produtivo o que finda por tornar a produção pouco lucrativa não só para os parâmetros locais, como também, em comparação a outras regiões do país. Apesar da conjuntura não favorável, a perpetuação do domínio da produção de cana de açúcar em relação as outras culturas e atividades econômicas no território em pauta, provavelmente ainda perpetuará. Como afirmou Melo:

Difícilmente se encontrarão formas de utilização dos recursos dos solos que se possam rivalizar com a agroindústria canavieira quanto a capacidade de condicionar um tipo de sociedade e economia, de modelar um tipo de paisagem e de estruturar um tipo de arranjo econômico do espaço. No Nordeste do Brasil temos uma demonstração disso. A agroindústria canavieira, gerando a chamada civilização do açúcar, imprimiu características peculiares às áreas onde se implantou. E o fez de um modo definitivo ou pelo menos, de um modo dificilmente reversível.(MELO, 1975. p. 19)

A obra do autor citado (O açúcar e o homem: problemas sociais e econômicos do Nordeste canavieiro), versa sobre a forma como os agentes representantes do setor canavieiro na Zona da Mata nordestina se estabeleceram através da construção do território. Esta formação territorial se dá antes mesmo da obtenção do lucro, uma vez que o gerenciamento desta atividade serve como um elemento de dominação da população diretamente envolvida no setor. Sobre tal perspectiva, a autora Ferlini comenta e desta forma finda por complementar as observações de Melo (1975):

A riqueza, o fausto, o poder que obtinham na Colônia, no mundo do açúcar, eram muito maiores do que a recompensa puramente econômica e imediata. Na Colônia, não era primordial o lucro, o investimento, mas a posse de terras e de escravos, signos e conteúdos da aristocracia rural. (FERLINI, 1994. p. 9).

Apesar de está se referindo ao período colonial, este panorama ainda se assemelha a realidade recente. A manutenção das usinas visam entre outros elementos a dominação e o status social. Apesar da diminuição do poder econômico do setor no território nordestino, parte dos representantes do capital canavieiro do país é representado por pernambucanos. É possível perceber que:

Em Pernambuco, a atividade canavieira se fundiu à cultura de seu povo. Há muitos anos o Estado deixou o posto de maior produtor de cana. Mesmo assim, em nenhum outro lugar do Brasil encontram-se tantas referências sobre a agroindústria canavieira. Pernambuco não foi apenas um grande produtor de cana e um mestre em açúcar, é também um grande exportador de especialistas canavieiros. Os grandes produtores alagoanos são descendentes de pernambucanos. O primeiro grupo nordestino a invadir o Centro-Sul (Tavares de Melo) é pernambucano. José Pessoa de Queiroz Bisneto, o segundo maior "engolidor" de usinas (só perde para Rubens Ometto Silveira Mello), também é pernambucano. Engenheiros, técnicos e administradores pernambucanos estão espalhados pelas unidades de norte a sul do País. Até mesmo fornecedores de cana de Pernambuco resolveram cultivar cana em Minas Gerais (IDEA News, 2003).

Desta forma no cenário nacional, os agentes detentores do domínio econômico desta atividade na Zona da Mata pernambucana ainda detêm uma forte influência nas reorganizações econômicas e

sociais no território canavieiro nordestino, não sendo diferente no território da microrregião de Vitória de Santo Antão.

Ratificando a relevância do setor na microrregião de Vitória de Santo Antão a tabela a seguir indica o predomínio da cultura da cana de açúcar sobre as demais.

TABELA - 05
MICRORREGIÃO DE VITÓRIA DE SANTO ANTÃO: ÁREA COLHIDA,
QUANTIDADE PRODUZIDA E VALOR DA PRODUÇÃO DAS LAVOURAS
TEMPORÁRIAS E PERMANENTES / 2011.

Lavouras temporárias e permanentes	Área colhida (ha)	Quantidade produzida	Valor da produção (mil reais)
Abacaxi	302	(mil frutos) 8.075	4.142
Batata-doce	75	(toneladas) 92	40
Cana-de-açúcar	11.271	(toneladas) 361.734	25.882
Feijão (em grão)	510	(em grão) 123	147
Mamona (baga)	240	(baga) 240	144
Mandioca	1.920	(toneladas) 20.060	4.143
Milho (em grão)	50	(em grão) 25	13
Banana (cacho)	425	(toneladas) 3.555	775
Café (em grão)	30	(toneladas) 16	40
Coco-da-baía	524	(toneladas) 3.274	1.325
Limão	170	(toneladas) 1.300	455
Mamão	13	(toneladas) 145	102
Manga	12	(toneladas) 5	3
Maracujá	41	(toneladas) 399	347
Urucum	10	(toneladas) 10	18

Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal

Através desta tabela é possível perceber que a área colhida de cana de açúcar corresponde a aproximadamente 72% do total da área colhida. No tocante ao valor da produção esta mesma lavoura é

responsável por ser responsável por 69% da geração do valor da produção.

Diante deste contexto, conclui-se que o setor canavieiro ainda permanece forte no que se refere a importância econômica e social. As informações mostradas neste tópico reforça o pouco desenvolvimento e implementação de aparatos tecnológicos no processo produtivo da cana, o que finda por tornar esta atividade responsável por um percentual relevante de geração de empregos. Estes, mesmo sendo temporários, não raro, são as únicas fontes de renda que alguns trabalhadores conseguem ao longo do ano, em detrimento da sua baixa qualificação profissional para as vagas que estão sendo oferecidas nas indústrias recentemente instaladas na microrregião.

Ressalta-se também a subordinação de trabalhadores detentores da terra para o setor, o que desonera os representantes do monocultivo canavieiro de encargos trabalhistas e com a própria terra. Tal configuração é fruto do metabolismo da reprodução do capital, que recria as suas relações de modo a permitir a perpetuação da acumulação capitalista, se valendo inclusive de relações não capitalistas.

3. As políticas públicas para a produção de cana de açúcar e a organização socioterritorial

Não tenho medo de terra
(cavei pedra toda vida),
e para quem lutou a braço
contra a pirraça da Caatinga
será fácil amansar
esta aqui, tão feminina.
Mas não avisto ninguém,
só folhas de cana fina;
somente ali à distância
aquele bueiro de usina; [...]

(MELO NETO, João Cabral de.
Morte e Vida Severina. In:
Morte e Vida Severina. 2007).

3.1 As políticas públicas para a produção da cana de açúcar no âmbito nacional

A produção de cana de açúcar no Brasil se apresenta, desde sua fase embrionária, pelo modelo agroexportador, sendo o açúcar o seu principal produto. Hoje, o açúcar continua sendo a mercadoria básica oriunda da transformação da cana, mas desde a década de 70, a produção de etanol passou a ganhar espaço no cenário nacional de beneficiamento da cana. Entre os motivos está a questão da problemática do uso dominante, em escala global, da matriz energética a base dos combustíveis fósseis, em especial o petróleo.

Entendendo que a riqueza produzida em escala global está assentada sobre um padrão industrial intensivo de energia (SANTOS, 2012) e que é função dos homens do Estado aumentar o poder de seu Estado diante dos demais Estados (HARVEY, 2005), entende-se melhor as políticas públicas voltadas para o setor canavieiro nas últimas décadas no Brasil.

Para mencionar essas políticas públicas realizadas pelo setor, faz-se necessário esclarecer a priori este conceito, que não se apresenta consolidado. Para esta pesquisa, no entanto, será adotada a seguinte ideia para o termo: um programa de ação coordenada feito por autoridades políticas (que podem ser de diferentes escalas: municipal, estadual ou federal, de forma articulada ou não) que findem por modificar ou perpetuar o ambiente cultural, social, territorial ou econômico da sociedade, através de medidas feitas

dentro de uma lógica setorial (MULLER, 2000). Neste sentido, as políticas públicas representam a totalidade de ações, planos e metas que o governo realiza visando a geração do bem-estar social e que terminam por formar ou reestruturar territórios socioeconômicos.

Apesar de ter como função a geração do bem estar social, as políticas públicas nem sempre atendem as demandas da população que possui necessidades específicas e não raro se articulam com esferas do capital privado a fim de beneficiá-los. Tal evento acontece, uma vez que o homem do Estado, que deveria buscar vantagens coletivas, pois é, responsável perante uma comunidade de cidadãos, se articula a um pequeno grupo da elite capitalista.

No Estado capitalista, onde os processos político-econômicos são guiados a partir de estratégias de motivações capitalistas (HARVEY, 2005), os programas de ações coordenadas, que geram as políticas públicas, acabam por beneficiar os setores privados para que, teoricamente, através destes seja gerado o bem estar social.

No caso das políticas voltadas para o setor canavieiro tem-se que remeter ao panorama atual que compõe a estrutura fundiária e importância econômica do setor no cenário nacional. Estes elementos foram mencionados no capítulo 2 e indicam que a cana é a segunda lavoura temporária com o maior valor da produção e a terceira em área colhida.

Tal configuração só foi possível em detrimento de uma série de políticas públicas que envolveram medidas de financiamento de

crédito, para os beneficiadores da cana de açúcar (que são os representantes das usinas), financiamento a fundo perdido para os fornecedores (pequenos, médios e grandes) e incentivos voltados ao aumento da produção através da obrigatoriedade da adição do etanol a composição da gasolina.

Ao longo da história do processo do cultivo e beneficiamento da cana de açúcar no país existiram outras políticas públicas que adicionavam medidas as tomadas acima. Entre elas está a obrigatoriedade da aquisição de álcool, na proporção de 5% da gasolina importada. Tal medida foi tomada pelo Estado através do decreto nº 19.717 de 1931. Visando propiciar uma melhor compreensão ao benefício destinado ao setor, menciona-se os artigos 1º, 2º e 3º do referido decreto:

Art. 1º A partir de 1 de julho do corrente ano, o pagamento dos direitos de importação de gasolina somente poderá ser efetuado, depois de feita a prova de haver o importador adquirido, para adicionar à mesma, álcool de procedência nacional, na proporção mínima de 5% sobre a quantidade de gasolina que pretender despachar, calculada em álcool a 100%. Até 1 de julho do 1932, tolerar-se-á a aquisição de álcool de grau não inferior a 96 Gay Lusac a 15º C., tornando-se obrigatória, dessa data em diante, a aquisição de álcool absoluto (anhydro) .

Art. 2º A quantidade de álcool, adquirida pelo importador, deverá ser por ele empregada na mistura com gasolina, em proporção previamente determinada, conforme o tipo ou tipos de carburante, que estabelecer para o seu comércio.

Art. 3º É lícito ao importador vender, sem a mistura do álcool, parte da gasolina recebida, sendo, também, permitido adicionar à mistura de gasolina com álcool, outros produtos, que facilitem a respectiva miscibilidade, sem prejuízo para o motor. (BRASIL, 1931).

Apesar do decreto não direcionar a origem da fonte do álcool, esta medida foi tida como o embrião do PROÁLCOOL (FREITAS, 2013) que foi instituído a partir do decreto de número 76.593, de 14.11.1975. Consta no seu primeiro artigo a seguinte decisão: “Fica instituído o Programa Nacional do Álcool visando ao atendimento das necessidades do mercado interno e externo e da política de combustíveis automotivos” (BRASIL, 1975). Ressalta-se que este decreto foi instituído no Brasil em função do panorama global do mercado do Petróleo. Lembra-se que em 1973, houve o primeiro choque do petróleo, abrindo a possibilidade da inserção da energia a partir do biocombustível. Além do contexto internacional o sonho da soberania energética também foi um dos elementos que contribuiu para a efetivação do programa (FREITAS, 2013).

Ainda como medida direcionada para o setor, o segundo artigo do decreto de 1975 menciona que:

“A produção do álcool oriundo da cana-de-açúcar, da mandioca ou de qualquer outro insumo será incentivada através da expansão da oferta de matérias-primas, com especial ênfase no aumento da produtividade agrícola, da modernização e ampliação das destilarias existentes e da instalação de novas unidades produtoras, anexas a usinas ou autônomas, e de unidades armazenadoras” (BRASIL, 1975).

Desta forma, percebe-se que há um planejamento no tocante a melhoria da produtividade e que serão implementadas ações que viabilizem o aumento dos objetos ligados ao setor (no caso as destilarias). Em função do know-how do setor canavieiro para a

produção de energia, os seus atores, em especial os latifundiários fornecedores da cana de açúcar e os grupos responsáveis pela administração das usinas foram os maiores beneficiados.

Em função do panorama relatado das políticas públicas voltadas para o agronegócio canavieiro é possível perceber que estas nem sempre visam gerar diretamente o bem estar da sociedade. Sobre a constituição desta lógica organizacional de cunho nacional das políticas públicas voltadas para o capital em detrimento da sociedade, Paulino menciona a distribuição dos recursos financeiros do setor agrícola no Brasil:

[...] a exemplo da safra 2009/2010, em que o governo federal liberou R\$ 92,5 bilhões à agricultura empresarial e R\$ 15 bilhões à agricultura camponesa. Apesar de envolver aproximadamente 4,5 milhões de propriedades, a última ficou com 16% dos recursos, embora responda por mais de 56,8% do valor total gerado pela produção agropecuária, 86,6% empregos no campo (Oliveira, 2003, p.136) e pela produção de 70% dos alimentos da cesta interna de consumo, conforme estimativas do próprio Ministério do Desenvolvimento Agrário (2009) (PAULINO, 2010, p.117).

A afirmação de Paulino deixa claro o quando o Estado direciona as políticas públicas de modo a beneficiar um segmento da sociedade que está atrelado diretamente a reprodução do capital, em detrimento da geração do bem estar social.

O aumento crescente do uso de etanol anidro na mistura da gasolina é um exemplo não só de ações tomadas a partir da década de 1930, mas também, das ações recentes organizadas pelo Estado

visando a realização de metas para a ampliação do lucro do setor canavieiro e a tentativa de inserir essa matriz energética como alternativa ou substituição da oriunda do petróleo. No ano de 2011 entrou em vigor, através da portaria de nº 678, a obrigatoriedade da composição de 20% de etanol anidro à gasolina. A medida começou a valer a partir da zero hora do dia 1º de outubro de 2011 (BRASIL, 2011).

No ano de 2013, este percentual terá um aumento. Através da portaria nº 105, de 28 de fevereiro de 2013, foi fixada a obrigatoriedade do percentual de 25% do álcool etílico anidro combustível à gasolina. Esta medida passará a entrar em vigor a partir da zero hora do dia 1º de maio de 2013 (BRASIL, 2013).

O modelo de política pública mencionada neste tópico, que visa proporcionar centralidade a matriz energética alternativa ao petróleo como sendo o etanol, finda por beneficiar diretamente os representantes do agronegócio, enquanto os pequenos agricultores fornecedores de cana recebem políticas públicas de menor proporção, mesmo representando o maior percentual de fornecedores das usinas. A este caso menciona-se os agricultores familiares da Zona da Mata pernambucana que segundo a Associação dos Fornecedores de Cana de Pernambuco (AFCP) formam cerca de 90% dos 12 mil

produtores de cana do estado¹⁵. Em detrimento desta prioridade do Estado destinada ao agronegócio Andrade afirma que a:

[...] proteção dispensada pelos órgãos governamentais à grande lavoura – à cana-de-açúcar, ao café, ao cacau etc. – e ao completo desprezo às lavouras de subsistências ou “lavouras de pobre”, como se diz freqüentemente no Nordeste. As primeiras têm crédito fácil, garantia de preços mínimos, assistência de estações experimentais, comercialização organizada etc., enquanto as segundas são abandonadas ao crédito fornecido por agiotas, às tremendas oscilações de preço entre a safra e a entressafra e à ganância dos intermediários (ANDRADE, 2005, p.64).

A dominação territorial imposta pelo agronegócio da cana norteia as relações socioeconômicas de modo a não viabilizar a ascensão dos agricultores familiares e demais pequenos produtores agrícolas (entre eles os assentados da reforma agrária). Quando a melhoria no padrão socioeconômico acontece é via relações estabelecidas através da dependência dos pequenos agricultores ao agronegócio.

Além da política de adição do etanol à gasolina, é possível mencionar a de subvenção aos fornecedores de cana às usinas pelo Governo Federal. Esta última política visa estimular o cultivo de cana nas áreas dos agricultores familiares e de médias propriedades. A medida tomada para tal estímulo é a doação de R\$5,00 por tonelada de cana de açúcar fornecida as usinas. Esse benefício é concedido apenas aos que fornecem até de 10 mil toneladas¹⁶. Essa política

¹⁵ Fonte: <http://www.afcp.com.br/?p=4750> Acesso em: dezembro de 2012.

¹⁶ Fonte: http://www.afcp.com.br/inicio/index.php?option=com_content&task=view&id=783&Itemid=46 Acesso em: outubro de 2011.

pública de financiamento a fundo perdido aos pequenos e médios fornecedores da cana de açúcar, no entanto, é controlada pelas usinas. Estas recebem o dinheiro e repassam apenas às pessoas cadastradas.

Para a safra 2011/2012 já foi aprovada na Câmara dos deputados, em março de 2013, a Medida Provisória de nº 587, que tenta dar continuidade ao benefício e dobrar o seu valor que passará a ser de R\$ 10,00¹⁷. A proposta deste programa de crédito do Governo Federal é destinada aos agricultores familiares e médios agricultores comerciais, e visa tornar o principal foco destes trabalhadores a produção destinada a abastecer as necessidades do agronegócio. Entre as relações socioeconômicas que se formam com esta configuração, proporcionada mediante política pública federal, é a relação de subordinação da força de trabalho do agricultor familiar ao agronegócio da cana nas esferas territoriais dentro de âmbitos regionais do país.

Diante destas políticas federais percebe-se que o espaço agrário brasileiro apresenta diferentes respostas nas transformações socioterritoriais em função das relações orgânicas estabelecidas. Todas elas, no entanto, acabam por beneficiar o agronegócio em detrimento da agricultura familiar. Ressalta-se ainda, que as políticas

¹⁷ <http://www.novacana.com/n/cana/plantio/subvencao-cana-produtores-nordeste-renovada-reajuste-070313/> Acesso em abril de 2013 e <http://www.sindicape.com.br/> Acesso em abril de 2013.

públicas voltadas para o setor canavieiro são destinadas principalmente para a questão da matriz energética, porém, sabe-se que a maior parte da cana de açúcar cultivada no país, ainda é transformada em açúcar¹⁸.

3.2 As políticas públicas no território canavieiro da microrregião de Vitória de Santo Antão e as consequentes transformações socioterritoriais

No Brasil os programas de ações coordenadas feitas pelas autoridades políticas são realizados ou atingem diferentes escalas (podem ser elas municipais, estaduais ou federal). Os mencionados no tópico anterior (que não representam a totalidade das políticas públicas realizadas para o setor canavieiro no país) representam as políticas públicas que norteiam o setor no âmbito nacional, mas geram rebatimentos diretos nos territórios de menor escala, como é no caso do território da microrregião de Vitória de Santo Antão.

No caso de Pernambuco esta ação de financiamento é potencializada através de outra política pública, sendo esta de cunho estadual, que é o fornecimento dos insumos agrícolas aos fornecedores de cana das usinas. Este conjunto de políticas públicas finda por normatizar e organizar as relações socioterritoriais através do uso da força de trabalho dos assentados da reforma agrária,

¹⁸ Fonte: <http://www.biodieselbr.com/energia/alcool/mercado-etanol.htm> Acesso em: abril de 2013.

proprietário de parte dos meios de produção (a terra), pelos representantes do capital do agronegócio da cana.

Na imagem a seguir, é possível ver a embalagem de fertilizante com a logomarca do Governo do Estado de Pernambuco.

IMAGEM - 08

EMBALAGEM DE FERTILIZANTE AGRÍCOLA FORNECIDO AOS ASSENTADOS
FORNECEDORES DA CANA DE AÇÚCAR ÀS USINAS

Foto: Maria Rita Machado / 2010.

Esta política pública, que está dentro de um projeto maior denominada de "Terra Pronta", visa a distribuição de insumos para a produção agrícola. No caso dos insumos destinados a cana de açúcar,

apenas no ano de 2011, foram destinados 6 milhões em investimentos.¹⁹ Acredita-se, segundo a AFCP, que 95% dos fornecedores foram beneficiados com a gratuidade do benefício²⁰.

Para entendermos melhor os territórios formados a partir das políticas públicas voltadas para a produção de cana de açúcar no território da microrregião de Vitória de Santo Antão e em especial nas áreas de assentamentos da reforma agrária, faz-se necessário explicar o processo de instituição dos assentamentos existentes na microrregião.

3.2.1 Das Ligas Camponesas aos assentamentos federais produtores de cana de açúcar

Entender a história dos assentamentos de reforma agrária e dos movimentos sociais rurais no território da microrregião de Vitória de Santo Antão e mesmo no Brasil, faz necessário remeter-se ao movimento surgido na década de 50 no município de Vitória de Santo Antão, as Ligas Camponesas. Este movimento foi o embrião de uma das organizações sociais rurais mais conhecidas no país, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)²¹.

¹⁹ Fonte: http://www.revistarural.com.br/Edicoes/2011/Artigos/rev158_cana.htm Acesso em: Abril de 2013.

²⁰ IDEM.

²¹ Fonte: <http://www.mst.org.br/Mistica-e-emocao-na-homenagem-aos-50-anos-do-assassinato-de-Joao-Pedro-Teixeira%20> Acesso em abril de 2013.

O movimento das Ligas Camponesas é fruto das contradições de um novo contexto capitalista, associado a uma política iniciante no Brasil - após os 10 anos de ditadura do governo Vargas - de maiores garantias democráticas. Apesar desse processo germinal de maior liberdade entre o fim da década de 40 e o decorrer de 50, ainda era difícil para os trabalhadores agrícolas se organizarem em sindicatos. Entre as causas, estava a pressão exercida pelos latifundiários sobre o poder público, uma vez que estes dois elementos – poder público e latifundiários - se encontravam intimamente atrelados, fazendo com que o Ministério do Trabalho gerasse empecilhos à consolidação do movimento sindical rural.

O Partido Comunista do Brasil (PCB), visando burlar os impedimentos da formação dos sindicatos pelos trabalhadores agrícolas, ajudou alguns grupos a se estabelecerem em associações registradas em cartório. Entre elas estava a Sociedade Agrícola e Pecuária de Plantadores de Pernambuco (SAPPP), localizada no Engenho Galiléia no município de Vitória de Santo Antão.

Este engenho de cana de açúcar tinha como proprietário Oscar de Arruda Beltrão que foi convidado pelos agricultores a se tornar o presidente de honra da associação (SANTIAGO, 2004). Beltrão, primeiramente aceitou o convite, visto que no primeiro momento a associação se propunha a fornecer apenas alguns benefícios assistencialistas aos trabalhadores tais como a realização de enterros.

Apesar do posicionamento positivo ao convite, o proprietário de Galiléia modificou sua decisão a respeito das medidas de organização tomadas pelos trabalhadores. Tentando reverter a instituição da SAPPP, Beltrão realizou a expulsão dos foreiros, que já organizados, se mobilizaram em busca de apoio político e jurídico. O então Deputado Estadual pelo Partido Socialista Brasileiro, Francisco Julião, foi procurado pelos representantes do movimento e o apoio dado a eles deu a SAPPP projeção nacional e serviu como exemplo para a organização de outros movimentos em busca das mesmas reivindicações. Estas deixaram de ter cunho assistencialista, no ano de 1955, e passaram a buscar a desapropriação da terra para a distribuição aos foreiros. A partir deste momento “foram organizadas as irmãs em outros municípios e estados, dando ao movimento projeção nacional” (ANDRADE, 1989).

A SAPPP foi a organização germinal das Ligas Camponesas, ressalta-se que este nome não foi nome dado pelos trabalhadores em movimento de reivindicações, mas sim, pela imprensa (SANTIAGO, 2004), que referindo-se ao surgimento articulado das reivindicações em outras áreas do país criou tal titulação, que foi apropriada pelos trabalhadores.

Apesar do esforço político de Julião, que apresentou em 12 de julho de 1957 o primeiro projeto de desapropriação do Engenho Galiléia, o ato só foi efetivado no ano de 1960. O então Governador

Cid Sampaio, assinou o documento da janela do palácio do campo das princesas (cede do Governo Estadual) na frente de centenas de trabalhadores rurais²².

Faz-se necessário esclarecer que, apesar de ser o Engenho Galiléia assentamento de reforma agrária, ele não entra como objeto de análise da pesquisa, pois, é um assentamento estadual e não apresenta as mesmas características socioterritoriais dos assentamentos federais. Nele, por exemplo, só foi encontrada a produção de cana de açúcar em baixa escala, apenas para o consumo familiar de caldo de cana, muito comum no nordeste. Entre as suas principais culturas do Engenho Galiléia estão: a macaxeira, o inhame, coentro, cebolinha, alface, entre outros produtos da lavoura branca.

Mencioná-lo se faz necessário em detrimento do esclarecimento do contexto da formação histórica do espaço agrário da microrregião de Vitória de Santo Antão.

²² Fonte: <http://www.alepe.pe.gov.br/sistemas/perfil/parlamentares/FranciscoJuliao/08.html>
Acesso em abril de 2013.

IMAGEM - 09

VISTA DA PARCELA, ÁREA DE PLANTIO E AS RESIDÊNCIAS DO MORADOR E SEUS FILHOS NO ENGENHO GALILÉIA NO MUNICÍPIO DE VITÓRIA DE SANTO ANTÃO.

Foto: Maria Rita Machado / Dezembro de 2006.

Durante os trabalhos de campo preliminares, em 2008/2009, foi possível constatar que a produção agrícola do assentamento é diversificada e voltada o abastecimento dos supermercados da Região Metropolitana do Recife, das feiras do município e dos mercados próximos. Esta mesma informação foi constada por MACHADO (2007).

Retomando à questão dos movimentos sociais rurais que surgiram na década de 1950, tendo como ponto inicial a SAPPP, que deu origem as Ligas Camponesas, remete-se ao seu curto período de atuação no país. O fator responsável pelo arrefecimento das mobilizações foi a revolução de 1964, que deu origem ao regime ditatorial. Este teve seu relaxamento apenas na década de 1980 viabilizando, como já mencionado, a retomada dos movimentos sociais rurais no país. Relembra-se a questão do período de crise que o setor canavieiro passou nas décadas de 1980 e 1990 em função das

retração da políticas públicas e também relacionada as questões ambientais.

A partir desta década a forma de reivindicação passou a ser marcada principalmente pela ocupação de terras visando sua disponibilização para a inserção de assentamentos de reforma agrária. No território da microrregião de Vitória de Santo Antão as ocupações também foram retomadas nesta década, porém, da data da ocupação até a oficialização da terra como assentamento leva-se em média um período de 5 anos (referência tomada a partir da observação e das análises dos laudos de vistoria dos imóveis que são hoje os assentamentos).

Ainda no território em pauta as ocupações neste período foram marcadas pela liderança principalmente do MST e da FETAPE e deram origem a 13 (treze) assentamentos. São eles: Açúde Grande, Caçimbas, Caricé, Pedreiras, Serra Grande, Briosa, Canavieiras, Ronda, Divina Graça, Engenho Serra e Livramento. É possível, através da imagem seguinte, ver a localização desses assentamentos (com exceção do assentamento Açude Grande) nos municípios da microrregião.

IMAGEM - 10**ASSENTAMENTOS DA REFORMA AGRÁRIA FEDERAL DA MICRORREGIÃO DE VITÓRIA DE SANTO ANTÃO** **Legenda**

Programas de Assentamentos Demarcados

Programas de Assentamentos Não Demarcados

Identificador de Programas de Assentamentos Demarcados

Identificador de Programas de Assentamentos Não Demarcados

ID	Nome da PA
3	Engenho Serra
62	Livramento
84	Cacimbas
85	Divina Graça
86	Ronda

ID	Nome da PA
87	Serra Grande
88	Briosa
131	Caricé
132	Pedreiras

Nº de ordem	Nome da PA
20	Canavieiras

Fonte: MDA; INCRA – PE (2010) Adaptação: Maria Rita Machado.

Além dos assentamentos que pertencem oficialmente aos municípios da microrregião é possível perceber que o ID 35 e 82 tem parte da sua área dentro do território em estudo. Eles são respectivamente os assentamentos Souto Maior, no município de Paudalho e Veneza, no município de São Lourenço da Mata, estes por não fazerem parte do território oficial da microrregião de Vitória de Santo Antão, não entraram no estudo em questão.

Na área onde hoje abriga os assentamentos eram antigos engenhos e usinas de cana de açúcar. A solicitação da transformação deles em área de reforma agrária veio ora de solicitação da FETAPE, ora do MST, em apenas um caso foi fruto da parceria entre essas duas organizações.

Há também dentro deste contexto uma solicitação do proprietário. Neste caso o dono buscou o INCRA com a finalidade de vender as suas terras para a destinação da reforma agrária, é o caso do assentamento Briosa, no município de Glória do Goitá.

Já o Engenho Serra foi reivindicado para se transformar em assentamento em função do não cumprimento de questões trabalhistas por parte do proprietário Alarico Luiz Bezerra Cavalcanti Filho. A improdutividade também foi um dos elementos alegados no processo de desapropriação. O agente responsável pela denúncia e solicitação junto ao INCRA foi a FETAPE e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Vitória de Santo Antão, no ano de 1992, mas tendo sido concretizado o processo de oficialização do assentamento

apenas no ano de 1998²³. Apesar deste lapso temporal entre a ocupação e a oficialização do assentamento, as famílias que receberam a terra já a ocupava desde antes da oficialização, pois são, em sua maioria antigos trabalhadores ou foreiros da área.

O elemento principal que desencadeou a ocupação da área do Engenho Serra, produtor de cana para a usina Nossa Senhora do Carmo e Mussurepe, foi a constatação de maus tratos aos trabalhadores, relatado no documento de vistoria do imóvel (INCRA).

A área do hoje assentamento Pedreiras, foi uma solicitação do MST, sob a alegação de improdutividade. Ele está alocado nas terras da antiga usina Alvorada, o que faz com que o assentamento também seja conhecido por este nome.

O assentamento Livramento foi solicitação da FETAPE sob a alegação de improdutividade. Segundo o documento de vistoria do imóvel suas terras estão divididas entre os municípios de Pombos, com 80% do seu território e Vitória de Santo Antão com os outros 20%.

A instituição do assentamento Açude Grande foi solicitada pelo MST no ano de 1998, a principal alegação estava a improdutividade da terra.

Complementando o cenário pertinente aos assentamentos do território da microrregião, na tabela abaixo é possível percebermos que a área total dos assentamentos de reforma agrária federal

²³ Documento: Laudo de vistoria do imóvel / INCRA.

somam 54,17 Km² da microrregião de Vitória de Santo Antão que é de 940,99 Km². Desta forma a área destinada aos assentamentos ocupa um total de apenas 5,75% da microrregião.

TABELA - 06

LISTA DOS ASSENTAMENTOS, ÁREA, NÚMERO DE FAMÍLIAS E ANO DA CRIAÇÃO DOS PROJETOS DE REFORMA AGRÁRIA FEDERAL DA MICRORREGIÃO DE VITÓRIA DE SANTO ANTÃO / 2009.

	Área do projeto (ha)	Número de Famílias	Data da criação (ano)
Glória do Goitá			
Briosa	410,6721	35	2000
Canavieiras	429,9557	86	2000
Pombos			
Ronda	1.148,0000	90	1998
Divina Graça	201,9594	30	1998
Vitória de Santo Antão			
Engenho Serra	900,0000	73	1998
Açude Grande	300,000	47	1999
Serra grande	758,7108	100	1998
Livramento	344,8500	45	1999
Caricé	204,0239	21	2001
Pedreiras	458,6848	63	2000
Cacimbas	261,1284	30	2002
Total	5417,9851	620	

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) / 2009.

Ainda de acordo com a tabela acima é possível percebermos a existência de 620 famílias assentadas nesta microrregião. Apesar da informação oficial indicar esse total, a microrregião estudada possui uma quantidade maior de famílias. Essa diferença se dá em função de parte dos assentamentos Veneza e Souto Maior, terem parte de suas terras no território da microrregião de Vitória de Santo Antão, como anteriormente mencionado.

Chega-se a conclusão, também através das informações da tabela, que a área média dos assentamentos é de 8,7 hectares. Traçado breve perfil da formação dos assentamentos da reforma agrária da microrregião de Vitória de Santo Antão é possível mencionar os impactos diretos que as políticas públicas para a produção de cana de açúcar geraram nestes territórios.

3.2.2 As consequências das políticas públicas para a produção de cana de açúcar nos assentamentos de reforma agrária e as transformações socioterritoriais

A intervenção do Estado na produção de cana de açúcar passou por uma fase de diminuição de intervenção no setor entre as décadas de 1980 e 1990. Na primeira metade da década de 2000 o Estado, principalmente da esfera do governo federal, volta a apoiar a produção visando atender a futura possível demanda do mercado externo pelo etanol. Com menor disponibilidade de terras para a produção de cana de açúcar em Pernambuco, os usineiros e o próprio governo do estado passaram a estimular os assentados a produzirem cana ao invés do cultivo dos gêneros de primeira necessidade.

No caso pernambucano, porém, as indústrias moedoras da cana de açúcar passam por algumas dificuldades, sendo uma delas a restrição espacial, na qual o governo também “ajuda” a superar com o direcionamento de medidas cabíveis para amenizar tal questão²⁴.

²⁴ Os programas como o Chapéu de Palha, que durante a entressafra da cana proporciona um auxílio financeiro ao trabalhador, Programa Terra Pronta (ambos do governo do Estado de

Esse impasse provém da necessidade cada vez maior de terras para a expansão da cana no sistema monocultor e da criação dos assentamentos de reforma agrária que ocorreram na década de 1990, nas áreas de produção de cana de açúcar em Pernambuco, entre outros motivos. Em função disso as oligarquias que administram as usinas da região tiveram que reelaborar suas estratégias para conseguirem retomar a área de cultivo a fim de tentar atender a expansão solicitada pelo mercado. Como busca pelas antigas áreas produtoras de cana que hoje são assentamentos, os assentados foram “convidados” a se inserirem nesta atividade.

Esse “convite” não veio da forma tradicional, mas sim, maquiado, transfigurado, como o capital gosta de se mostrar, como farsa. Apoiado por políticas públicas viabilizadoras de um discurso pelo qual a produção de cana se apresentaria como importante alternativa para assegurar a sobrevivência das famílias assentadas.

Desta maneira, a cana se tornou (como já mencionado no capítulo 2) produção presente em 70% das parcelas de assentamentos na Zona da Mata pernambucana, tendo a microrregião de Vitória de Santo Antão seguido o mesmo patamar²⁵. Essas relações orgânicas proporcionadas pelo Estado e auxiliada pelo capital privado do agronegócio, foram capazes de propiciar uma melhor

Pernambuco) e o PRONAF ECO (política do Pólo Nacional) vieram como suporte a essa demanda da produção da cana.

²⁵ Fonte: Pesquisa de campo / 2009 – 2010.

condição de vida e trabalho aos assentados, que via de regra, são antigos trabalhadores da cana de açúcar. Segundo levantamento realizado através de trabalho de campo, 57% dos assentados no território da microrregião de Vitória de Santo Antão são de ex-assalariados do setor canavieiro.

Essa melhoria na condição de vida, enquanto assentado, não veio atrelada a quebra da dependência do trabalhador aos seus antigos compradores da sua força de trabalho. O que modificou foi a forma na qual ele passou a subordinar a sua força laboral ao mesmo setor e não raro ao mesmo "empregador". É válido ressaltar que das famílias produtoras de cana na região, mais de 85% destinam a sua gramínea diretamente para as usinas, indica-se ainda que em todas as parcelas produtoras de cana, mais da metade da área é destinada a este cultivo. Ou seja, os assentados participam do processo de produção apenas como fornecedores de matéria-prima, sendo alijados do processo de transformação da matéria-prima em mercadoria e da noção da circulação dela no mercado.

A produção de cana realizada por esses trabalhadores é relevante no cenário territorial, pois, a produtividade destes é maior que a da microrregião, que é de 52.800t/ha (IBGE / 2011). Este fato, como já mencionado os torna responsável por aproximadamente 30% da cana cultivada no território da microrregião de Vitória de Santo Antão.

A relevância do percentual fornecido para as usinas desses

trabalhadores não dá a eles a percepção da importância que eles representam para o setor na microrregião. Desta forma, os assentados, não conquistam poder suficiente para barganhar um melhor valor na cana de açúcar fornecida, até mesmo por terem uma visão do mercado na relação Mercadoria – Dinheiro – Mercadoria. Neste sentido, não visam estabelecer uma visão capitalista, mas sim de troca de uma mercadoria por dinheiro, dinheiro este necessário para a manutenção da sua sobrevivência. Essa percepção das trocas comerciais não o exclui de parte do processo das relações capitalistas que finda por propiciar que este trabalhador produza o mais-valor aos capitalistas.

O trabalho na sociedade que tem o modo de produção capitalista não se apresenta apenas sob a forma de relações contratuais. Os agentes produtores do espaço que são os representantes dos meios de produção também se valem de relações não capitalistas para extrair a mais-valia do trabalhador e é através desta relação informal que os representantes das usinas se valem da força de trabalho dos assentados.

Esta forma de subordinação por meio do trabalho flexível, tende a se ampliar no território dos assentados, pois percebeu-se, também através dos trabalhos de campo realizados entre os anos de 2009 e 2012, que dos 30% não produtores de cana, 72% pretendem passar a plantar nos próximos anos. Dos assentados que já produzem cana 73% pretendem aumentar a área cultivada nas próximas safras.

Como justificativa para essa opção de cultivo, tantos os que já produzem, como os que pretendem produzir afirmaram, em sua maioria, que a cana proporciona um “*dinheiro certo*”, apesar de pouco. A alegação para a opção da predominância deste cultivo passou também pelos incentivos dados pelo Estado, tendo um dos entrevistados afirmado: “se governo *tá* incentivando é porque é seguro e vai ser bom para nós.”

Ainda traçando o perfil dos assentamentos do território da microrregião de Vitória de Santo Antão, constatou-se que dos assentados que plantam cana, apenas 29% receberam a parcela com esta lavoura plantada. Os demais alegaram que se instalaram, ou em área de mata de capoeira, ou onde a cana estava velha e imprestável para comercialização.

Na fase inicial de instalação 88% dos assentados alegaram não ter recebido nenhum tipo de insumo agrícola para viabilizar qualquer tipo de cultivo: cana, outra cultura ou criação de animais.

No que se refere aos trabalhadores diretos no processo produtivo da cana no território dos assentados da reforma agrária federal, constatou-se que, 69% do plantio foi feito pela própria família, 24% pelo uso associado da força de trabalho da família e de mão de obra contratada e 5% apenas os trabalhadores contratados pelo atravessador. Este último ponto, porém, apresenta uma série de conflitos no que tange as informações fornecidas. A percepção dos pesquisadores quanto à atuação do atravessador nas etapas do

processo de produção da cana nas parcelas dos assentados da reforma agrária não condiz com as respostas dadas pelos assentados da reforma agrária nas aplicações dos questionários.

Foi percebido durante os diálogos informais que a importância do atravessador no processo de compra, corte e transporte da cana do assentado é mais complexa do que as respostas dadas ao questionário. Através de alguns diálogos informais ocorridos durante os trabalhos de campo ocorridos durante os anos de 2011 e 2012, alguns assentados afirmaram que apesar de venderem a sua cana, ainda no chão, ao atravessador eles conseguem pedir adiantamento a própria usina.

Esta tripla relação no processo de recebimento do dinheiro pertinente a venda da mercadoria e a realização de parte das etapas (plantio, limpa e adubação) do processo do cultivo da cana pelos assentados faz com que os assentados tenham dificuldade de identificar a figura do atravessador.

No que se refere a etapa do corte, percebeu-se que, 51% dos trabalhadores são formados por membros do próprio núcleo familiar, mais mão de obra contratada, em 26% dos casos, apenas a família é responsável pelo corte. Os trabalhadores contratados pelos atravessadores para realizar o corte nas parcelas representam 19%, enquanto mão de obra contratado pelos próprios assentados e sendo apenas ela a responsável pelo corte é de 3%.

A imagem abaixo retrata a realização do corte pela família e a

mão de obra contratada numa parcela do assentamento Açude Grande. À esquerda, vestindo camisa de cor amarela, uma criança realiza a atividade e assim como os demais trabalhadores não usa nenhum equipamento de segurança.

IMAGEM - 11

FAMÍLIA E TRABALHADOR DE EMPREITADA REALIZANDO A ETAPA DO CORTE DA CANA DE AÇÚCAR EM PARCELA DO ASSENTAMENTO AÇUDE GRANDE NO MUNICÍPIO DE VITÓRIA DE SANTO ANTÃO.

Foto: José Plácido Junior / Novembro de 2008.

Em nenhuma das duas etapas (plantio e corte) foi constatada que o trabalhador contratado teve a carteira assinada, pois, o regime de trabalho ocorreu por empreitada. Há a necessidade de ressalva no que se tange a realização do trabalho pela família associada ao trabalho de contratados, pois foi constatado que alguns parceleiros realizavam a atividade enquanto contratados do atravessador, conjuntamente com empreiteiros. Esta configuração é possível uma vez que o assentado vende, a preço predeterminado, sua área de

cana ao atravessador, buscando com isso aumentar a renda oriunda da cana.

Percebe-se ainda, que mesmo os assentados que se transformam em atravessadores submetem a sua força de trabalho as usinas e não conseguem dimensionar o tamanho da produção total, nem ter a consciência da estrutura necessária para gerar a circulação das mercadorias beneficiadas a partir do processamento da cana de açúcar. Apesar de alguns dos compradores de matéria prima para a comercialização com as usinas serem também assentados, isso não os distingue no tocante a melhoria da qualidade de vida diante dos outros assentados. A partir das observações de campo percebeu-se que os assentados-atravessadores, apenas conseguem ter um maior poder de compra, que é canalizado para a viabilização da comercialização com as usinas, como na compra de caminhões.

Em relação aos assentados-atravessadores, foi possível perceber uma peculiaridade no assentamento Caricé, pois, o presidente da associação era também o atravessador desde 2008, o que estava gerando uma tensão interna no assentamento. Parte dos assentados estava realizando reuniões para tentar formar uma nova associação e por meio desta viabilizar a comercialização da cana diretamente a usina.

A existência do atravessador faz com que o assentado perca o direito dos benefícios concedidos pelo Estado, como a doação de 5,00R\$ e os insumos agrícolas. No caso dos insumos o benefício

acaba sendo comercializado e não repassado.

Em entrevista com o presidente da associação e atravessador, Manuel Severino de Oliveira, conhecido como Mané Caboclinho, é possível perceber como o assentado-atravessador desconhece a totalidade do funcionamento da produção de cana de açúcar. Indagado se ele fazia parte de alguma associação de fornecedores de cana o mesmo afirmou desconhecer a AFCP. Ele apenas sabe que é descontado no seu demonstrativo de pagamento, fornecido pela usina JB, um percentual referente a associação.

IMAGEM - 12

**ENTREVISTA REALIZADA COM O PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO DO
ASSENTAMENTO CARICÉ NO MUNICÍPIO DE VITÓRIA DE SANTO ANTÃO**

Foto: Robson Brasileiro / Janeiro de 2011.

A usina na qual ele comercializa a produção e dos seus

fornecedores é conhecida como JB, do grupo JB, mas de nome Companhia Alcoolquímica Nacional. Apesar da ideia da viabilidade de comercializar a sua produção com qualquer usina, a localização dos assentamentos Engenho Serra, Cacimbas, Caricé, Canavieiras, Pedreiras e Açude Grande, apenas torna viável a comercialização com esta.

IMAGEM - 13

SILO DA USINA JB NO MUNICÍPIO DE VITÓRIA DE SANTO ANTÃO

Foto: Maria Rita Machado / Fevereiro de 2012.

Na imagem que segue é possível ver a localização de alguns assentamentos e da usina JB, o que dá uma dimensão do isolamento dos assentamentos em relação a possibilidade de comercialização com outras usinas. A linha em vermelho é referente a distância em linha reta entre os assentamentos Cacimbas, Açude Grande e Caricé. Segundo os cálculos feitos pelo Google Earth, a distância é de aproximadamente 14 quilômetros. Levando em consideração o desvio

das rodovias necessárias para o trajeto, o percurso total é de aproximadamente 18 quilômetros.

IMAGEM - 14

LOCALIZAÇÃO DOS ASSENTAMENTOS AÇUDE GRANDE, CARICÉ, CAÇIMBAS E RONDA EM RELAÇÃO A USINA JB.

Fonte: Google Earth / Outubro de 2012.

Este fato propicia certo direcionamento das ações de modo a gerar uma centralidade nas relações socioeconômicas dos assentados, a partir da usina JB. Esta por sua vez utiliza não só a força de trabalho dos assentados, como também a capacidade produtiva de suas terras. Desta maneira, as políticas públicas voltadas para o setor da cana vertem a organização do espaço agrário de modo que as usinas controlem o território dos assentados. Assim a agroindústria extrai “a renda da terra sem a necessidade de expropriar os camponeses” (FABRINI, 2010, p. 59), ou seja, monopolizam o território sem se territorializarem. Diante disto é possível perceber que a acumulação capitalista não ocorre somente com a exploração e subordinação do trabalho formal, mas também na sujeição da renda da terra ao capital, mesmo que esta não pertença oficialmente aos capitalistas.

Esta polarização da formação dos territórios dos assentados a partir do agronegócio impede o sonho dos movimentos sociais rurais de inserirem os assentados em toda a cadeia de produção dos biocombustíveis (produção, industrialização e circulação da mercadoria). A respeito desse desejo Fabrini comenta que:

Entidades sindicais e movimentos sociais, visualizando possibilidade de obtenção de vantagens aos pequenos agricultores na produção de agroenergia, defendem a participação dos camponeses no projeto do agrocombustível [...] Assim, os camponeses deveriam participar da produção do agrocombustível, disputando inclusive projeto e território com o agronegócio (FABRINI, 2010, p. 55 e 56).

A forma como as políticas públicas intervêm nos assentamentos de reforma agrária fazem com que os laços de solidariedade orgânica, sofram uma forte interferência das demandas dos nexos distantes, históricas nesse tipo de produção no país. Dessa forma *o homem produtor sabe cada vez menos quem é o criador de novos espaços, quem é o pensador, o planificador, o beneficiário* (SANTOS, 2007, p. 29) das ações, ficando assim eles excluídos das partes mais importantes do processo.

3.3 As relações entre o local e o global: a dinâmica espacial da microrregião de Vitória de Santo Antão

Como já mencionado a atividade canavieira foi uma das primeiras atividades econômicas do hoje Brasil e durante alguns séculos foi certamente a mais importante. Sua estrutura produtiva esteve à frente do seu tempo, pois tinha um aparato tecnológico extremamente requintado para a época (primeira metade do século XVI). A cana era essencialmente transformada em açúcar e também em cachaça - produzida em menor escala - para ser usada como moeda de troca na compra de escravos.

Mesmo na fase germinal do cultivo e beneficiamento da cana de açúcar, é possível perceber como as relações e as lógicas internacionais interferiam na produção do espaço local. É válido lembrar que a destinação do açúcar não tinha como objetivo atender

as demandas locais, mas sim, almejava abastecer o amplo mercado externo. Os mecanismos de circulação do açúcar não eram estabelecidos visando a articulação e integração do hoje território brasileiro. Os fluxos estavam canalizados para conectar as ilhas de produção da América canavieira ao continente europeu.

Havia, no entanto, para cada um desses subespaços, pólos dinâmicos internos. Estes, porém, tinham entre si escassa relação, não sendo interdependentes. (SANTOS, 2008a, p. 29). Ou seja, nessa fase da história (séculos XVI, XVII e XVIII), a produção do espaço local não era fruto das necessidades e relações sociais internas, mas das relações de cooperação existentes entre as diversas unidades produtivas do Brasil com a Europa (especialmente Portugal), constituindo uma alienação regional, num claro processo de construção de relações socioeconômicas por meio de nexos distantes da produção canavieira em detrimento das relações orgânicas.

Hoje, com o desenvolvimento de inúmeros aparatos tecnológicos, que permitem uma rápida e ágil comunicação entre lugares distantes, o setor canavieiro no Brasil estabeleceu relações entres as unidades produtivas do território nacional (as usinas) e aguçou com as localidades distantes. Esta ideia de compressão do espaço e tempo é fruto de uma série de aparatos tecnológicos desenvolvidos pela sociedade com o passar do tempo e que deu ao modo de produção capitalista uma maior velocidade na fluidez da

circulação das mercadorias. Deste modo, “[...] todos os lugares ficaram vulneráveis à influência direta do mundo mais amplo graças ao comércio, à competição intraterritorial, à ação militar, ao influxo de novas mercadorias [...]” (HARVEY, 2002, p. 221), ou seja, ampliou e remodelou o modo de produção capitalista e os modos relacionais das verticalidades e horizontalidades.

3.3.1 As verticalidades na produção da cana de açúcar

No caso da produção de cana no Brasil, assim como no caso da microrregião de Vitória de Santo Antão, o próprio direcionamento das políticas públicas atuais visa à ampliação da comercialização dos produtos derivados da cana com o mercado externo, fortalecendo as relações verticais da produção.

Apesar de ter aparentemente perdido o seu papel de articulador é necessário apontar que o Estado continua ativo em algumas das suas ações, como por exemplo, na regulamentação das relações horizontais entre trabalho e capital. Neste mesmo sentido HARVEY (2005, p. 29) faz o seguinte comentário:

O Estado-Nação permanece o regulador fundamental em relação ao trabalho. A idéia de que, na era da globalização, o Estado-Nação está encolhendo ou desaparecendo como centro de autoridade é uma tolice. De fato, desvia-se a atenção do fato de que o Estado-Nação está agora mais dedicado do que nunca a criar um adequado ambiente de negócios para os investimentos, o que significa, precisamente, controlar e reprimir os movimentos trabalhistas em todos os tipos de meios propositadamente

novos: cortar os benefícios sociais, regular os fluxos migratórios e assim por diante. O Estado está muitíssimo ativo no domínio das relações entre capital e trabalho.

Diante desta afirmação, no entanto, deve-se atentar que quando os benefícios sociais são necessários para a reprodução do modo capitalista de produção, o Estado lança mão deste recurso através de um discurso de geração de emprego e renda. Apesar da forte atuação do Estado como regulador da relação trabalho e capital, a sua mão forte praticamente inexistente no que tange a relação entre os capitais (HARVEY, 2005).

É válido lembrar que se entende as relações verticais como as que são formadas por pontos distantes uns dos outros, mas ligadas por inúmeras formas e processos sociais (SANTOS, 1994), ressaltando que eles (formas e processos sociais) são os vetores de uma racionalidade superior, criando um cotidiano obediente (ELIAS, 2003), o que não implica a inexistência de conflitos.

O uso de aparatos tecnológicos no processo produtivo é uma das formas que permite a ligação entre os territórios por meio de relações verticais. No caso do território da microrregião de Vitória de Santo Antão, apesar da pouca mecanização no cultivo da cana, os aparatos tecnológicos se fazem presentes no beneficiamento, logística e circulação das mercadorias. Mesmo não sendo uma região plenamente contemplada com as tecnologias do período técnico-científico-informacional, como é o caso de região canavieira de São

Paulo, Pernambuco se encontra interligado ao todo do complexo canavieiro dirigido pela região concentrada do Brasil - o Sudeste.

Apesar da periferização da produção canavieira na qual Pernambuco e conseqüentemente a microrregião de Vitória de Santo Antão, está sendo submetido, a questão da exploração da terra, passa a se dar de forma mais intensa, transformando a atividade agrícola num elemento agregado ao circuito superior da economia. Como é de praxe aos representantes desse circuito, há uma integração não apenas local, mas, sobretudo global e de modo vertical, e as relações, à medida que se tornam mais íntimas e extensas, aproximam e tornam mais evidente a noção de espaço como totalidade.

As relações verticais dão conta, sobretudo, da circulação, da distribuição e do consumo das mercadorias produzidas, aproximando pontos distantes, mas ligados por todas as formas e processos sociais. Desta forma:

A tendência atual é que os lugares se unam verticalmente e tudo é feito para isso, em toda parte. Créditos internacionais são postos à disposição dos países mais pobres para permitir que as redes se estabeleçam ao serviço do grande capital (SANTOS, 1994, p.19)

A conexão e integração entre os lugares não reduzem o "local à uma nem o global à soma de partes. O local e o global interagem-se,

sendo que os sistemas locais respondem de diferentes modos às forças globais” (SAQUET, 2005, p. 13885). Essa conexão, no entanto, é feita de forma mais ativa pelas grandes corporações, ficando tanto os atravessadores como os assentados, participando de forma passiva, como meros produtores que não conseguem intervir nessa relação, apenas sofrendo as consequências das ações. Apesar do seu atual papel secundário, no cenário nacional, na produção de cana de açúcar, o setor canavieiro do território da microrregião de Vitória de Santo Antão tem demonstrado a sua capacidade de estabelecer conexões a outras localidades através de amplas redes de relações, sem deixar de reproduzir as relações com os locais imediatamente ligados, como ocorreu com a produção canavieira no período colonial. As relações de verticalidade para existirem necessitam de grandes capitais, representados, no caso da microrregião de Vitória, essencialmente pelas oligarquias regionais, “estas obedecem a uma lógica que é ao mesmo tempo internacional, por sua dispersão geográfica, e interna aos grupos financeiros que estão numa situação de concorrência” (SANTOS, 2003, p.151).

Produz-se assim uma dialética entre o local/global na produção do espaço, onde se torna necessário enfatizar o novo papel de mediador do Estado e do próprio território em que se realizam as partes essenciais do processo produtivo. Na imagem a seguir é possível ver a placa fixada na frente da usina JB. Nela há a indicação

do incentivo fiscal dado à usina no que se refere ao abono no Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ).

IMAGEM - 15

PLACA INDICATIVA DE RECEBIMENTO DE INCENTIVOS FISCAIS DA USINA
JB – VITÓRIA DE SANTO ANTÃO

Foto: Maria Rita Machado / fevereiro de 2012.

Como já foi mencionada, a produção agrícola do setor canavieiro na microrregião de Vitória de Santo Antão, tem ampla rede de relações verticais, mas que durante alguns séculos se encerram em si mesma. Desta forma não abria possibilidades para o surgimento de outras atividades econômicas geradoras de múltiplas lógicas socioterritoriais e econômicas. Hoje, no entanto, este padrão de organização socioterritorial não corresponde a realidade, uma vez que em função dos fixos estabelecidos, que viabilizam os fluxos e propiciaram o surgimento de outras atividades econômicas, possibilitaram a construção de novas dinâmicas no território da microrregião de Vitória de Santo Antão e a agregação da lógica construída em função da cana e de outras atividades econômicas florescendo as relações horizontais.

3.3.2 Os assentados da reforma agrária e as usinas na nova fase de expansão da cana de açúcar em Pernambuco – as horizontalidades.

Assim como no tópico anterior foi esclarecido o conceito de verticalidade, este visa explicar o de horizontalidades e indicar relações pertinentes deste processo em função da produção de cana de açúcar. Lembra-se que as relações verticais e horizontais vivem em processo contínuo de comunicação onde as ações de uma se comunica e transforma as lógicas da outra.

Entende-se por relações horizontais aquelas que possuem um domínio de contiguidade *daqueles locais vizinhos reunidos por uma continuidade territorial* (SANTOS, 1994) e por laços de solidariedades orgânicos, mas submetido ao norteamento dos eixos centrais dos fluxos e processos verticais.

No caso do território da microrregião de Vitória de Santo Antão, as relações horizontais da produção de cana de açúcar existem dentro de um contexto ambiental desfavorável, que é a configuração topográfica. Esta tem como característica o relevo ondulado a fortemente ondulado, como é possível ver na imagem a seguir.

IMAGEM - 16

VISTA DO PERFIL MORFOLÓGICO DO ASSENTAMENTO AÇUDE GRANDE NO MUNICÍPIO DE VITÓRIA DE SANTO ANTÃO

Foto: Maria Rita Machado / Março de 2010.

Segundo a Agência Estadual de Planejamento e Pesquisa de Pernambuco a característica do relevo da Zona da Mata Pernambucana é de morros contínuos, que apresentam forma mamelonar.²⁶ No laudo de vistoria do assentamento Engenho Serra é possível ler a análise mais detalhada do perfil deste território:

As limitações no uso do solo tem como principal fator o relevo ondulado, que traz impedimentos a mecanização (ligeiro); susceptibilidade a erosão (moderada a forte) e ainda, deficiência na fertilidade natural (ligeira a moderada).

No mesmo laudo de vistoria é possível ver a seguinte tabela:

IMAGEM - 17

INDICAÇÃO DAS CLASSES DAS DECLIVIDADES DO RELEVO DO ASSENTAMENTO ENGENHO SERRA – VITÓRIA DE SANTO ANTÃO

(15%) e cana-de-açúcar (40%).

4.2.3 - Relevo
 Tipo de Relevo: Predomina o relevo ondulado, porém apresenta áreas fortes e onduladas.

CLASSES DE DECLIVIDADE

CLASSES	DECLIVIDADE(%)	ÁREA (ha)	(%)
A	0 a 2,5	22,00	2,61
AT	0 a 2,5	197,20	23,43
B	2,5 a 12,0	101,30	12,04
C	12,0 a 25,0	326,90	38,85
D	25,0 a 50,0	114,70	13,63
E	+ de 50,0	79,40	9,44

A = Áreas de Várzeas, AT = Áreas de Chãs

FONTE: INCRA - Relatório Técnico de Vistoria Preliminar do ENGENHO SERRA - Recife - 1993.

Fonte: Vistoria do Engenho Serra – INCRA; Foto: Maria Rita Machado

A partir da imagem da tabela, contida no laudo de vistoria do imóvel, é possível perceber que mais de 50% da área do Engenho

²⁶ <http://www.bde.pe.gov.br/> Acesso em: março de 2011.

Serra é composta por pelo predomínio de fortes ondulações. Em função desta característica do relevo, a expansão de cana na microrregião de Vitória de Santo Antão se dá, prioritariamente, pela expansão e não pelo processo de agregação tecnológica. As tecnologias ficam voltadas principalmente na etapa de beneficiamento e circulação da mercadoria, enquanto, o cultivo e colheita permanecem utilizando mão de obra braçal. Desde modo o atual contexto aponta algumas perpetuações e agregações no que se refere as relações de trabalho. Ambas, (perpetuações e agregações) são frutos da inserção de parte dos aparatos tecnológicos no processo produtivo e a necessidade da expansão da área de cultivo.

A forma como as políticas públicas intervêm nos assentamentos de reforma agrária, visando solucionar o problema de cunho espacial para o cultivo de cana de açúcar, finda por gerar novas relações horizontais. Elas são estabelecidas a partir de laços de solidariedade orgânicas que agregam a força de trabalho do assentado ao setor canavieiro. A agregação da atividade laboral e da terra deste trabalhador, faz com que ele participe do processo, mas a sua condição de alienação perante os agente produtores do espaço, permanece a mesma de antes do seu papel de dono do meio de produção. Dessa forma “o homem produtor sabe cada vez menos quem é o criador de novos espaços, quem é o pensador, o planejador, o beneficiário” (SANTOS, 2007, p.29), se curvando as pressões das relações verticais, sem nem ao menos percebê-las.

As relações horizontais entre os assentados e a agroindústria canavieira não significam uma exclusão dos primeiros no processo produtivo, mas apenas que esses estão inseridos de forma interesseira, possibilitando aos grandes proprietários de terra o complemento do espaço necessário para a expansão da sua produção. A forma utilizada para essa ampliação consiste na utilização da renda da terra dos assentados pelos usineiros. Isso significa que apesar do aparente obstáculo dos assentamentos, essa propriedade da terra constitui uma possibilidade de expansão ao capital sucro-alcooleiro, que a utiliza indiretamente como renda da terra e os seus proprietários como trabalhadores agregados a mais-valia. A construção dessa lógica é fruto da submissão das forças verticais (que interfere nas políticas públicas locais) que leva os assentados, por força da alienação imposta, a não realizarem uma outra atividade mais lucrativa (policultura). Essas forças das relações verticais são, no entanto, ampliadas com o apoio do Estado que através do discurso e políticas públicas fomentam a inserção subordinada dos assentados no projeto de produção dos biocombustíveis, fazendo com que haja uma monopolização do território dos assentados pelo agronegócio.

4. Novas relações de trabalho na produção do espaço agrário de Vitória de Santo Antão: A transformação do território

- Essa cova em que estás,
com palmos medida,
é a conta menor
que tiraste em vida.
- É de bom tamanho,
nem largo nem fundo,
é a parte que te
cabe deste latifúndio.
- Não é cova grande,
é cova medida,
é a terra que querias
ver dividida.
- É uma cova grande
para teu pouco defunto,
mas estarás mais ancho
que estavas no mundo.
- É uma cova grande
para teu defunto parco,
porém mais que no mundo
te sentirás largo.
- É uma cova grande
para tua carne pouca,
mas a terra dada.
- Viverás, e para sempre
na terra que aqui aforas:
e terás enfim tua roça

(MELO NETO, João Cabral de.
Morte e vida Severina. In:
Morte e Vida Severina. 2007).

4.1 Os assentados da reforma agrária na composição do trabalho flexível para o setor canavieiro

No livro “A origem do capital”, Marx (2004, p. 13) mencionava que a origem do sistema capitalista estava “na separação radical entre o produtor e os meios de produção”. Na mesma obra completou:

Para que o sistema capitalista viesse ao mundo foi preciso que, ao menos em parte, os meios de produção já tivessem sido arrancados sem discussão aos produtores, que os empregavam para realizar o seu próprio trabalho. (MARX, 2004, p. 14)

Analisar a lógica atual do modo de produção capitalista apenas por esta vertente se faz incompleta, pois, na contemporaneidade as relações de trabalho vêm se configurando também pelo “contrato não padronizado de trabalho” (BEYNON, 1994), ou seja, pelo aumento das formas diversificadas da submissão do trabalhador como as terceirizações e os trabalhadores por conta própria. Estes modelos de relações de trabalho estão em expansão no mundo produtivo e de serviços (ANTUNES, 2011).

Neste sentido, a maneira na qual a venda ou submissão da força de trabalho do indivíduo aos capitalistas vem se realizando de diferentes formas, como através de contratos que não criam vínculos trabalhistas diretos, ou até mesmo através modelos que não necessitam desses contratos. Este desenho, via de regra, amplia a vulnerabilidade do trabalhador, e finda por excluí-lo de direitos

trabalhistas criados na mediação empregados - empregadores e precariza as condições para a realização do trabalho propriamente dito. Esta configuração na relação trabalhista se baseia na forma de produção flexível.

A palavra “flexível” designa, segundo FERREIRA (2010), aquilo que pode com facilidade se curvar ou dobrar, maleável e que não mantém a integridade. Assim se caracteriza também a acumulação flexível, que é uma das formas de apresentação do atual modo de produção capitalista. Entre suas características está a adequação da forma de produção, esta deve se realizar visando o melhor modo de acumulação do capital pelas corporações. Melhor esclarecendo o conceito de acumulação flexível HARVEY diz:

A acumulação flexível [...] se apóia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracterizam-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. A acumulação flexível envolve rápidas mudanças dos padrões do desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento no emprego do chamado “setor de serviços”, bem como conjuntos industriais completamente novos em regiões até então subdesenvolvidas (HARVEY, 2002, p. 140)

O padrão de subordinação da força laboral do trabalhador aos capitalistas modifica os padrões tradicionais rapidamente. No ano de 1994 foi publicada uma tese de título “Ação sindical no campo a partir da década de 70: o caso dos trabalhadores canavieiros de

Pernambuco”, nela a autora, Sandra Maria Correia de Andrade, que havia apenas três tipos de trabalhadores no setor canavieiro na região, eram eles: “o de situação trabalhista regular, permanente, declarados”, podendo ou não serem moradores do próprio engenho; os fichados que representavam e ainda representam a maioria dos trabalhadores da cana na região da Zona da Mata; e os clandestinos, que possuem uma situação de trabalho irregular e se empregam semanalmente ou diariamente. (ANDRADE, 1994).

Esta classificação também é utilizada na obra de DABAT e GUIMARÃES NETO (1993), que também não mencionam a existência da subordinação do trabalhador na condição de proprietários de suas terras.

Os casos dos trabalhadores que submetem a sua força de trabalho ao sistema capitalista na condição de proprietários dos seus meios de produção é recente. Essa lógica vai ao encontro com a fase inicial do modo de produção capitalista, como foi postulado por Marx. Diferentemente das observações feitas por ele e mencionadas no início deste tópico, os meios de produção na lógica da acumulação flexível, pode, por vezes, se apresentar via devolução dos meios de produção aos trabalhadores. Esse procedimento se sistematiza com frequência através do apoio do Estado visando a diminuição das tensões sociais, mas sem libertar, efetivamente, este trabalhador da

subordinação dos agentes reprodutores do capital no qual este estava originalmente submetido.

A este caso agregam-se os assentados da reforma agrária federal da microrregião de Vitória de Santo Antão, que como já mencionado, tem a produção de cana de açúcar para destinação das usinas a principal atividade. Do total de assentados desta microrregião 70% produzem cana de açúcar visando destiná-la a usina mais próxima. Destaca-se ainda o fato dos assentados designarem no mínimo 50% da área das suas parcelas a esta cultura²⁷.

Esta constatação da produção da cana de açúcar, nos assentamentos de reforma agrária da microrregião de Vitória de Santo Antão, finda por gerar reconfigurações nas relações de subordinação da força de trabalho entre parte dos trabalhadores da cana de açúcar e os representantes das usinas, e como consequência, apresenta reorganização das relações socioterritoriais. A primeira percepção nas transformações socioterritoriais se apresenta através da divisão social do trabalho, onde, o agricultor familiar (no caso os assentados da reforma agrária) passa a se reinserir como força de trabalho para os moedores da cana de açúcar, mesmo sendo proprietários dos meios de produção, a terra. Apesar da

²⁷ Constatação feita a partir dos questionários aplicados em campo.

subordinação, o trabalho laboral não acontece por meio de vínculos trabalhistas formais.

A participação dos assentados da reforma agrária no abastecimento das usinas de cana de açúcar se faz relevante, principalmente, no que se refere a subordinação do território da área dos assentamentos aos representantes do setor sucroalcooleiro. Como já mencionado, há uma estimativa de que os assentados da reforma agrária são responsáveis por aproximadamente 20% do total da área cultivada de cana de açúcar do território da microrregião de Vitória de Santo Antão e aproximadamente 30% da cana produzida.

Diante desta percepção, a relevância dessa configuração está, não só, nas relações econômicas, mas também, nas relações socioterritoriais que findam por modificar o processo produtivo da cana tendo um rebatimento direto nas relações de trabalho historicamente estabelecidas. Entre as modificações mais expressivas está a mudança das relações de trabalho contratual.

No panorama mencionado, as relações de trabalho se enquadram nos moldes da produção flexível. No caso da microrregião de Vitória de Santo Antão, os proprietários dos meios de produção subordinam não só a força de trabalho, como também, o uso das terras dos assentados da reforma agrária em benefício do capital do setor sucroalcooleiro. Sobre este processo aparentemente

contraditório, permanência dos agricultores familiares no modo de produção capitalista, FÉLIX e SOUZA afirmam:

[...] o capital não precisa expropriar o camponês, mas fazer com que este produza de acordo com seus interesses. Com isso, capitalista do campo ou o proprietário fundiário, que são as classes detentoras dos meios de produção no campo (sendo o segundo dono da terra), não precisam sequer assalarar o trabalhador, ou mesmo imobilizar parte de seu capital na compra da terra, basta sujeitar o camponês, levando-o a plantar ou criar produtos de seu interesse, apropriando-se dessa produção na esfera da circulação. (FÉLIX e SOUZA, 2010. p. 182)

Para conseguir a subordinação dos agricultores familiares e suas terras ao setor canavieiro, o Estado tem um papel de grande relevância. No caso dos assentados da microrregião de Vitória de Santo Antão, os Governos Federal e o Estadual aparecem proporcionando um valor mínimo por tonelada de cana de açúcar fornecida para as usinas. Essa política finda por estimular a subordinação dessa classe aos representantes das usinas. Neste sentido, as relações de trabalho deixam as características tradicionais entre empregado e empregador e ganham configurações pertinentes ao trabalho flexível. Esta sujeição informal do trabalho gera uma relação dialética entre as lógicas territoriais e capitalistas, onde uma se sobrepõe a outra. Assim sendo, o território dos assentados da reforma agrária federal da microrregião de Vitória de Santo Antão, sofre uma influência direta dos representantes das usinas e mesmo do poder público. Este último, apesar das mudanças no cerne do modo de produção capitalista, continua regulando as relações de

trabalho formais, vinculado a questão salarial. Deste modo, mantém as proteções sociais pertinentes ao assalariamento, mas não avança na proteção social da submissão do trabalhador que não se enquadra neste padrão de produção.

Destarte, os representantes das usinas se fazem presentes como agentes norteadores do território dos assentados de várias formas, uma delas por meio da taxação do valor da cana. Outro ponto relevante a ser mencionado é o fato das usinas imporem os preços da cana de açúcar por se configurarem de maneira oligopsônica na região, ou seja, num mercado estruturado com o número de compradores bem reduzido.

Apesar das nítidas restrições das relações comerciais da produção de cana, durante as aplicações das entrevistas, os assentados afirmavam que poderiam destinar a sua produção a usina que desejasse na Zona da Mata. Nas entrevistas foi constatado que os assentados, desde que passaram a produzir cana de açúcar, destinam a sua produção sempre a mesma usina. As justificativas a essa colocação foram: a existência de um cadastro nas usinas receptoras e a questão da proximidade e facilidade do deslocamento entre a parcela e a usina.

A configuração da produção de cana pelos assentados finda por gerar inúmeros desdobramentos, entre eles a reestruturação na divisão social do trabalho através do processo de heterogeneização e

complexificação da classe trabalhadora. Esta divisão, por ser implementada visando atender as demandas do setor sucroalcooleiro, faz com que, os agentes representantes deste capital, influenciem diretamente a produção do território dos assentados.

Na questão que tange a reestruturação na divisão social do trabalho, ficou a cargo de termos acrescentado parte dos antigos trabalhadores temporários à categoria de fornecedores de cana de açúcar às usinas, que são os assentados da reforma agrária. Apesar da modificação da sua condição de trabalhador, de empregado a proprietário dos seus meios de produção, o assentado produtor de cana de açúcar passou a exercer um papel duplo, pois ao mesmo tempo em que é dono da terra submete a sua força de trabalho ao capital sucroalcooleiro. Esta afirmação pauta-se na aplicação dos questionários que apontaram o seguinte perfil dentre as famílias entrevistadas: do total das famílias produtoras de cana de açúcar nas parcelas, mais da metade tem ao menos um membro da família que participa de alguma das etapas do processo de cultivo da cana na sua parcela e em outras parcelas.

Nesta divisão do trabalho cabem aos proprietários da terra não só a disponibilização da sua parcela para o cultivo da cana de açúcar, como também a sua força laboral direta para a realização do processo produtivo. A atividade desse grupo (assentados da reforma agrária) pode aparecer das seguintes formas.

Primeiro, o núcleo familiar realizando todas as etapas necessárias para produção da cultura da cana, como: o plantio, o corte, a limpa, a adubação, o transporte e a comercialização diretamente com a usina. Mesmo envolvendo todo o grupo familiar, faz-se necessário também, a utilização de trabalhadores de empreitada. Estes podem ser os vizinhos de parcela, vizinhos de assentamentos, ou mesmo trabalhadores urbanos que veem nesta atividade a possibilidade de uma renda extra.

A segunda forma é a do trabalho parcial da família assentada na produção da cana de açúcar na parcela. Elas realizam a limpa, o plantio e a adubação, mas vendem a sua produção ao atravessador, que realiza as demais etapas: corte, transporte e comercialização. Neste caso, a produção geralmente é vendida por um preço fixo, que varia de acordo com a área cultivada e os gastos que o atravessador vai ter com a contratação dos empreiteiros e com o transporte até a usina. A comercialização realizada desta forma resulta no não recebimento do benefício concedido pelos governos federal e estadual. Apesar da maioria das famílias se enquadrarem nesta forma de comercialização da produção, foi possível perceber, através da fala de alguns entrevistados, que só pelo fato do Estado anunciar essa oferta, proporciona uma sensação de segurança ao investir a maior parte da parcela nesta cultura.

Sobre o valor médio da tonelada conseguido com a produção de cana de açúcar pelos assentados, constatou-se que há uma grande oscilação no valor. Através dos questionários, percebeu-se que o valor da tonelada da cana variou entre 7 e 35 reais. Se levarmos em consideração que o tamanho médio das parcelas é de 8,7 hectares, na microrregião de Vitória de Santo Antão, e que metade dessa área é cultivada com cana de açúcar, temos os valores conseguidos pelos assentados na sua produção variando entre 1.827,00 e 9.135,00 reais por corte. Esses valores foram obtidos levando em consideração algumas entrevistas com os assentados, que alegaram obter um rendimento médio de 60 toneladas de cana de açúcar por hectare.

A informação da produtividade por hectare de cana de açúcar fornecida pelos assentados não corresponde aos dados fornecidos pelo IBGE, no tocante a produtividade de cana de açúcar da microrregião de Vitória de Santo Antão. Segundo o IBGE (2011), a produtividade média da cana de açúcar por hectare na microrregião de Vitória de Santo Antão é de 52,8 toneladas.

Calculando o rendimento dos assentados a partir do maior e do menor valor obtido por tonelada e considerando que a área mínima produzida seja de 4,35 hectares, chega-se as seguintes rendas. Anualmente, quem vendeu a tonelada da cana ao valor de 7,00 R\$, obtém 3.360,00R\$ por ano. Esse valor distribuído pelos 12 meses do ano confere uma renda mensal, proveniente da comercialização da

cana de açúcar de apenas 280,00 R\$. Já se for levado em consideração o valor de 78,00 R\$ por tonelada, a renda mensal proveniente desta produção é de 1.631,25 R\$. Ambos os cálculos não estão levando em consideração os abatimentos. O pagamento do sindicato, taxa de convênio com a AFCP e assistência técnica são alguns dos abatimentos feitos pelas usinas aos fornecedores da cana, como é possível ver na tabela a seguir.

IMAGEM - 18

DEMONSTRATIVO DE PAGAMENTO DA USINA JB A UM ASSENTADO DA REFORMA AGRÁRIA DO MUNICÍPIO DE VITÓRIA DE SANTO ANTÃO.

REFORMA AGRÁRIA DO MUNICÍPIO DE VITÓRIA DE SANTO ANTÃO:

Demonstrativo Pagamento

Empresa: COMPANHIA ALCOOLQUÍMICA NACIONAL

CNPJ: 11.699.378/0007-37

Inscr. Est.: 006391508

Período: 01/12/2010 à 31/12/2010 Safra: 2010/2011

Data: 07/01/2011

Hora: 07:35:23

Pág.: 1

Form: 7623

Fornecedor: 2831 SEVERINO RODRIGUES DE MELO

Fundo Agrícola: 648 SÍTIO CACIMBAS

Cidade/UF: VITÓRIA DE SANTO ANTÃO/PE

Canas: no Período - 54,020

na Safra - 159,000

Valor ATR: 0,5975

Fibra: 17,4

F(P): 78,95

PC: 12,25

AR: 1,26

ATR: 125,9769

Eventos

Referencia

Valor

PROVENTOS

2005 VALOR BRUTO (R\$)

75,2712

4.066,15

2043 BONIFICAÇÃO SINDICAPE/AFCP (R\$)

3,00

162,06

2044 BONIFICAÇÃO FORNECEDOR (TON. X R\$ 2,00)

54,02

108,04

Sub-Total

4.336,25

DESCONTOS

2004 INSS (%)

2,30

99,73

2006 ADIANT. CONCEDIDOS (QTDE)

0,00

2.597,86

2008 SINDICATO (R\$)

0,88

47,54

2045 LEI Nº 4879/65 - ARTIGO 36

0,7111

38,41

2046 LEI Nº 4870/65 - ARTIGO 64

0,3555

19,21

2047 TAXA CONVÊNIO (AFCP)

0,3555

19,21

2048 ASSIST. TÉCNICA

0,5689

30,73

Sub-Total

2.852,69

Valor Líquido:

1.483,56

Foto: Maria Rita Machado / fevereiro de 2011.

Referindo-se ainda ao demonstrativo, percebe-se que o valor dado em bonificação é inferior aos descontos e que o valor de 5,00R\$ doado pelo governo federal aos fornecedores de cana, aparece

dividido como sendo bônus da AFCP e da própria usina. No caso do demonstrativo em questão é possível analisar que com 54 toneladas fornecidas a usina, o assentado conseguiu, apenas com o fornecimento da cana para a usina uma renda de 340,00 reais mensais. Levando em consideração que este fornecedor possui na sua parcela outras culturas que lhe gera renda e não tem encargos financeiros com aluguel ou parcela da compra da casa, compara-se a condição deste trabalhador, com a do que vende, por meio de contrato a sua força de trabalho diretamente aos capitalistas.

O valor do salário dos trabalhadores formais de cana de açúcar empregados com carteira assinada no período da safra é de 520,00R\$, segundo o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Vitória de Santo Antão (vigência iniciada, a partir de janeiro de 2010). No quadro que segue abaixo é possível ver demais especificações salariais desses trabalhadores da cana de açúcar.

IMAGEM - 19

VALOR RECEBIDO PELOS CANAVIEIROS FICHADOS E OU CONTRATADOS -
QUADRO DE AVISO DO SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE
VITÓRIA DE SANTO ANTÃO / 2010.

A handwritten document on a piece of paper with a wooden border, listing various salary components for cane cutters starting from January 1, 2010. The text is written in black ink, with some blue ink used for a family allowance calculation at the bottom. The items are listed on the left, and their corresponding values in Brazilian Reals (R\$) are listed on the right.

Item	Value (R\$)
SALÁRIO UNIFICADO DOS CANAVIEIROS DE PE A PARTIR DO DIA 01 JANEIRO DE 2010	
SALÁRIO MENSAL:	R\$ 520.00
" SEMANAL:	R\$ 121.31
" QUINZENAL:	R\$ 260.00
DIÁRIA:	R\$ 17.33
HORA NORMAL:	R\$ 2.36
HORA EXTRA:	R\$ 2.78
FRAÇÃO DO 13º MES:	R\$ 43.33
FRAÇÃO DE FÉRIAS + 1/3:	R\$ 57.78
<i>Salário Família</i>	<i>27,24 — até 531,12</i> <i>19,19 — até 788,70</i>

Foto: Maria Rita Machado. Março/2010.

A comparação do salário desses trabalhadores formais em relação a renda obtida, apenas com a cultura da cana de açúcar, pelos assentados da reforma agrária, indica, nitidamente, a condição financeira favorável dos assentados. Mesmo se levar em conta o menor valor da tonelada cana. Faz-se necessário atentar que a cana é uma lavoura que gera, predominantemente, o emprego temporário, que, via de regra, dura seis meses. Ou seja, sem levar em consideração as férias e o décimo terceiro proporcional, a renda média anual do trabalhador do corte da cana é de apenas 260,00 R\$ mensais durante o ano (lembra-se que a jornada de atividades deste trabalhador é extremamente árdua, intensa e em condições insalubres).

Nesta comparação, ressalta-se também, que os assentados são detentores da terra que trabalham e moram. Diante desta condição podem realizar outros cultivos visando não só o consumo familiar, como também a comercialização. No caso dos trabalhadores de carteira assinada da cana de açúcar, as leis trabalhistas que os protegem ainda são bastante frágeis, uma vez que, nem sempre elas são cumpridas. Soma-se a tal fato, a questão deles se caracterizarem como trabalhadores temporários, o que os deixam submetidos a programas de transferência de renda, como o bolsa família (do governo federal) e o programa chapéu de palha (de competência do governo estadual), durante quase metade do ano.

Apesar das menções a respeito das melhores condições dos trabalhadores assentado em relação ao assalariado na submissão a atividade canavieira, não significa que há uma necessidade de exclusão de medidas protetivas a essa categoria de trabalhadores flexíveis. Devido a esse enquadramento funcional, os assentados são beneficiados por terem uma carga horária flexível, assim como, uma condição de trabalho com um menor grau de exigências.

A forma como os assentados da reforma agrária participam do modo de produção capitalista não é os enquadram como capitalistas. Percebeu-se que os mesmo nem ao menos tem ideia do seja este modo de produção. A submissão destes ao sistema é fruto do domínio

totalizante que o capital busca impor as diversas esferas da sociedade através do seu processo de metabolização.

4.2 A renda da terra na área dos assentados da reforma agrária

Analisar o que vem a ser renda da terra na concepção de Marx é imprescindível para fazer a análise das novas relações produtivas e de trabalho que se estabelecem no setor canavieiro da Zona da Mata pernambucana. Desta forma, parte-se da premissa que renda da terra, no modo de produção capitalista, é essencialmente fruto do trabalho não pago ao trabalhador, que para Marx, “a renda fundiária é sempre sobra acima do lucro, acima da fração do valor das mercadorias, a qual por sua vez consiste em mais-valia” (MARX, 2008, p. 846). Deste modo, a renda territorial é oriunda do trabalho não pago ao trabalhador e não da terra enquanto elemento físico da natureza.

Ainda considerando a análise marxista, a extração da renda da terra no modo de produção capitalista só pode ser extraída pelo seu proprietário. Para Marx, “apropriar-se da renda é a forma econômica em que se realiza a propriedade fundiária, e a renda fundiária supõe propriedade fundiária” (MARX, 2008, p. 845).

Ao analisar as relações socioeconômicas e territoriais da produção de cana de açúcar pelos assentados, percebe-se que os

assentados na condição de proprietários da terra não são capazes de extrair a renda dela. Esta afirmação não quer dizer que a terra dos assentados não é passível de ter a sua renda extraída, mas sim, de que os seus extratores não são os proprietários dela. Isso se dá em função do processo de sociometabolização do capital (MÉSZÁROS, 2006), em que se criam novas estratégias para extração do lucro do processo produtivo. Estes trabalhadores e detentores dos meios de produção, subordinam a sua força de trabalho de modo flexível aos agentes capitalistas do agronegócio que por obterem a força de trabalho se beneficiam com a extração da renda. Ainda neste sentido, os representantes do agronegócio, em função de relações de poder baseadas no monopólio da cadeia produtiva, os quais se desoneram dos encargos tributários obrigatórios dos detentores fundiários, sem deixar de se beneficiar do lucro possibilitado pela produção agrícola da terra que não é sua juridicamente. Complementando a compreensão do conceito de renda fundiária Marx afirma:

A renda territorial, o juro e o lucro industrial nada mais são que nomes diferentes para exprimir as diferentes partes da mais-valia de uma mercadoria ou do trabalho não remunerado, que nela se materializa, e todos provêm por igual dessa fonte e só dessa fonte. Não provêm do solo, como tal, nem como capital em si; mas o solo e o capital permitem a seus possuidores obter a sua parte correspondente de mais-valia, que o empregador capitalista extorque do operário. (MARX, 1996, p. 104)

Percebe-se que a análise de Marx, em relação à extração da renda da terra feita apenas pelos seus proprietários, necessita de

algumas adequações. Entre elas, a de que não necessariamente a renda territorial é extraída exclusivamente pelo seu proprietário, mas por quem domina o processo produtivo. Tavares Santos confirma que, “a renda territorial gerada no processo de trabalho do camponês, incorporada ao sobretrabalho dos camponeses, tende a ser apropriada pelo capital industrial, mediante diversas modalidades de exploração” (TAVARES SANTOS, 1978, P.71).

Esta configuração não é diferente no que se refere ao trabalho dos assentados da microrregião de Vitória de Santo Antão. Eles se tornaram produtores de cana e recebem uma quantia em dinheiro para mobilizar parte de sua parcela e da sua força de trabalho para o plantio, limpa, adubação (quando possível) e cultivo. Essa quantia em dinheiro dada ao trabalhador pelos agentes do capital não é caracterizado como salário, pois o trabalho está subordinado de forma flexível, o que enquadra esses trabalhadores na divisão do trabalho deste processo produtivo como meros fornecedores do produto aos grandes capitalistas do agronegócio, que impõe o preço da produção, sempre a menos que vale, obtendo a mais-valia, mesmo sem ser o proprietário da terra.

A condição de fornecedor não faz dos assentados determinadores ou mesmo impositores do preço da sua mercadoria, quem realiza a taxaço são os representantes das usinas de acordo com as suas demandas, políticas públicas e a oscilação do mercado.

Durante os trabalhos de campo constatou-se que o preço da tonelada variou bastante, há relatos de assentados venderam a mesma usina, mais ou menos no mesmo período, mas com o preço distinto, girando em torno de até 20 reais de diferença entre o valor da tonelada de um assentado, em relação ao outro.

Os assentados mostraram ter consciência dessa diferença em relação aos preços, mas alegam que a venda de sua mercadoria depende de “sorte”²⁸. Percebe-se então, que os assentados estão alheios ao processo de beneficiamento e circulação da mercadoria e como consequência, do seu valor.

Merece ressalvas também, na análise marxista sobre a renda fundiária, a questão monopólio da terra, uma vez que, os agentes capitalistas continuam a deter o seu monopólio, mas agora sem a necessidade de adquiri-la juridicamente por meio do processo de compra. A dominação territorial das áreas de assentamentos continua sendo gerida pelos representantes do agronegócio, o que faz com que eles (sem que os assentados percebam) determinem qual a produção, como vai ser produzido e a quem vai ser destinado produtos cultivados nas áreas dos assentamentos. Para Marx “certas pessoas têm o monopólio de dispor de determinadas porções do globo terrestre como esferas primitivas de sua vontade particular

²⁸ Palavra utilizada por alguns assentados entrevistados quando indagados sobre quem determina o preço da sua mercadoria.

com a exclusão de todas as demais vontades” (MARX, 2008, p. 824 – 925).

Este enquadramento de dispor de determinadas porções da terra se adéqua ao modo como os agentes do agronegócio da cana se territorializam nas áreas dos assentados. Estes últimos não conseguem determinar a sua produção que ficam dependentes da vontade e necessidade do capital. Esta dominação territorial das áreas dos assentamentos se torna possível em função do metabolismo do capital que se adapta as novas condições socioeconômicas para se reproduzir.

A terra, no modo de produção capitalista, apesar de não ter valor, tem preço e mesmo sendo um elemento que não é produzido pelo homem, se transformou em mercadoria e instrumento de poder. Os agentes capitalistas que conseguirem monopolizar a terra, determinam o que vai ser produzido nela e a forma como a força de trabalho será subordinada para produzir as mercadorias. São estabelecidas, desta maneira, novas relações de trabalho neste processo produtivo, porém com o mesmo fim. Assim sendo, a renda da terra através do monopólio gera a mais-valia, vital para a reprodução do capital. Ratificando este contexto, Marx afirma que:

O monopólio do solo permite ao proprietário da terra embolsar uma parte dessa *mais-valia*, sob a denominação de *renda territorial*, quer o solo seja utilizado na agricultura ou se destine a construir edifícios, ferrovias, ou a outro qualquer fim produtivo. (MARX, 1996, p. 104)

A partir desta passagem de Marx, pode-se fazer a análise da relação monopólio – mais-valia – renda da terra na atualidade, diante das circunstâncias apresentadas, em que os agentes monopolizadores da terra não necessariamente são os proprietários dela. Sua dominação pode ser feita de diferentes formas, inclusive sem a necessidade do monopolizador se fazer presente fisicamente. Neste caso, o agente facilitador tem papel fundamental no processo de monopolização da terra, que neste caso é o Estado.

No caso dos assentados da reforma agrária da microrregião de Vitória de Santo Antão, o Estado aparece como agente auxiliador e possibilitador desta configuração. As políticas públicas se apresentam como ferramentas de suma importância para viabilizar o monopólio e a permanência na forma de uso da terra.

Aos assentados, como proprietários da terra e fornecedores da mercadoria, lhes cabe todo o custo necessário para o processo de produção. Visando minimizar este impacto, o Estado disponibiliza, para aquele que destinar sua força de trabalho ao setor canavieiro, uma ajuda de custo que cobre parcialmente os insumos e instrumentos de trabalho (enxadas, foices, etc)²⁹. Como o auxílio e a quantia paga pela mercadoria é suficiente apenas para a manutenção da existência do trabalhador e sua reprodução, os equipamentos de

²⁹ No tópico sobre políticas públicas é mencionado a doação de cinco reais pelo Estado aos fornecedores da cana às usinas.

segurança, que são de uso obrigatório para os trabalhadores contratados pelas usinas, não são utilizados pelos assentados e seus empreiteiros no período do corte. As botas, luvas, óculos e chapéus, quando utilizados não são os apropriados, pondo em risco a segurança do trabalhador. A imagem a seguir, mostra as vestimentas que os assentados realizam o corte da cana.

IMAGEM - 20

ASSENTADOS CORTADORES DE CANA DO ASSENTAMENTO AÇUDE GRANDE NO MUNICÍPIO DE VITÓRIA DE SANTO ANTÃO

Foto: José Plácido da Silva Junior / 2009.

Os Equipamentos de Proteção Individual (EPI), como bico de aço, perneira, mangote e óculos, não é visto em nenhum dos três trabalhadores acima, que estavam no momento do almoço. Estes trabalhadores assentados alegaram que não há problemas com a

ausência dos EPI's, pois, o ritmo de trabalho é menos intenso do que quando eles eram funcionários das usinas, segundo eles, o fato de não ter pressa para a realização da atividade faz com que não haja risco de acidentes. No assentamento Açude Grande também foi possível ver a crianças trabalhando no corte da cana.

Diante do relatado, constata-se que o trabalhador assentado, apesar de proprietário da sua terra, não é capaz de extrair a renda dela, visto que, sua condição de explorado e doador de horas de trabalho não pagos são facilmente constatadas através das suas condições de trabalho e vida. Mesmo os que possuem outras culturas comercializadas nas parcelas, têm casas pequenas, desconfortáveis e por vezes, até sem energia elétrica.

IMAGEM – 21

CASA DE ASSENTADO NO ASSENTAMENTO CAÇIMBAS NO MUNICÍPIO DE VITÓRIA DE SANTO ANTÃO

Foto: Robson Brasileiro / 2011.

Na imagem acima percebe-se, parcialmente, o padrão das casas dos assentamentos, reboco e pintura por terminar e o piso de cimento apresentando rachaduras. O recorte visual desta casa é padrão para as demais casa dos assentamentos.

A condição de subordinação dos assentados ao capital se realiza através de uma série de peculiaridades, entre elas, a ideia que o assentado tem de que não está tendo a sua força de trabalho explorada. Para eles os explorados são os trabalhadores do corte da cana na condição de empregado das usinas. Contudo, eles não

percebem que não têm o domínio do que é produzido em suas propriedades. De acordo com Bombardi:

a renda da terra camponesa é “sugada” nas duas pontas do processo de trabalho: a primeira delas é através da aquisição de insumos, ferramentas, equipamentos e embalagens. E a segunda ponta é aquela das formas de comercialização. Na primeira etapa, a renda da terra camponesa é apropriada pelo capital industrial. E, na segunda, pelo capital comercial. Essa sujeição da renda camponesa da terra ao capital não significa de forma alguma que o camponês seja um trabalhador do capital, como se assalariado fosse. (BOMBARDI, 2004, p. 253)

Sabe-se que assentado da microrregião de Vitória de Santo Antão subordina sua força de trabalho aos agentes capitalistas do agronegócio da cana de açúcar, por meio do trabalho flexível. Esta condição, no entanto, não é o suficiente para que a terra dos assentados seja apenas de trabalho. A terra dos assentados apresenta uma condição dual, ela é ao mesmo tempo terra de trabalho e vida para os assentados e terra de negócio para os representantes do agronegócio. Assim, o capital consegue adquirir o lucro extraordinário permanente, que é produto do trabalho excedente.

Neste sentido, diante da configuração relatada, percebe-se que o agente capitalista da cana de açúcar, consegue extrair a renda da terra dos assentados sem precisar possuir a sua propriedade, e sim através do monopólio da produção baseado em relações de poder que configuram este território, visto que esses assentados são, em

percentual expressivo, ex trabalhadores assalariados do setor canavieiro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da subordinação da força de trabalho do assentado da reforma agrária federal no território da microrregião de Vitória de Santo Antão é uma questão que vai além da forma de como o trabalhador é submetido ao agronegócio. Questões como a manutenção da estrutura fundiária latifundiária, bem como, as políticas públicas direcionadas visando o auxílio direto ao agronegócio canavieiro na região se mostraram de suma importância para compreender a reprodução do espaço agrário e as formações socioterritoriais.

Esta pesquisa mostrou parte das características dos estabelecimentos agropecuários com menos de 10 hectares, mas é válido indicar a realidade das unidades rurais desta dimensão é bastante diversa no que se refere as questões pertinentes não só das relações de trabalho, como também de aparatos tecnológicos. Dentro do próprio nordeste é possível indicar a região do Vale do São Francisco como área onde inúmeros imóveis agropecuários com menos de 10 hectares encontram-se inseridos no período técnico-científico e informacional. Esta inserção é uma das indicações das diferentes realidades pertinentes à subordinação dos trabalhadores em pequenas propriedades.

O desenvolvimento desta pesquisa concluiu que o atual modo de produção capitalista cria novas formas de reificar os trabalhadores de modo a beneficiar os agentes representantes do capital. Dentro desta nova lógica produtiva encontrada no território da microrregião de Vitória de Santo Antão a terra do assentado, mesmo não sendo uma mercadoria, é apropriada pelos agentes representantes do agronegócio viabilizando e aumentando a lucratividade desta atividade econômica.

Esta nova dinâmica no espaço agrário finda por reconfigurar as relações socioterritoriais, mas não é capaz de fazer com que a posição do trabalhador seja de subordinação e dependência ao agronegócio. A retomada, na década de 1980, dos debates sobre a questão da reforma agrária não estão sendo capaz de transformar a estrutura agrária no país. A própria questão da concentração de terras continua crescente e pouco se avançou em medidas que venham a frear esse processo de concentração por parte de grandes grupos econômicos.

Os levantamentos, os questionamentos, as leituras e as análises que visaram nortear esta pesquisa chegaram a algumas conclusões, são elas:

- A produção de cana de açúcar no território da microrregião de Vitória de Santo Antão não é fruto de uma oportunidade dada aos assentados, mas sim, da falta de oportunidade para a produção de

culturas diversificadas. Deste modo, a produção de cana de açúcar pelos assentados acaba se configurando como uma imposição, fruto das relações de poder existentes entre a aliança Estado e agentes do agronegócio canavieiro.

- A falta de oportunidade é gerada por meio coercitivo, (porém sutil) e leva os assentados a pensarem que a decisão de cultivar cana de açúcar é sua e não de mecanismos de regulação e opressão oriunda das relações de poder. Deste modo, o trabalhador não compreende que mesmo não sendo mais funcionário das usinas ou de grandes fornecedores sua força de trabalho continua subordinada aos mesmos representantes de quando ele estava na condição de empregado assalariado ou fichado.

- A dominação realizada pelo Estado e agentes do agronegócio canavieiro se fazem presentes de modo a inviabilizar a realização de culturas mais lucrativas e com maior diversificação. A esta conjuntura soma-se o fato da cana ser uma cultura de pouca lida em relação às de subsistência e não necessitar de uma dedicação intensiva, exigindo apenas a dedicação do trabalhador em apenas alguns períodos do ano.

- A quantidade e a forma como os assentados produzem a cana de açúcar, torna a paisagem da área dos assentamentos semelhantes aos dos latifúndios monocultores de cana de açúcar.

- A estrutura fundiária do território da microrregião de Vitória de Santo Antão, permaneceu com bases no latifúndio e monocultivo, mesmo com a inserção dos assentamentos. A criação destes pelo Estado não foi capaz nem de transformar a forma de subordinação da maioria dos trabalhadores ao agronegócio da cana e nem modificar a principal cultura da Zona da Mata pernambucana. Assim sendo, a dita reforma agrária brasileira não tem sido capaz de transformar de forma efetiva a estrutura agrária do país.

- Considerando que parte expressiva dos assentados é de ex – assalariados do agronegócio canavieiro, foi possível constatar que esses trabalhadores modificaram a sua forma de subordinação ao setor. Eles passaram de simples assalariados para fornecedores. Essa condição, porém, foi suficiente para tirá-los da linha da miséria e enquadrá-los na linha da pobreza. O que se teve foi uma dialética modificação sem mudança, pois, tivemos a estruturação de novas formas para velhas funções. A subordinação deste trabalhador se enquadra no perfil da recente configuração do modo de produção capitalista, onde o trabalhador não vende a sua força de trabalho aos agentes do capital, mas a subordina em nova condição. Esta relação caracterizada com relação de trabalho flexível, permite ao capital se reproduzir a ampliar o valor não pago ao verdadeiro trabalhador. No caso dos assentados produtores de cana de açúcar do território da microrregião de Vitória de Santo Antão, o valor não pago é ampliado

através dos encargos tributários com a terra, os insumos e instrumentos de trabalho, que são de responsabilidade do fornecedor.

- Diante do exposto no corpo da tese, apesar dos assentados não produzirem de modo capitalista, a sua produção é apropriada pelos representantes do capital. Estes sim, conseguem extrair a renda da terra através da mais-valia que é viabilizada pela relação comercial estabelecida com os assentados. Estes mesmo donos da produção não conseguem pleitear o preço do seu produto o que os auxilia no processo de sua subordinação ao setor. Ainda neste sentido, o agricultor, que na antiga condição de trabalhador apenas vendia seu trabalho e recebia seu salário no final do período, agora como proprietário da terra vê a possibilidade de maior renda, entretanto este também deverá arcar com todos os custos da produção, desde o preparo da terra até a venda da mercadoria, sem levar em conta a instabilidade produtiva em função dos eventos meteorológicos, e as oscilações de mercado. Além de que, é muito importante salientar que todos os encargos sociais pagos pelo empregador ao trabalhador deixam de existir na condição de proprietário.

- A configuração de subordinação dos assentados aos representantes do agronegócio é fruto de políticas públicas que intensificam esse processo de dependência dos pequenos produtores ao agronegócio. Enquanto Estado realizar medidas que norteiam essa

relação visando beneficiar os agentes do capital, é possível que esta configuração de dependência dos assentados pelo agronegócio permaneça em todo o país.

Ressalta-se que o panorama encontrado agora possui inúmeros meandros e que provavelmente mudará a feição das relações socioterritoriais nas próximas décadas. A possível mudança decorrerá em função da possível proibição da queima da cana no Nordeste. Segundo a União Nordestina dos Produtores de Cana (Unida), a proibição inviabiliza a produção em mais de dois terços da área da região.

Todo o processo de produção de cana de açúcar realizado no território da microrregião de Vitória de Santo Antão, é distinguido, nas suas diferentes épocas, pelos meios de trabalho com que se faz e consequentemente pelas diferentes formas de subordinar os trabalhadores. Faz-se necessário dizer que não é a natureza quem estabelece esta condição, ela constrói não possuidores e despossuidores de dinheiro, esta condição se estabelece como resultado de ações do homem, sobre outros homens no processo histórico. Assim, essas forças de ação e reação reproduzem o espaço e reconfiguram os territórios permanentemente e nos fazem questionar qual a concepção de reforma agrária que o Estado e a sociedade desejam?

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Mariana Zerboze Alves de. **A lógica da produção do espaço de Águas Claras na reprodução do capital no Distrito Federal**. São Paulo, 2009. 143.p.: Tese (doutorado) – USP, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Programa de Pós-graduação em Geografia Humana. São Paulo, 2009.

ANDRADE NETO, Joaquim Correia Xavier de. **Estado e a agroindústria canavieira do Nordeste oriental: modernização e proletarização**. São Paulo, 1990. 394p.: Tese (Doutorado) – USP, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Programa de Pós-graduação em Geografia Humana. São Paulo, 1990.

ANDRADE, Manuel Correia de. ESPAÇO AGRÁRIO BRASILEIRO: VELHAS FORMAS, NOVAS FUNÇÕES, NOVAS FORMAS, VELHAS FUNÇÕES. **REVISTA GEOUSP – Espaço e Tempo**, São Paulo, Nº 12, p.11 - 19, 2002.

ANDRADE, M. C. E ANDRADE, S. M. C.. **A cana-de-açúcar na região da mata pernambucana**. - Reestruturação produtiva na área canavieira de Pernambuco nas décadas de 80 e 90: Impacto ambiental, sócio-econômico e Político. Recife: Editora universitária da UFPE. 2001. 99p

ANDRADE, Manuel Correia de. **A terra e o homem no Nordeste**. 4.ed. São Paulo: Ciências Humanas, 1980. 278p.

ANDRADE, Manuel Correia de. **A terra e o homem no nordeste**: contribuição ao estudo da questão agrária no nordeste. 7. ed., rev. aum. São Paulo: Cortez, 2005. 335p.

ANDRADE, Manuel Correia de. **Lutas camponesas no nordeste**. 2.ed. São Paulo: Ática, 1989. 64p.

ANDRADE, Manuel Correia de. **Modernização e pobreza**: a expansão da agroindústria canavieira e se impacto ecológico e social . São Paulo: Ed. UNESP, 1994. 240p.

ANDRADE, Manuel Correia. Territorialidades, desterritorialidades, novas territorialidades: os limites do poder nacional e do poder local. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia de; SILVEIRA, Maria Laura. (Orgs.). **Território**: globalização e fragmentação. São Paulo: EDITORA HUCITEC, 1994.

ANDRADE, Sandra Maria Correia de. **Ação sindical no campo a partir da década de 70**: o caso dos trabalhadores canavieiros de Pernambuco. São Paulo, 1994. 444 folhas Tese de doutorado –

Universidade de São Paulo. Sociologia.

ARAGÃO, José. **História da Vitória de Santo Antão** (1626 – 1843). Centro de estudos de história municipal. Recife, 1983a.

ARAGÃO, José. **História da Vitória de Santo Antão** (1843 - 1982). Centro de estudos de história municipal. Recife, 1983b.

BANCO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO. **PRONAF ECO**. Disponível em: < www.bnds.gov.br > Acesso em: janeiro de 2011.

BANCO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO. **PRONAF ECO**. Disponível em: < www.bnds.gov.br > Acesso em: janeiro de 2011.

BASTOS, Elide Rugai. **As Ligas Camponesas**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1984. 141p.

Beynon, Huw. As Práticas do Trabalho em Mutação. In: Ricardo Antunes (org.) **Neoliberalismo, Trabalho e Sindicatos: Reestruturação Produtiva no Brasil e na Inglaterra**. São Paulo, Boitempo, 1999.

BOMBARDI, Larissa Mies. **O bairro de reforma agrária e o processo de territorialização camponesa**. São Paulo: Annablume, 2004.

BRASIL, Decreto nº 19.717, de 20 de fevereiro de 1931. Rio de Janeiro, 20 de fevereiro de 1931. **Estabelece a aquisição obrigatória de álcool, na proporção de 5% da gasolina importada, e dá outras providências**. Rio de Janeiro, 20 de fevereiro de 1931.

BRASIL, Decreto nº 76.593, de 14.11.1975. Brasília, 14 de novembro de 1975. **Institui o Programa Nacional do Alcool e dá outras Providências**. Brasília, 14 de novembro de 1975.

Brasil, Medida Provisória nº 2.109-52, de 24 de maio de 2001. Brasília, 24 de maio de 2001. **Acresce e altera dispositivos do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, das Leis nºs 4.504, de 30 de novembro de 1964, 8.177, de 1º de março de 1991, e 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, e dá outras providências**. Brasília, 24 de maio de 2001.

BRASIL, Portaria nº 105, de 28 de fevereiro de 2013. Brasília. **Fixa em vinte e cinco por cento o percentual obrigatório de adição de etanol anidro combustível à gasolina**. Brasília, 28 de fevereiro de 2013.

BRASIL, Portaria nº 678, de 31 de agosto de 2011. Brasília. **Fixa em vinte por cento o percentual obrigatório de adição de etanol anidro combustível à gasolina.** Brasília, 31 de agosto de 2011.

BRASIL. Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento e Social do Estado de Pernambuco. **Plano Diretor de Vitória de Santo Antão.** Vitória de Santo Antão, PE, 2002.

BOTELHO FILHO, Flávio Borges. **Espaço, renda da terra e acumulação.** 2008. Disponível em: www.inagrodf.com.br/revista/index.php/sdr/article/viewfile/4/13. Acessado em: Setembro de 2012.

CARLOS, Ana Fani A. **Espaco-tempo na metrópole: a fragmentação da vida cotidiana.** São Paulo: Contexto, 2001

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário.** Petrópolis/Rj: Vozes, 1998.

CASTRO, Josué de. **Geografia da fome: o dilema brasileiro: pão ou aço.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. 318 p.

CLODOMIR, Santos de Moraes. Histórias das ligas camponesas do Brasil – 1969. In: STEDILE, João Pedro (Org.). **História e natureza das Ligas Camponesas – 1954 – 1964.** São Paulo: Expressão Popular, p 21 – 76. 2006.

COCA. Estevan L. de F. **Análise e mapeamento dos tipos de assentamentos no Brasil:** compreender a diversidade e a atualidade da reforma agrária brasileira - estudo dos assentamentos das regiões norte e nordeste. Relatório Final. FAPESP - Fundação de Amparo e Pesquisa do Estado de São Paulo. Presidente Prudente, 2008.

Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB). **Acompanhamento de safra brasileira:** cana-de-açúcar, segundo levantamento, agosto/2011 - Companhia Nacional de Abastecimento. – Brasília: Conab 2011.

CONSELHO NACIONAL DE ABASTECIMENTO. **Conjuntura Regional Pernambuco.** 2004. Disponível em: <http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/9cdfd9d79a117bb82474c31c9ae22d1e.pdf>>. Acesso em: 27 fev. 2011.

CORRÊA, Roberto Lobato. Espaço: um conceito-chave da geografia. In: CASTRO, I. E. de.; GOMES, Paulo Cesar da Costa e CORRÊA, Roberto Lobato. (Orgs). **Geografia: Conceitos e Temas**. 3ª Ed. – Rio de Janeiro; Bertrand Brasil, 2001.

DABAT, C. R. **Moradores de Engenho: relações de trabalho e condições de vida dos trabalhadores rurais na zona canavieira de Pernambuco segundo a literatura, a academia e os próprios atores sociais**. Recife: Ed.Universitária da UFPE, 2007. 800.p

DABAT, C. R. e GUIMARÃES NETO, L. **Zona da Mata: Emprego, Relações de trabalho e Condições de Vida**. Recife: SEPLAN – IICA, 1993.

Departamento de Estradas e Rodagens. PROGRAMA PRÓ-VICINAIS DE RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS (DER/SP-BIRD), 2008.

ELIAS, Denise. **Globalização e agricultura**. São Paulo: Edusp: 2003. 400p.

Estado de São Paulo, 18/06/1960, editorial denominado "Demagogia e Extremismo."

ESTADO, Agência. INCRA infla números de reforma agrária. **ESTADÃO**. São Paulo, 28 Fev. 2011. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/nacional,incra-infla-numeros-de-reforma-agraria,685545,0.htm>

Etanol e bioeletricidade: a cana-de-açúcar no futuro da matriz energética / [coordenação e organização Eduardo L. Leão de Souza e Isaias de Carvalho Macedo]. -- São Paulo: Luc Projetos de Comunicação, 2010.

FABRINI, J. E. O campesinato frente à expansão do agronegócio e do agrocombustível. In: SAQUET, M. A e SANTOS, R. A. dos (Orgs). **Geografia Agrária, território e desenvolvimento**. São Paulo: Expressão Popular, p. 55 – 88, 2010.

FABRINI, J. E. Território, classes e movimentos sociais no campo. In: **Revista da ANPEGE**. V.7, n. 7, p.97 – 112, jan./jul. 2011.

FÉLIX, Ingrid Michelle Coelho Sampaio e SOUZA, Suzane Tosta. O processo de permanência do campesinato nas contradições do modo de produção capitalista. In: SANTOS, Roberto Diniz dos., MENEZES, Sócrates Oliveira. e SOUZA, Suzane Tosta. (Orgs). **Novas configurações do espaço agrário Nordestino**. Expansão do capital versus movimentos e organizações sociais de luta pela terra.

Vitória da Conquista: Edições UESB, 2010.

FERLINI, Vera Lúcia Amaral. **A civilização do açúcar.** (séculos XVI e XVIII) 11.ed. São Paulo: editora brasiliense, 1994. 100p.

FERNANDES, Bernardo Mançano. O MST e as reformas agrárias do Brasil. In: **Revista Observatório Social de América Latina**, Buenos Aires, n. 24, p. 73-85, 2008.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Mini Aurélio:** o dicionário da língua portuguesa. 8.ed. Curitiba: Positivo, 2010.

FREITAS, Carlos Eduardo de. **A experiência brasileira com instituições financeiras de desenvolvimento.** CEPAL, Santiago do Chile, 2005.

FREITAS, Elisa Pinheiro de. **TERRITÓRIO, PODER E BIOCOMBUSTÍVEIS:** As ações do Estado brasileiro no processo de regulação territorial para a produção de recursos energéticos alternativos. São Paulo, 2013. 501 folhas Tese de doutorado – Universidade de São Paulo. FFLCH. Geografia Humana.

GALVÃO, Maria do Carmo Corrêa. **CONTRIBUIÇÃO AO DEBATE SOBRE PERSPECTIVAS:** teórico-metodológicas para a geografia agrária. CAMPO-TERRITÓRIO: revista de Geografia Agrária, v.2, n. 4, p. 5-18, ago. 2007.

GUIMARAES, Alberto Passos. **Quatro séculos de latifúndio.** 6.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989. 255p.

HAESBAERT, Rogério. **Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade.** Porto Alegre, 2004. Disponível em: (<http://w3.msh.univ-tlse2.fr/cdp/documents/CONFERENCE%20Rogerio%20HAESBAERT.pdf>); Acesso em: maio de 2010.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização:** do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HAESBAERT, Rogério. **Territórios alternativos.** São Paulo: CONTEXTO, 2002.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna:** uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural . 11.ed. São Paulo: Loyola, 2002. 349 p.

HARVEY, David. **O novo imperialismo.** 2.ed. São Paulo: Loyola, 2005. 201 p.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. 2.ed. São Paulo: Annablume, 2005.

HOFFMANN, Rodolfo; NEY, Marlon Gomes. **Estrutura fundiária e propriedade agrícola no Brasil, grandes regiões e unidades da federação**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2010.

Huw Beynon em Conferência apresentada no XVIII Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, novembro de 1994.

IDEA NEWS – Ano 4 – Número 28 – Janeiro de 2003.

Instituto Brasileiro de geografia e Estatística (IBGE). **Produção Agrícola Municipal**. Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: < www.ibge.gov.br > Acesso em: janeiro de 2011.

KARL, Marx. **O Capital**: crítica da economia política, livro terceiro: o processo global de produção capitalista, Volume VI; tradução Reginaldo Sant'Anna. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

KAUTSKY, Karl, 1854-1938. **A questão agrária**. 3a ed. -. São Paulo: Proposta Editorial, 1980. 329p.

LENZ, Maria Heloísa. **A categoria econômica renda da terra**. – 1ª. Ed. – Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser, 1992.

MACHADO, Maria Rita Ivo de Melo. **As relações entre o rural e o urbano**: um espaço conjunto e indissociável em Vitória de Santo Antão - PE. Recife, 2007. 121 folhas Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco. CFCH. Geografia.

MARTINS, José de Souza. **A sociedade vista do abismo**. Novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais. 3.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

MARTINS, José de Souza. **O cativo da terra**. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2010. 282p.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política: Livro I; tradução de Reginaldo Sant'Anna. – 30ª Ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política: Livro III; o processo global de produção capitalista, volume VI; tradução de Reginaldo Sant'Anna. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

MARX, Karl. **A origem do capital**: a acumulação flexível. Tradução Klaus Von Puchen. 2 ed. São Paulo: Centauro, 2004.

MARX, Karl. **O capital: Crítica da economia política**. Vol. 1. São Paulo, SP: Nova Cultura Ltda, 1996.

MELO, Mário Lacerda de. **O açúcar e o homem: problemas sociais e econômicos do Nordeste canavieiro**. Recife: Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, 1975. 304p.

MELO NETO, João Cabral de. **Morte e vida Severina; e Outros poemas**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2007.

MÉSZÁROS, István. **Para além do Capital: rumo a uma teoria da transição**. Tradução Paulo César Castanheira e Sergio Lessa – 1ª edição, São Paulo: Boitempo, 2006.

Ministério das Minas e Energias, **As Políticas Públicas para os Biocombustíveis no Brasil**. 2010. Acesso em: http://www.olade.org/biocombustibles/Documents/Ponencias%20Chile/Sesion%201_R%20Dornelles_Brasil.pdf

MULLER, Pierre. **Les politiques publiques**. 4. Ed. Paris: Presses universitaires de Frande, 2000.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **O Campo no Século XXI: Território de Vida, de Luta e de Construção da Justiça Social**. 2004.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A agricultura camponesa no Brasil**. 4. Ed. São Paulo: Contexto, 2001. 164p.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Agricultura brasileira: Transformações recentes. In: ROSS, Jurandyr L. Sanches (org.). **Geografia do Brasil**. São Paulo: Edusp, 2009.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo Capitalista de Produção, Agrícola e Reforma Agrária**. São Paulo: Labor Edições, 2007.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária**. *Estud. av.* [online]. 2001, vol.15, n.43, pp. 185-206.

PAULINO, E. T. **Políticas territoriais e questão agrária: da teoria à intervenção**. In: SAQUET, M. A; SANTOS, R. A. (Orgs). **Geografia Agrária, território e desenvolvimento**. São Paulo: Expressão Popular, p.107 – 130. 2010.

PAULINO, Eliane Tomiasi. Políticas territoriais e questão agrária: da teoria à intervenção. In: SAQUET, M. A. e SANTOS, R. A.dos (Orgs.) **Geografia Agrária, território e desenvolvimentos**. São Paulo:

Expressão Popular, 2010.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993. 269p.

RICARDO, David,. **Princípios de economia política e tributação**. 4. ed. [Lisboa]: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001. 512.p.

SANTIAGO, Vandeck. **Francisco Julião, as ligas e o golpe militar de 64**. Recife: Comunigraf Editora, 2004. 215 p.

SANTOS, José Antônio Lobo dos. **Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel: sujeição da renda da terra camponesa ao capital no território de Identidade de Irecê – BA**. São Paulo, 2012. 262 folhas Tese de doutorado – Universidade de São Paulo. FFLCH. Geografia Humana.

SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. Editora da Universidade de São Paulo, 2008a. 157p.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008b. 384p

SANTOS, M. **Economia espacial: críticas e alternativas**. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003. 204p.

SANTOS, M. O retorno do território. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A. de; SILVEIRA, M. L. (Org.). **Território: globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec, p. 15 - 20. 1994.

SANTOS, M. **Pensando o Espaço do Homem**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007. 90p.

SANTOS, Milton. **O retorno do território**. *EN: OSAL: Observatório social de América Latina*. Año 6 nº16 (jun. 2005). Buenos Aires: CLACSO, 2005.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 11.ed. Rio de Janeiro: Record, 2008. 473 p.

SAQUET, M. A. A relação espaço-tempo e a apreensão do movimento em estudos territoriais. In: **Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina**, 2005, Montevideu. *Anais* A relação espaço-tempo e a apreensão do movimento em estudos territoriais, Montevideu 2005. p, 13882 – 13894.

SAQUET, M. A.; SANTOS, R. A. (Orgs.). **Geografia Agrária, território e desenvolvimento**. São Paulo: Expressão Popular, 2010. p. 256.

SCHLESINGER, S.; NORONHA, S. **Agronegócio e biocombustíveis: uma mistura explosiva**. Rio de Janeiro: Núcleo Amigos da Terra/Brasil e Fundação Heinrich Böll, 2006. 23p.

SILVA, J. G. **Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura**. São Paulo: Hucitec. 1981. 210p.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. [editorial] **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 20-45.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. O território: Sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Elias de.; GOMES, Paulo Cesar de Castro.; CORRÊA, Roberto Lobato,. **Geografia: conceitos e temas**. 3. ed. -Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

SZMRECSÁNYI, Tamas. **Pequena história da agricultura no Brasil**. 4.ed – São Paulo: Contexto, 1978.

TAVARES DOS SANTOS, J. V. **Colonos do vinho**. São Paulo: Editora HUCITEC, 1978.

THOMAZ JÚNIOR, Antonio. **POR UMA GEOGRAFIA DO TRABALHO**. Acesso em: <http://www4.fct.unesp.br/ceget/PEGADA3ESP/thomazv3neago2002.pdf>

THOMAZ JÚNIOR, Antonio. **Por Trás dos Canaviais, os Nós da Cana**. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2002.

THOMAZ JÚNIOR, Antônio. Território em transe. In: **Seminário Internacional sobre Perspectivas de Desarrollo en Ibéroamericana**, 1., 1999, Santiago de Compostela. Actas. Santiago de Compostela: Servicio de Publicacións e Intercambio Científico, 1999.

VALOR ECONÔMICO. **Fim da queima preocupa no Nordeste**. Acesso em: www.valor.com.br Acessado em: 25 de abril de 2013.

Vilhena Silva, Gutemberg de. POLÍTICA PÚBLICA E O USO POLÍTICO DO TERRITÓRIO AMAPAENSE. In: **XVI Encontro Nacional de Geógrafos, 2010, Porto Alegre. Anais...** Porto Alegre, 2010.

WEB SITES VISITADOS

www.ibge.gov.br, acesso em dezembro de 2009

www.incra.go.br, acesso em janeiro de 2010

www.bnds.gov.br acesso em janeiro de 2011

www.condepefidem.pe.gov.br acesso em janeiro de 2011

www.fundaj.gov.br acesso em dezembro de 2009

www.folha.uol.com.br acesso em outubro de 2010

www.grupojb.com.br acesso em outubro de 2010

www.portaldoagronegocio.com.br acesso em outubro de 2010

www.conab.gov.br acesso em setembro de 2010

www.sindicucar.com.br/produtos_cana.html acesso em outubro de 2011

http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_27/rbcs27_01.htm acesso em novembro de 2012

<http://www.afcp.com.br/?p=4750> Acesso em: dezembro de 2012.

http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=1290&id_pagina=1 Acesso em: 22 de outubro de 2012.

<http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2002-07-03/incra-de-pernambuco-instala-assentamento-da-reforma-agraria> Acesso em: 26 de março de 2013.

<http://vitoriadesantoantao.olx.com.br/condominio-green-mountain-em-vitoria-de-santo-antao-iid-478576475>. Acesso em março de 2013.

<http://www.biodieselbr.com/energia/alcool/mercado-etanol.htm>. Acesso em abril de 2013.

<http://www.alepe.pe.gov.br/sistemas/perfil/parlamentares/FranciscoJuliao/08.html> Acesso em abril de 2013.

http://www.revistarural.com.br/Edicoes/2011/Artigos/rev158_cana.htm Acesso em BRIL DE 2013.

CONSELHO NACIONAL DE ABASTECIMENTO. **Conjuntura Regional Pernambuco.** 2004. Disponível em: <<http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/9cdfd9d79a117bb82474c31c9ae22d1e.pdf>>. Acesso em: 27 fev. 2011.

Instituto Brasileiro de geografia e Estatística (IBGE). **Produção Agrícola Municipal.** Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <www.ibge.gov.br> Acesso em: janeiro de 2011.

<http://www.estadao.com.br/noticias/nacional,incra-infla-numeros-de-reforma-agraria,685545,0.htm> Acesso em janeiro de 2012

APÊNDICE I

Questionário aplicado junto aos assentados da reforma agrária federal do território da microrregião de Vitória de Santo Antão.

QUESTIONÁRIO

PESQUISA SOBRE A EXPANSÃO DA CANA-DE-AÇÚCAR EM ÁREAS DE ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA NA ZONA DA MATA DE PERNAMBUCO.

INFORMAÇÕES SOBRE O PESQUISADOR:

Dia da entrevista: 1. Dom. 2. Seg. 3. Ter. 4. Qua. 5. Qui. 6. Sext. 7. Sáb.				
Data da entrevista: ____/____/20____			Duração: _____Minutos	
Início: _____H			Fim: _____H	
Nome do Pesquisador:				
Nome do Crítico:				
Nome do codificador:				

INFORMAÇÕES DO ASSENTAMENTO:

Nome: _____
Município: _____
Microrregião: _____ - PE
Data da Criação do assentamento: ____/____/____
Nº. de famílias: _____
Tamanho do assentamento em hectares: _____
Tamanho do Lote em hectares: _____

Bloco 1 - O ASSENTADO

NOME DO ASSENTADO: _____

_____**Q1. Mora no assentamento desde a criação ou entrou depois?**

- 1() Desde a criação do assentamento 2() Entrou depois
 3() Morava antes da criação do assentamento.

_____**Q2. De que organização ou movimento o/a Sr./a recebeu apoio no processo de institucionalização do assentamento?**

- 1() MST 2() MLST 3() STR (FETAPE) 4() CPT
 5() Não teve 6() Não sabe 7() Outros _____

_____ **Q3. Qual organização apóia vocês hoje?**

- 1() MST 2() MLST 3() STR (FETAPE) 4() CPT
5() Não tem 6() Não sabe 7() Outros _____

_____ **Q4. De que organização Sr./a. participa no assentamento?**

- 1() Associação 2() Cooperativa 3() Sindicato
4() Movimento _____ 5() Não Participa
6() Outros _____.

_____ **Q5. Como o/a Sr./a conseguiu esta terra?**

- 1() Lutou por ela através da ocupação 2() Negociou a área depois do assentamento criado 3() Outras _____
_____.

_____ **Q6. Trabalhava em que antes de ser assentado?**

- 1() Agricultura 2() Construção 3() Assalariado da cana
4() Comércio 5() Outros: _____
_____.

_____ **Q7. Nos dias de hoje, o Sr/a trabalha no corte da cana fora da parcela, para usina, outra pessoa?**

- 1() Sim 2() Não 3() Eventualmente

Bloco 2 PRODUÇÃO E RENDA DA FAMÍLIA

_____ **Q8. O que o/a Sr/a planta ou cria na parcela?**

_____.

_____ **Q8.1 Caso tenha cana, onde o/a Sr./a Vende a produção?**

- 1() A usina 2() Ao atravessador 3() Outro (Qual?)

_____.

_____ **Q8.2 Onde o/a Sr./a Vende a produção da lavoura (outros produtos fora a cana) e/ou a criação?**

- 1() Na feira 2() Ao atravessador 3() Na feira e ao atravessador 4() Outro (Qual?) _____

_____ **Q9. A lavoura (outros produtos fora a cana) e a criação dar para sustentar a família o ano todo?**

1() Sim 2() Não 3() Depende _____

_____ **Q10. Tem alguém da família que trabalha fora da parcela, em outras atividades?**

1() Sim 2() Não 3() Eventualmente
4() está desempregado, mas está buscando emprego

Bloco 3 – CRÉDITO

_____ **Q11. O/A senhor/a já pegou algum empréstimo para a produção da lavoura? (fora cana)**

1() Sim 2 Não (Se não, pule para o bloco 4)

_____ **Q11.1 Se sim, de qual fonte?**

1() Banco Público 2() Banco Privado 3() Atravessador
4() Todas opções respondidas 5() Outros: _____

_____ **Q12. Conseguiu pagar o empréstimo?**

1() Conseguiu pagar 2() Não conseguiu pagar
3() Está pagando 4() Vai vencer o pagamento

_____ **Q12.1 Caso vá vencer o pagamento:**

1() Vai conseguir pagar 2() Não vai conseguir pagar

Bloco 4 – PERCEPÇÃO DO PAPEL DO ESTADO

_____ **Q13. Que tipo de produção o Sr/a senhor/a acha que o Governo deveria incentivar mais nas áreas de assentamentos?**

1() Produção de alimentos (macaxeira, feijão, fruteiras, animais, etc.)
2() Cana-de-açúcar 3() Os dois. Por quê? _____

_____ **Q14. O/A Sr/a tem cana na sua parcela?**

1() Sim (**Pule a Q15 e continue a entrevista**) 2() Não (**Faça a Q18 e finalize o questionário**) 3() Já tive, mas não tenho mais. _____

_____ **Q15. O senhor pretende passar a plantar cana?**

1() Sim 2() Não Quando e por qual motivo?

Bloco 5 – MOTIVAÇÕES PARA PLANTAR CANA

_____ **Q16. De quem é a cana que o/a o senhor/a produz?**

1() Dele/a mesmo/a 2() De alguém que arrendou a área
3() Da usina 4() Atravessador 5() Outros

_____ **Q17. Planta quantas contas/hectares de cana?**
_____ **Unidade (_____)**

_____ **Q18. O senhor pegou a parcela com cana ou plantou depois?**

1() Pegou a parcela com cana 2() Plantou depois

Se plantou depois, por que o senhor plantou cana?

_____ **Q19. Tem apoio (adubo, sementes, tratores,...) para plantar cana?**

1() Sim 2() Não

_____ **Q.19.1 Caso NÃO, já teve apoio?** 1() Sim 2() Não

_____ **Q20. De quem o Sr /a tem ou teve apoio para plantar cana?**

1() Usina 2() Atravessador/Fornecedor
3() Governo 4() Todas as questões respondidas
5() Outros _____.

_____ **Q 21. Na próxima safra, pretende aumentar o plantio de cana?**

1() Sim 2() Não **Por quê?** _____

Bloco 6 - RELAÇÃO COM A USINA E OU ATRAVESSADOR

_____ **Q22. Por quem é feito o plantio da cana?**

- 1() Pela família 2() Contrata mão-de-obra
 3() Trabalhadores da usina 4() Família e Mão-de-obra
 contratada 5() Outros: _____

_____ **Q23. Por quem é feito a adubação da cana?**

- 1() Pela família 2() Contrata mão-de-obra
 3() Trabalhadores da usina 4() Família e Mão-de-obra
 contratada 5() Outros: _____

_____ **Q24. Por quem é feito a limpa da cana?**

- 1() Pela família 2() Contrata mão-de-obra
 3() Trabalhadores da usina 4() Família e Mão-de-obra
 contratada 5() Outros: _____

_____ **Q25. Por quem é feito a colheita da cana?**

- 1() Pela família 2() Contrata mão-de-obra
 3() Trabalhadores da usina 4() Família e Mão-de-obra
 contratada 5() Outros: _____

_____ **Q26. Quem faz essas atividades tem carteira de trabalho assinada?**

- 1() Sim 2() Não

_____ **Q27. Existe algum contrato do Sr./a com a Usina ou Atravessador/Fornecedor?**

- 1() Sim 2() Não

_____ **Q28. O Sr./a participar de alguma associação de fornecedores de cana?**

- 1() Sim 2() Não **Se sim, por que faz parte da associação**

_____ **Q29. Quem faz a pesagem da cana?**

- 1() Usina 2() Atravessador 3() Assentado

_____ **Q30. Na safra tem cortadores de cana de fora trabalhando na sua parcela?**

1() Sim 2() Não 3() Nem todas as safras

_____ **Q31. Na safra quem contrata os trabalhadores que cortam cana na sua parcela?**

1() O assentado 2() A usina
3() O atravessador/Fornecedor 4() Não sabe

_____ **Q32. Esses trabalhadores têm carteira assinada?**

1() Sim 2() Não 3() Não sabe

Bloco 7 – CANA X ALIMENTOS

_____ **Q33. Onde o Sr./a plantou cana era área de lavoura, de criação de animais, de cana ou não tinha nada plantado?**

1() Área de lavoura 2() Não tinha plantado ainda
3() Criação de animais 4() Cana 5() Outros _____

_____ **Q34. Somando toda área de lavoura, fora a cana, tem quantas contas / hectares?** _____
Unidade

Bloco 8 – CRÉDITO PARA CANA

_____ **Q35. O/A senhor/a já pegou algum empréstimo para plantar cana?**

1() Sim 2() Não (caso não, finalizar o questionário)

_____ **Q36. Se sim:** 1() Banco Público 2() Banco Privado

3() Usina 4() Atravessador 5() Outros: _____

_____ **Q37. Em relação ao empréstimo para o plantio da cana, o/a senhor/a conseguiu pagar o empréstimo?**

1() Conseguiu pagar 2() Não conseguiu pagar
3() Está pagando 4() Vai vencer o pagamento
5() Começou a pagar e depois não conseguiu mais pagar

_____ **Q37.1 Caso vá vencer o pagamento:**

1() Vai conseguir pagar 2() Não vai conseguir pagar

_____ **Q38. O Sr/a Sabe por quanto vai vender a tonelada da cana nessa safra?**

1() Sim (Quanto? _____) 2() Não

APÊNDICE II

Fotos tiradas durante os trabalhos de campo

Assentamento no município de Vitória de Santo Antão / 2011.
Foto: Maria Rita Machado.

Assentamento no município de Vitória de Santo Antão / 2011.
Foto: José Plácido Junior.

Visão panorâmica do pátio de entrada da usina JB no município de Vitória de Santo Antão/2012.
Foto: Maria Rita Machado.

Entrada da usina JB no município de Vitória de Santo Antão / 2012.
Foto: Maria Rita Machado.

Assentamento no município de Vitória de Santo Antão / 2011.
Foto: Maria Rita Machado.

Assentamento no município de Vitória de Santo Antão / 2011.
Foto: Maria Rita Machado.

ANEXO

Lista dos assentamentos do estado de Pernambuco

MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO - MDA
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA
DIRETORIA DE OBTENCAO DE TERRAS E IMPLANTACAO DE PROJETOS DE ASSENTAMENTO - DT
COORDENACAO-GERAL DE IMPLANTACAO - DTI - SIPRA

Sistema: SIPRA
Fonte: SDM
Usuário:
Relatório: Rel_0208
Data: 24/03/2008

Área do Projeto, Capacidade de Assentamento, Nº de Famílias Assentadas, Tituladas, Nº de Vagas e Excedentes nos Projetos de Reforma Agrária

Período da Informação : 11/10/1900 Até 24/03/2008

Código do Projeto	Nome do Projeto	Área (Ha)	Capac. de Famílias	Nº Famílias Assentadas		Número de	
				Titulados	Não titulados	Total	Vagas Excedent
UF: PE							
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO - SR (03)							

ALIANÇA						
PE0259000	PA ALBUQUERQUE	853,0000	84	78	78	6
PE0281000	PA CANGAUZINHO	234,0000	21	21	21	-
PE0353000	PA MARÉ E AJUDANTE	1,013,1380	105	102	102	3
PE0354000	PA NATAL BELO HORIZONTE	639,3970	59	58	58	1
PE0358000	PA SIRIGI	418,9280	45	39	39	6
Totais do Município :		5 Projetos	314	298	298	16
ALTINHO						
PE0306000	PA SANTO AMARO	1,197,3410	50	39	39	11
PE0360000	PA SANTO ANTÔNIO II	200,4870	17	17	17	-
Totais do Município :		2 Projetos	67	56	56	11
AMARAJI						
PE0068000	PA ENGENHO RIACHÃO DO NORTE	487,0000	52	29	29	23
PE0079000	PA ENGENHO TAPUIA	239,4300	23	19	19	4
PE0088000	PA ESTIVAS	1,153,8000	117	101	101	16
PE0089000	PA RINOCERONTE	847,8000	77	53	53	24
PE0135000	PA CÍCERO GOMES	351,2500	38	31	31	7
PE0295000	PA RAIZ DE DENTRO	439,8680	36	36	36	-
PE0296000	PA MANHOSO	172,4160	20	20	20	-
PE0309000	PA BOM JESUS	234,7640	25	21	21	4
PE0314000	PA NÃO PENSEI	287,3660	35	29	29	6
Totais do Município :		9 Projetos	423	339	339	84
ARCOVERDE						
PE0254000	PA PEDRA VERMELHA	465,6860	28	26	26	2
PE0310000	PA SERROTE REDONDO	462,4680	27	26	26	1
PE0374000	PA QUEIMADA DA ONÇA	715,5960	28	-	-	28
Totais do Município :		3 Projetos	83	52	52	31
BARREIROS						
PE0141000	PA OITEIRO ALTO	122,0930	11	9	9	2
PE0151000	PA DUAS BARRAS	241,2500	26	19	19	7
PE0261000	PA BAETÉ	557,6000	55	41	41	14
PE0269000	PA TIBIRI	959,0000	84	69	69	15
PE0270000	PA LINDA FLOR	445,7000	43	42	42	1
PE0272000	PA PAU FERRO	536,8000	52	51	51	1
PE0274000	PA MASCATE	756,6000	74	69	69	5
PE0275000	PA PIABA DE BAIXO	581,5000	53	44	44	9
PE0276000	PA SERRA D' ÁGUA DO UNA	532,0000	52	50	50	2

PE0277000	PA UNA	666,1260	60	54	54	6
PE0290000	PA BOM JARDIM	787,4510	80	77	77	3
PE0322000	PA CACHOEIRA ALTA	396,6650	120	50	50	70
Totais do Município :		12 Projetos	710	575	575	135
BELEM DE MARIA						
PE0104000	PA SÍTIO DO MEIO	556,0800	60	50	50	10
PE0181000	PA BARRO BRANCO	389,4590	36	34	34	2
PE0223000	PA PASSAGEM DE AREIA	222,8200	21	19	19	2
Totais do Município :		3 Projetos	117	103	103	14
BELO JARDIM						
PE0293000	PA OURO	186,2760	10	10	10	-
PE0350000	PA OURO II	463,0540	25	19	19	6
Totais do Município :		2 Projetos	35	29	29	6
BEZERROS						
PE0093000	PA MUNDO NOVO	901,7290	50	41	41	9
Totais do Município :		1 Projeto	50	41	41	9
BOM JARDIM						
PE0010000	PA PAQUEVIRA	298,0000	86	70	70	16
PE0227000	PA LAGOA COMPRIDA	233,5000	20	19	19	1
Totais do Município :		2 Projetos	106	89	89	17
BONITO						
PE0049000	PA BARRA AZUL	859,7260	68	50	50	18
PE0064000	PA SERRA DOS QUILOMBOS	893,3000	70	47	47	23
PE0119000	PA RIACHÃO	835,5000	98	86	86	12
Totais do Município :		3 Projetos	236	183	183	53
BREJO DA MADRE DE DEUS						
PE0355000	PA GARROTE	632,4110	30	29	29	1
PE0364000	PA BARAÚNAS	967,2790	50	34	34	16
PE0369000	PA MOLEQUE	700,0080	33	32	32	1
PE0372000	PA MIGUEL VELHO	1.133,9580	75	44	44	31
Totais do Município :		4 Projetos	188	139	139	49
BUENOS AIRES						
PE0149000	PA NOVO MUNDO	203,0000	21	15	15	6
Totais do Município :		1 Projeto	21	15	15	6
BUIQUE						
PE0307000	PA DOIS IRMÃOS	2.024,6870	70	69	69	1
Totais do Município :		1 Projeto	70	69	69	1

CABO DE SANTO AGOSTINHO									
PE0070000	PA ENGENHO ARARIBA DE BAIXO	881,2500	170	126	126	44			
PE0095000	PA ARARIBA DE PEDRA	512,5000	62	50	50	12			
PE0352000	PA OLINDA	145,7210	10	-	-	10			
Totais do Município :		1.539,4711	242	176	176	66			
CACHOEIRINHA									
PE0208000	PA CABANAS	2.046,2550	114	81	81	33			
Totais do Município :		2.046,2550	114	81	81	33			
CAMARAGIBE									
PE0144000	PA CAMARAGIBE	293,3100	120	84	84	36			
Totais do Município :		293,3100	120	84	84	36			
CAMUTANGA									
PE0085000	PA ENGENHO SANTO ANTONIO	577,1900	69	61	61	8			
Totais do Município :		577,1900	69	61	61	8			
CANHOTINHO									
PE0316000	PA PITOMBEIRAS	529,7250	36	36	36	-			
PE0324000	PA SÃO JAQUES	320,0000	92	63	63	29			
Totais do Município :		849,7254	128	99	99	29			
CAPOEIRAS									
PE0184000	PA BRABOS	270,0000	15	15	15	-			
Totais do Município :		270,0000	15	15	15	-			
CARNAIBA									
PE0042000	PA BORBOREMA	557,4460	22	15	15	7			
Totais do Município :		557,4455	22	15	15	7			
CARUARU									
PE0091000	PA MACAMBIRA/BORBA	836,7000	50	35	35	15			
PE0102000	PA NORMANDIA	556,8930	41	34	34	7			
PE0117000	PA CACHOEIRA SECA	409,1000	25	20	20	5			
PE0233000	PA CAJÁ	141,2150	14	13	13	1			
PE0289000	PA DONA ISABEL	882,7160	42	37	37	5			
PE0319000	PA LAGO AZUL	247,7010	20	19	19	1			
PE0356000	PA CACHOEIRA SECA VEADA MORTA	532,3230	27	26	26	1			
PE0375000	PA VEADA MORTA	52,2780	2	-	-	2			
Totais do Município :		3.658,9260	221	184	184	37			
CATENDE									
PE0145000	PA PADRE CÍCERO	214,6000	20	15	15	5			
Totais do Município :		214,6000	20	15	15	5			

Totais do Município :		2	Projetos	2.243,8059	213	175	175	38
GRAVATA								
PE0016000	PA RETIRO SAUDOSO			66,0270	12	12	12	-
PE0065000	PA PERSEVERANÇA/CUMBE			513,0000	50	27	27	23
PE0096000	PA VÁRZEA GRANDE			385,8100	38	32	32	6
PE0234000	PA VALENTIM			329,2130	26	22	22	4
PE0237000	PA NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS			384,1830	45	25	25	20
PE0238000	PA SANTA HELENA			303,7890	23	21	21	2
PE0241000	PA ÁGUAS CLARAS			99,1090	16	16	16	-
PE0252000	PA FLORESTA			510,8960	36	24	24	12
Totais do Município :		8	Projetos	2.592,0250	246	179	179	67
IBIRAJUBA								
PE0329000	PA PEREIRAS			871,0690	45	43	43	2
Totais do Município :		1	Projeto	871,0685	45	43	43	2
IGARASSU								
PE0021000	PA PITANGA - II			1.459,7700	184	123	123	61
Totais do Município :		1	Projeto	1.459,7700	184	123	123	61
IGUARACI								
PE0015000	PA MALHADA DO RIACHÃO			310,7850	12	9	9	3
PE0031000	PA RAMADA DA QUIXABEIRA			672,2390	13	13	13	-
PE0032000	PA CALDEIRÕES			1.153,2590	40	21	21	19
PE0266000	PA MATA VERDE			1.706,7610	71	40	40	31
PE0325000	PA ROSÁRIO			1.751,7890	200	152	152	48
PE0367000	PA SOCORRO			3.287,4060	85	51	51	34
Totais do Município :		6	Projetos	8.882,2385	421	286	286	135
INGAZEIRA								
PE0243000	PA SÍTIO JORGE			1.168,9880	41	23	23	18
PE0244000	PA RIACHO DOS BOIS			362,8470	18	15	15	3
Totais do Município :		2	Projetos	1.531,8353	59	38	38	21
IPOJUCA								
PE0125000	PA GAIPÍO			1.147,0000	106	90	90	16
PE0150000	PA QUELUZ			280,4200	29	22	22	7
PE0251000	PA SOLEDADE			871,8800	90	86	86	4
PE0301000	PA PIRAJÁ			387,5150	38	37	37	1
PE0317000	PA BONFIM			202,6670	17	17	17	-
PE0318000	PA CRAUASSU E AMAZONAS			1.136,0570	98	-	-	98
Totais do Município :		6	Projetos	4.025,5384	378	252	252	126

ITAIBA

PE0087000	PA FAZENDA BARRA VERDE	3.475,7400	124	45	45	79
PE0121000	PA ANGICO TORTO	3.000,0000	95	60	60	35
PE0206000	PA SERRA DOS CAVALOS	1.267,9000	52	35	35	17
PE0235000	PA CACIMBA DA FURNA	860,2740	32	22	22	10
PE0239000	PA SANTA LUZIA	883,2820	27	25	25	2
PE0249000	PA CACHOEIRINHA	2.130,8000	82	69	69	13
PE0255000	PA LIBERTAÇÃO	4.373,9930	330	218	218	112
PE0285000	PA MANUINO	1.218,5760	60	52	52	8
PE0336000	PA SÃO GERALDO	461,6960	23	21	21	2
PE0338000	PA UMBURANA	1.248,3250	28	28	28	-
PE0340000	PA BRABINHO	494,6960	24	20	20	4
Totais do Município :		19.415,2824	877	595	595	282

ITAQUITINGA

PE0187000	PA SANTO ANTONIO DO NORTE	284,0000	38	27	27	11
PE0253000	PA GUTIÚBA	445,0000	30	30	30	-

Totais do Município :		729,0000	68	57	57	11
------------------------------	--	-----------------	-----------	-----------	-----------	-----------

JABOATÃO DOS GUARARAPES

PE0179000	PA SANTANA	237,1600	32	28	28	4
PE0217000	PA CAMARÇO	391,6000	50	41	41	9
PE0323000	PA SÃO PEDRO	170,4590	15	14	14	1

Totais do Município :		799,2186	97	83	83	14
------------------------------	--	-----------------	-----------	-----------	-----------	-----------

JATAUBA

PE0334000	PA BOA VISTA II	797,2790	50	39	39	11
PE0348000	PA AVELOZINHO	102,3670	7	7	7	-

Totais do Município :		899,6468	57	46	46	11
------------------------------	--	-----------------	-----------	-----------	-----------	-----------

JOÃO ALFREDO

PE0013000	PA PAU SANTO	550,0000	145	99	99	46
PE0069000	PA FAZENDA GANGUNGO	200,0000	41	33	33	8

Totais do Município :		750,0000	186	132	132	54
------------------------------	--	-----------------	------------	------------	------------	-----------

JOAQUIM NABUCO

PE0222000	PA ESTRELA DO NORTE	847,4620	84	65	65	19
-----------	---------------------	----------	----	----	----	----

Totais do Município :		847,4622	84	65	65	19
------------------------------	--	-----------------	-----------	-----------	-----------	-----------

LAGOA DOS GATOS

PE0183000	PA SÃO JORGE	979,1500	81	73	73	8
PE0194000	PA GULANDY/GUABIRABA	1.067,6000	93	70	70	23

Totais do Município :		2.046,7500	174	143	143	31
------------------------------	--	-------------------	------------	------------	------------	-----------

ITAIBA

PE0087000	PA FAZENDA BARRA VERDE	3.475,7400	124	45	45	79
PE0121000	PA ANGICO TORTO	3.000,0000	95	60	60	35
PE0206000	PA SERRA DOS CAVALOS	1.267,9000	52	35	35	17
PE0235000	PA CACIMBA DA FURNA	860,2740	32	22	22	10
PE0239000	PA SANTA LUZIA	883,2820	27	25	25	2
PE0249000	PA CACHOEIRINHA	2.130,8000	82	69	69	13
PE0255000	PA LIBERTAÇÃO	4.373,9930	330	218	218	112
PE0285000	PA MANUINO	1.218,5760	60	52	52	8
PE0336000	PA SÃO GERALDO	461,6960	23	21	21	2
PE0338000	PA UMBURANA	1.248,3250	28	28	28	-
PE0340000	PA BRABINHO	494,6960	24	20	20	4
Totais do Município :		19.415,2824	877	595	595	282

ITAQUITINGA

PE0187000	PA SANTO ANTONIO DO NORTE	284,0000	38	27	27	11
PE0253000	PA GUTIÚBA	445,0000	30	30	30	-

JABOATÃO DOS GUARARAPES

PE0179000	PA SANTANA	237,1600	32	28	28	4
PE0217000	PA CAMARÇO	391,6000	50	41	41	9
PE0323000	PA SÃO PEDRO	170,4590	15	14	14	1
Totais do Município :		799,2186	97	83	83	14

JATAUBA

PE0334000	PA BOA VISTA II	797,2790	50	39	39	11
PE0348000	PA AVELOZINHO	102,3670	7	7	7	-

JOÃO ALFREDO

PE0013000	PA PAU SANTO	550,0000	145	99	99	46
PE0069000	PA FAZENDA GANGUNGO	200,0000	41	33	33	8
Totais do Município :		750,0000	186	132	132	54

JOAQUIM NABUCO

PE0222000	PA ESTRELA DO NORTE	847,4620	84	65	65	19
Totais do Município :		847,4622	84	65	65	19

LAGOA DOS GATOS

PE0183000	PA SÃO JORGE	979,1500	81	73	73	8
PE0194000	PA GULANDY/GUABIRABA	1.067,6000	93	70	70	23
Totais do Município :		2.046,7500	174	143	143	31

PE0326000	PA BELEM	406,6000	35	23	23	12
Totais do Município :		4 Projetos	235	174	174	61
PEDRA						
PE0007000	PA FAZENDA CALDEIRÃO	814,6310	32	22	22	10
PE0220000	PA CACIMBA NOVA	985,1800	40	35	35	5
Totais do Município :		2 Projetos	72	57	57	15
PESQUEIRA						
PE0043000	PA PAU FERRO II	362,7360	16	9	9	7
PE0044000	PA FAZENDA NOVA	151,1580	6	5	5	1
PE0045000	PA TIÓGÓ	997,7400	48	30	30	18
PE0048000	PA SÃO JOÃO	969,3280	36	24	24	12
PE0207000	PA CAMPO ALEGRE	807,0890	78	72	72	6
PE0302000	PA NOSSA SENHORA DE FATIMA	702,3270	43	43	43	-
PE0357000	PA NOSSA SENHORA APARECIDA	3.380,9730	130	128	128	2
Totais do Município :		7 Projetos	357	311	311	46
POCAO						
PE0320000	PA MACAMBIRA	695,5450	32	30	30	2
Totais do Município :		1 Projeto	32	30	30	2
POMBOS						
PE0152000	PA RONDA	1.148,0000	90	61	61	29
PE0154000	PA DIVINA GRAÇA	201,9590	30	27	27	3
Totais do Município :		2 Projetos	120	88	88	32
QUIPAPA						
PE0134000	PA AGUA BRANCA	1.296,5000	133	115	115	18
PE0236000	PA BANANEIRAS	990,3980	43	41	41	2
Totais do Município :		2 Projetos	176	156	156	20
RIBEIRAO						
PE0019000	PA ENGENHO CAJUI	192,1760	12	10	10	2
Totais do Município :		1 Projeto	12	10	10	2
RIO FORMOSO						
PE0067000	PA ENGENHO CIPÓ	444,0000	45	31	31	14
PE0127000	PA AMARAJI	1.082,9700	96	70	70	26
PE0142000	PA SERRA D'ÁGUA	417,7980	37	31	31	6
PE0146000	PA MINGUITO	864,9000	68	52	52	16
Totais do Município :		4 Projetos	246	184	184	62
SAIRE						
PE0284000	PA BOA VISTA	111,4280	16	14	14	2

SALGADINHO	Totais do Município :	1	Projeto	16	14	14	2
PE0012000 PA RECREIO				116	89	89	27
SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE	Totais do Município :	1	Projeto	116	89	89	27
PE0333000 PA CACIMBA DE BAIXO				166,6780	10	10	-
SÃO BENEDITO DO SUL	Totais do Município :	1	Projeto	166,6778	10	10	-
PE0008000 PA ENGENHO FORTALEZA/PROGRESO				508,9390	35	31	4
PE0017000 PA SÃO JOSÉ				229,0010	19	13	6
SÃO BENTO DO UNA	Totais do Município :	2	Projetos	737,9401	54	44	10
PE0240000 PA SANTA RITA				606,9060	42	42	-
SÃO CAETANO	Totais do Município :	1	Projeto	606,9058	42	42	-
PE0347000 PA SANTA IZABEL				914,7040	34	32	2
SÃO JOAQUIM DO MONTE	Totais do Município :	1	Projeto	914,7041	34	32	2
PE0209000 PA SILVIO JUNGSMANN				600,2370	58	44	14
PE0210000 PA CONQUISTA DE BONITO				342,1900	41	34	7
SÃO JOSE DA COROA GRANDE	Totais do Município :	2	Projetos	942,4270	99	78	21
PE0199000 PA PAU AMARELO				428,0000	42	25	17
PE0260000 PA PASSAGEM VELHA				580,0000	60	55	5
PE0262000 PA CAMPINAS				345,0000	38	36	2
PE0271000 PA BOCA DA MATA				129,0000	13	13	-
PE0273000 PA GINDAÍ				497,0000	47	42	5
PE0279000 PA SERRA D'ÁGUA				419,5000	42	39	3
PE0280000 PA TENTUGAL				1,043,5000	100	92	8
PE0291000 PA ARASSU				185,9980	16	16	-
PE0292000 PA MUNDO NOVO				243,9810	16	16	-
SÃO JOSE DO EGITO	Totais do Município :	9	Projetos	3.871,9790	374	334	40
PE0315000 PA LAGOA DA OUTRA BANDA				249,4810	8	8	-
PE0327000 PA AÇUDINHO				907,1890	29	14	15
SÃO LOURENÇO DA MATA	Totais do Município :	2	Projetos	1.156,6698	37	22	15

PE0122000	PA CONCÓRDIA/SANTA CRUZ	1.008,0040	96	70	70	26
PE0212000	PA VELHO I	399,4960	49	32	32	17
PE0213000	PA SITIO II	411,5810	48	37	37	11
PE0265000	PA VENEZA	573,7900	62	60	60	2
PE0286000	PA SANTO ANTÔNIO	338,2060	36	35	35	1
PE0362000	PA SANTA ROSA II	486,1350	148	73	73	75
Totais do Município :		3.217,2108	439	307	307	132
SERTANIA						
PE0196000	PA CAPIM	621,0000	18	16	16	2
PE0197000	PA QUEIMADA NOVA	944,2340	25	24	24	1
PE0328000	PA NOSSA SENHORA DO CARMO	732,5240	16	16	16	-
Totais do Município :		2.297,7578	59	56	56	3
TACAIMBO						
PE0321000	PA MALHADA DOS CAVALOS	519,9280	25	24	24	1
Totais do Município :		519,9284	25	24	24	1
TAMANDARÉ						
PE0138000	PA SÃO JOÃO	328,7000	31	25	25	6
PE0139000	PA BREJO	1.149,5000	110	98	98	12
PE0140000	PA JUNDIÁ DE CIMA	468,0150	40	36	36	4
PE0182000	PA LARANJEIRAS	439,2970	38	30	30	8
PE0191000	PA MASCATINHO	777,8200	62	53	53	9
PE0200000	PA SAUÉ GRANDE	635,9000	58	48	48	10
PE0201000	PA SAUEZINHO	899,8940	66	60	60	6
PE0202000	PA COCALZINHO	223,2140	28	22	22	6
PE0203000	PA COQUEIROS	289,5000	44	41	41	3
PE0204000	PA COCAL GRANDE	360,5600	50	43	43	7
PE0226000	PA ENGENHO MATO GROSSO DE BAIXO	957,0800	90	75	75	15
PE0278000	PA ILHETAS	1.509,0000	145	126	126	19
Totais do Município :		8.038,4808	762	657	657	105
TRACUNHAEM						
PE0294000	PA PENEDINHO	366,6300	41	37	37	4
PE0330000	PA ISMAEL FELIPE	677,3120	59	54	54	5
PE0331000	PA CHICO MENDES II	74,3450	6	6	6	-
PE0332000	PA CHICO MENDES I	635,2550	55	52	52	3
Totais do Município :		1.753,5430	161	149	149	12
TUPANATINGA						
PE0308000	PA RIACHÃO DO CARIÉ	848,6320	29	28	28	1

PE0344000	PA ILHA GRANDE	890,6050	22	21	21	1
PE0359000	PA CACHOEIRA GRANDE	603,4240	25	25	25	-
TUPARETAMA						
Totais do Município :		3	Projetos	74	74	2
PE0011000	PA SÍTIO CAJUEIRO	330,0690	12	11	11	1
PE0014000	PA SÍTIO JARDIM	225,9340	8	7	7	1
PE0245000	PA SANTO IZIDRO	250,2370	8	8	8	-
Totais do Município :		3	Projetos	26	26	2
VICENCIA						
PE0084000	PA ENGENHO MOROJOZINHO	267,0750	26	21	21	5
PE0188000	PA BARRINHA/FIRMATIVO	374,5500	36	30	30	6
PE0192000	PA CAMPINA VERDE	326,3000	34	28	28	6
Totais do Município :		3	Projetos	79	79	17
VITORIA DE SANTO ANTAO						
PE0071000	PA ENGENHO SERRA	900,0000	73	55	55	18
PE0131000	PA AÇUDE GRANDE	300,0000	47	44	44	3
PE0153000	PA SERRA GRANDE	758,7110	100	92	92	8
PE0221000	PA LIVRAMENTO	344,8500	45	42	42	3
PE0247000	PA CARICÉ	204,0240	21	17	17	4
PE0250000	PA PEDREIRAS	458,6850	63	54	54	9
PE0256000	PA CACIMBAS	261,1280	30	29	29	1
Totais do Município :		7	Projetos	333	333	46
Total da SR- 3 :		268	Projetos	11.500	11.517	2.881
				14.398		
				184.035,9151		
				184035,9151		